



Dissertação de Mestrado em Ciências da Educação,
Administração e Gestão Educacional

**O REORDENAMENTO DA REDE ESCOLAR:
UM ESTUDO SOBRE UM CENTRO ESCOLAR
DE NOVA GERAÇÃO**

João Carlos da Silva Rodrigues Barnabé

Orientação: Professora Marília Favinha

2012

Instituição: Universidade de Évora

Curso: Mestrado em Ciências da Educação – Administração e Gestão Educacional

Título da Dissertação: O reordenamento da rede escolar: Um estudo sobre um centro escolar de nova geração

Autor: João Carlos da Silva Rodrigues Barnabé

Orientação: Professora Marília Favinha, docente do departamento de Pedagogia e Educação da Universidade de Évora

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar à Professora Marília Favinha pela disponibilidade demonstrada ao longo da elaboração da dissertação, pela sinceridade, pelo apoio construtivo e pelos *feedbacks* constantes que me ajudaram a traçar o rumo desta investigação.

Deixo também uma palavra de apreço e consideração a José Garção, coordenador da EB 1 c/JI do Bacelo, por me ter aberto as portas da “sua” escola e por se ter mostrado disponível para todos os esclarecimentos e explicações solicitadas.

Aos professores e educadoras de infância da EB 1 c/JI do Bacelo deixo também um muito obrigado, pela amabilidade que tiveram ao responder aos questionários.

Agradeço também à Senhora Vereadora da Câmara Municipal de Évora, Professora Cláudia Sousa Pereira pela gentileza em me conceder uma entrevista e por me facultar dados, imprescindíveis para o meu trabalho.

Fica também o meu obrigado à DREALE, em particular na pessoa da assessora da diretora regional de educação, Dr.ª Maria João Charrua pelas informações prestadas e da senhora Maria João Rosado que foi incansável na resposta às minhas solicitações.

Agradeço ainda à Professora Sara Marques Pereira pelos conselhos e por me apontar bibliografia e leituras importantes na conceção da minha dissertação.

Deixo por fim a minha gratidão aos meus avós que desde sempre me incentivaram, apoiaram e aconselharam, à minha mãe, a grande responsável de ser como sou e que tudo fez para eu chegar até aqui e à Maria, pelo encorajamento constante, amor, paciência e compreensão ao longo de todo o caminho.

O REORDENAMENTO DA REDE ESCOLAR: UM ESTUDO SOBRE UM CENTRO ESCOLAR DE NOVA GERAÇÃO

RESUMO

Nos últimos 30 anos tem vindo a verificar-se uma clara aposta política e um enorme investimento na reorganização do sistema educativo português e na melhoria das infraestruturas escolares, para tornar o sistema educativo mais equitativo no acesso à escolaridade, pretendendo-se atenuar os efeitos resultantes das clivagens sociais, económicas e geográficas. Neste seguimento, foram abertos novos Centros Escolares, por outro lado, muitas escolas sem condições físicas e pedagógicas foram encerradas.

Esta dissertação é reflexo da investigação feita num novo Centro Escolar, o do Bacelo, em Évora, inaugurado em 2009, abordando diferentes aspetos da política de modernização e reestruturação da rede escolar.

Combinando abordagens quantitativas e qualitativas, tentou-se constatar se a abertura dos centros escolares de nova geração potencia, ou não, o direito a uma justa e efetiva igualdade de oportunidades no acesso e sucesso escolares, tal como defende o ponto 2 do Artigo 2.º da LBSE.

PALAVRAS-CHAVE: reordenamento da rede escolar; modernização de escolas de 1º Ciclo do Ensino Básico; encerramento de escolas; desertificação das aldeias

THE REORGANIZATION OF THE EDUCATIONAL NETWORK: A STUDY ABOUT A NEW GENERATION OF SCHOOL

ABSTRACT

In the last thirty years there has been a clear political and financial investment in the reorganization of the Portuguese education system and the improvement of the educational infrastructures, consequently turning the educational system more equally accessible, intending to reduce the resulted effects of social, economic and geographical differences. In this process, new schools were open however as others, physically and pedagogically deprived, were shut down.

This dissertation is reflected on the investigation of a new school, in Bacelo, in Évora, inaugurated in 2009, addressing different aspects of politics behind the modernization and restructuring of the educational network.

Keywords: reorganization of the educational network; modernizing of primary schools; closing of schools; desertification of villages

ÍNDICE GERAL

AGRADECIMENTOS	3
RESUMO	4
ABSTRACT	5
ÍNDICE GERAL	6
ÍNDICE DE FIGURAS	9
ÍNDICE DE QUADROS.....	10
ÍNDICE DE GRÁFICOS.....	12
ÍNDICE DE ANEXOS	15
SIGLAS E ABREVIATURAS UTILIZADAS.....	16
INTRODUÇÃO	18
CAPÍTULO I - ENQUADRAMENTO HISTÓRICO - POLÍTICO	22
1. REFORMA VEIGA SIMÃO.....	23
2. LEI Nº 46/86 - LEI DE BASES DO SISTEMA EDUCATIVO PORTUGUÊS.....	25
CAPÍTULO II - OS PASSOS PARA A REORGANIZAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO DA REDE DO 1.º CICLO DO ENSINO BÁSICO E DA EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR	30
1. GENERALIZAÇÃO DO PRÉ-ESCOLAR	31
2. A REQUALIFICAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DAS ESCOLAS PÚBLICAS DE 1.º CICLO ..	36
CAPÍTULO III - AS AUTARQUIAS E A REORGANIZAÇÃO DA REDE ESCOLAR NUMA PERSPETIVA DE ESCOLA A TEMPO INTEIRO	42
1. A REORGANIZAÇÃO DA REDE ESCOLAR BASEADA NO CONCEITO DE ESCOLA A TEMPO INTEIRO	43
CAPÍTULO IV - REORDENAMENTO E REQUALIFICAÇÃO DA REDE ESCOLAR NO ALENTEJO.....	47
1. REORDENAMENTO E REQUALIFICAÇÃO DA REDE ESCOLAR NO ALENTEJO.....	48
CAPÍTULO V - REORDENAMENTO DA REDE ESCOLAR E DESERTIFICAÇÃO DAS ALDEIAS ..53	53
1. REORDENAMENTO DA REDE ESCOLAR E DESERTIFICAÇÃO DAS ALDEIAS.....	54
CAPÍTULO VI - CONTEXTO E CARACTERIZAÇÃO GEOGRÁFICA, DEMOGRÁFICA, ADMINISTRATIVA E INSTITUCIONAL	56
1. DIREÇÃO REGIONAL DE EDUCAÇÃO DO ALENTEJO	57
2. O CONCELHO DE ÉVORA – CARACTERIZAÇÃO SOCIO-GEOGRÁFICA	58
3. O PAPEL DO MUNICÍPIO NA EDUCAÇÃO E A CARTA EDUCATIVA	59

4. O AGRUPAMENTO DE ESCOLAS Nº 4 DE ÉVORA.....	62
5. A ESCOLA BÁSICA DE 1º CICLO COM JARDIM DE INFÂNCIA DO BACELO	64
CAPÍTULO VII - METODOLOGIA DA INVESTIGAÇÃO.....	65
1. OBJETIVO E QUESTÃO INICIAL DO ESTUDO	66
2. RELEVÂNCIA DO ESTUDO.....	67
3. METODOLOGIA UTILIZADA	68
4. VALIDAÇÃO DOS MATERIAIS DE RECOLHA	71
5. POPULAÇÃO E AMOSTRA	71
CAPÍTULO VIII - ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS.....	72
1. ENCERRAMENTO DE ESCOLAS DE 1º CICLO E REORGANIZAÇÃO DA REDE ESCOLAR DE 1º CICLO NO CONCELHO DE ÉVORA.....	73
2. INFRAESTRUTURAS EDUCATIVAS COM MODERNIDADE COMO REFLEXO DO REORDENAMENTO DA REDE ESCOLAR – O CASO DA EB 1 C/JI DO BACELO	78
2.1 Investimento e custos de manutenção	78
2.2 A modernização tecnológica.....	80
2.3 As infraestruturas da EB 1 c/JI do BaceLO	87
2.3.1 Áreas.....	87
2.3.2 Iluminação	91
2.3.3 Acústica	92
2.3.4 Temperatura interior	93
2.3.5 Flexibilidade dos espaços	93
2.3.6 Arquitetura do edifício	95
2.3.7 Recursos e materiais	96
3. JUNÇÃO DE CICLOS NO MESMO ESPAÇO ESCOLAR	101
4. PLANEAMENTO ESTRATÉGICO	103
5. TRANSPORTES ESCOLARES	103
6. PROJETO EDUCATIVO	105
7. MOTIVAÇÃO E SATISFAÇÃO	107
CONCLUSÕES E LIMITAÇÕES DO ESTUDO	110
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	114
BIBLIOGRAFIA	115
REFERÊNCIAS LEGISLATIVAS	118

WEBGRAFIA	123
ANEXOS	125

ÍNDICE DE IMAGENS

IMAGEM I – Mapa do território da DREALE	57
--	-----------

ÍNDICE DE QUADROS

QUADRO I – Evolução de alunos matriculados no ensino pré-escolar (totais, público e privado) (1996-2010)	33
QUADRO II – Evolução das taxas de cobertura do pré-escolar (1996-2008)	34
QUADRO III – Duração média em anos de pré-escolarização (1996-2010)	35
QUADRO IV – Quadro síntese da visão e objetivos para a modernização tecnológica no ensino em Portugal	38
QUADRO V – Valores máximos de referência para execução das obras de construção, amplificação ou requalificação e arranjos dos espaços exteriores	40
QUADRO VI – Valores máximos de referência para aquisição de mobiliário escolar, material didático e equipamento informático	41
QUADRO VII – Centros escolares construídos e centros escolares já aprovados pelo Ministério da Educação a aguardar financiamento no Baixo Alentejo, em 2010	44
QUADRO VIII – Centros escolares construídos e centros escolares já aprovados pelo Ministério da Educação a aguardar financiamento no Alentejo Central, em 2010	50
QUADRO IX – Centros escolares construídos e centros escolares já aprovados pelo Ministério da Educação a aguardar financiamento no Alto Alentejo, em 2010	51
QUADRO X – Centros escolares construídos e centros escolares já aprovados pelo Ministério da Educação a aguardar financiamento no Alentejo Litoral, em 2010	52
QUADRO XI – Unidades Geográficas e Freguesias do Concelho de Évora	58
QUADRO XII – População infantil [0-14 anos] no município de Évora em 1960 e 2011	59
QUADRO XIII – Quadro-síntese da metodologia de investigação	71
QUADRO XIV – Movimento anual da rede escolar (2012-2013)	76

QUADRO XV – Despesa da EB 1 c/JI do Bacelo nos anos letivos de 2010/2011 e	
2011/2012	79

ÍNDICE DE GRÁFICOS

GRÁFICO I - Como avalia o número de computadores na sua sala de aula?	82
GRÁFICO II - Como avalia o número de computadores na biblioteca?	82
GRÁFICO III - Como avalia a qualidade dos equipamentos informáticos (hardware) na sua sala de aula?	83
GRÁFICO IV - Como avalia a qualidade dos equipamentos informáticos (hardware) na biblioteca?	84
GRÁFICO V - Como avalia a qualidade do <i>software</i> disponível nos computadores das salas de aula?	84
GRÁFICO VI - Como avalia a qualidade do <i>software</i> disponível nos computadores da biblioteca?	85
GRÁFICO VII - Qual o nível de adequação do <i>software</i> da escola ao tipo de funções a que se destina?	85
GRÁFICO VIII - Como avalia o número de quadros digitais na escola?	86
GRÁFICO IX - Como avalia as funcionalidades dos quadros digitais?	87
GRÁFICO X - Como avalia a área da sua sala de aula?	88
GRÁFICO XI - Como avalia a área da biblioteca?	88
GRÁFICO XII - Como avalia, na biblioteca, a área destinada às TIC?	89
GRÁFICO XIII - Como avalia a área da zona de refeições?	89
GRÁFICO XIV - Como avalia a área da zona para atividades desportivas?	90
GRÁFICO XV - Como avalia a área dos espaços polivalentes?	90

GRÁFICO XVI - Como avalia a iluminação natural do Centro Escolar?	91
GRÁFICO XVII - Como avalia a iluminação artificial do Centro Escolar?	92
GRÁFICO XVIII - Como avalia a acústica da sala de aula?	92
GRÁFICO XIX - Como avalia a temperatura interior da escola?	93
GRÁFICO XX - Como avalia a flexibilidade de utilização da sala de aula para diversos fins, como atividades de expressão plástica, dramáticas e musicais?	94
GRÁFICO XXI - Como avalia a flexibilidade de utilização dos espaços polivalentes para atividades desportivas, pelas de teatro e comemorações?	94
GRÁFICO XXII - Como avalia a flexibilidade de utilização da biblioteca para leitura, visualização de filmes, audição de áudio e utilização de computadores?	95
GRÁFICO XXIII - Como avalia a arquitetura do edifício?	96
GRÁFICO XXIV - Como avalia a qualidade do material didático?	96
GRÁFICO XXV - Como avalia o número de livros na biblioteca?	97
GRÁFICO XXVI - Como avalia a qualidade dos livros na biblioteca?	98
GRÁFICO XXVII - Como avalia a diversidade dos livros na biblioteca?	98
GRÁFICO XXVIII - Como avalia a diversidade dos recursos impressos (jornais e revistas)?	99
GRÁFICO XXIX - Como avalia qualidade dos recursos audiovisuais (filmes e música)?	99
GRÁFICO XXX - Como avalia a ergonomia do mobiliário da sala de aula?	100
GRÁFICO XXXI - Como avalia a junção dos ciclos de ensino (1º Ciclo e II) no mesmo espaço escolar?	102
GRÁFICO XXXII - Como avalia a transição do pré-escolar para o 1º Ciclo do Ensino Básico, nesta escola?	102

GRÁFICO XXXIII - Como avalia os objetivos do projeto educativo da EB1 c/ JI do Bacelo?	106
GRÁFICO XXXIV - Como avalia a abrangência do projeto educativo, no âmbito das várias áreas de atuação da escola?	106
GRÁFICO XXXV - Como avalia o projeto educativo, enquanto facilitador da relação entre docentes, alunos e funcionários?	107
GRÁFICO XXXVI - Como avalia o projeto educativo, enquanto facilitador da articulação entre disciplinas?	107
GRÁFICO XXXVII - Como auto-avalia a sua motivação para trabalhar na EB1 c/JI do Bacelo?	108
GRÁFICO XXXVIII - Como avalia a motivação dos alunos para a aprendizagem neste espaço escolar?	109
GRÁFICO XXXIX - Em geral, como avalia a sua satisfação com as condições propiciadas com este centro escolar para ensinar os seus alunos?	109

ÍNDICE DE ANEXOS

ANEXO I – ESCOLAS DE 1º CICLO DO ENSINO BÁSICO ENCERRADAS NO ALENTEJO, EM 2010/2011

ANEXO II - ALUNOS MATRICULADOS EM PORTUGAL (1973-2010)

ANEXO III - RESULTADOS ALCANÇADOS PELA DIVISÃO DE GESTÃO DE EQUIPAMENTOS E AÇÃO EDUCATIVA

ANEXO IV - QUESTIONÁRIO REALIZADO AOS PROFESSORES DA EB1 C/JI DO BACELO

ANEXO V - MATRIZ DO QUESTIONÁRIO REALIZADO AOS PROFESSORES DA EB1 C/JI DO BACELO

ANEXO VI – *OUTPUTS* DO SPSS

ANEXO VII - MATRIZ DA ENTREVISTA REALIZADA À VEREADORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ÉVORA, PROFESSORA CLÁUDIA SOUSA PEREIRA

ANEXO VIII - MATRIZ DA ENTREVISTA REALIZADA AO COORDENADOR DA ESCOLA EB1 C/ JI DO BACELO, PROFESSOR JOSÉ GARÇÃO

ANEXO IX - MATRIZ DA ENTREVISTA REALIZADA À COORDENADORA DO GABINETE DE APOIO À DIREÇÃO REGIONAL DE EDUCAÇÃO DO ALENTEJO, Dr.ª MARIA JOÃO CHARRUA

ANEXO X – TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA À VEREADORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ÉVORA, PROFESSORA CLÁUDIA SOUSA PEREIRA

ANEXO XI - TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA AO COORDENADOR DA ESCOLA EB1 C/ JI DO BACELO, PROFESSOR JOSÉ GARÇÃO

ANEXO XII – TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA À COORDENADORA DO GABINETE DE APOIO À DIREÇÃO REGIONAL DE EDUCAÇÃO DO ALENTEJO, Dr.ª MARIA JOÃO CHARRUA

SIGLAS E ABREVIATURAS UTILIZADAS

AECS – Atividades Extracurriculares

ANMP – Associação Nacional de Municípios Portugueses

CCDRA – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo

CDS – Centro Democrático Social

CME – Câmara Municipal de Évora

DREALE – Direção Regional de Educação do Alentejo

EB 1 c/JI – Escola Básica de 1º Ciclo com Jardim de Infância

EB 2,3 – Escola Básica com 2º e 3º Ciclo

ECTS – Sistema Europeu de Transferência e Acumulação de Créditos

IPSS – Instituto Particular de Solidariedade Social

LBSE – Lei de Bases do Sistema Educativo

Mbps – *Megabite* por segundo

MDP/ CDE – Movimento Democrático Português/Comissão Democrática Eleitoral

NUTS – Nomenclaturas de Unidades Territoriais para Fins Estatísticos

PCP – partido Comunista Português

PORA – Programa Operacional Regional do Alentejo

PRD – Partido Renovador Democrático

PS – Partido Socialista

PSD – Partido Social Democrata

PTE – Plano Tecnológico da Educação

QREN – Quadro de Referência Estratégica Nacional

TIC – Tecnologias da Informação e da Documentação

UE – União Europeia

INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO

Portugal tem assistido nas últimas décadas a um gradual reajustamento da rede escolar, em virtude, essencialmente, de desfasamentos sociogeográficos. O êxodo das populações rurais para os centros urbanos motivou a realização de alterações de foro político e estratégico que culminaram com o reordenamento da rede escolar, principalmente após a publicação da Resolução do Conselho de Ministros 44/2010 que previu o encerramento de escolas de 1º Ciclo do Ensino Básico com menos de 21 alunos e sem condições físicas, estruturais, pedagógicas e de socialização. Estas opções políticas surgem como resposta á necessidade de tornar melhor a educação portuguesa, mas principalmente, de promover a igualdade de acesso de todas as crianças a uma educação de qualidade. Uma sociedade que almeja ser desenvolvida tem de promover uma educação assente em ideários de justiça e de igualdade de oportunidades.

Por todo o país o cenário de escolas rurais com poucos alunos e com poucos recursos repetia-se, não se conseguindo manter uma prática pedagógica de qualidade. Por outro lado, nas cidades, as escolas enfrentavam problemas de sobrelotação, não garantindo igualmente elevados padrões de qualidade pedagógica.

Perante este panorama, as autarquias assumiram um papel de destaque no planeamento e administração dos processos relacionados com o reordenamento da rede escolar, na sequência do que está previsto pela Lei de Bases do Sistema Educativo, de 1986. Os municípios assumiram as competências conferidas pela LBSE, nomeadamente ao nível do planeamento da rede municipal de educação, e da construção e reconstrução dos edifícios.

Este facto assegurou o cumprimento de uma política de proximidade das autarquias no que concerne à educação, garantindo-se a análise de cada realidade e as especificidades de cada situação.

Contudo, as estratégias de cada município no que respeita à definição da rede escolar basearam-se em princípios orientadores estipulados pelo Ministério da Educação. Mas, o próprio Ministério da Educação reconheceu que cada processo local justificava a devida adaptação ao contexto.

Esta investigação, intitulada “O reordenamento da rede escolar: Um estudo sobre um Centro Escolar de Nova Geração” vai, em linhas gerais, tentar apontar se a abertura dos centros escolares de nova geração potencia, ou não, o direito a uma justa e efetiva igualdade de oportunidades no acesso e sucesso escolares, tal como defende o ponto 2 do Artigo 2.º da Lei de Bases do Sistema Educativo Português.

Uma vez que a concretização desta investigação a nível nacional, ou até mesmo regional não seria exequível dentro dos *timings* definidos, optei por escolher um centro escolar de nova geração, A Escola EB 1 c/JI do Bacelo, em Évora, fazendo do referido centro, a amostra para o meu estudo de caso.

Após esta contextualização introdutória da investigação, apresento a estrutura deste documento de VIII capítulos.

A fundamentação teórica deste trabalho divide-se pelo primeiro capítulo onde é apresentado o devido enquadramento histórico – político, pelo segundo capítulo que mostra os passos que foram dados ao nível da reorganização e requalificação da rede escolar do 1.º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar, pelo terceiro capítulo que aborda o conceito de escola a tempo inteiro como fator preponderante na redefinição e modernização da rede escolar, pelo quarto capítulo que apresenta o reordenamento e requalificação da rede escolar no Alentejo e pelo quinto capítulo que mostra o impacto que o reordenamento teve na demografia das aldeias. No sexto capítulo faço uma contextualização e caracterização geográfica, demográfica, administrativa e institucional e física relativamente à administração da educação no Alentejo, no concelho de Évora, no agrupamento número 4 de escolas de Évora e à Escola EB 1 c/JI do Bacelo.

No sétimo capítulo justifico as opções metodológicas da investigação, explicando todos os processos, instrumentos e procedimentos utilizados na

prosseção deste trabalho. Neste capítulo são referidos os objetivos do estudo, a justificação da metodologia e das escolhas efetuadas, bem como a forma como foram colocadas em prática a recolha de dados e o tratamento dos mesmos.

No oitavo capítulo é exposto o produto dos instrumentos de recolha de dados. Neste capítulo são apresentados, analisados e interpretados os dados provenientes dos vários procedimentos de recolha de dados.

No nono capítulo apresento as conclusões do estudo e as limitações do mesmo. As conclusões têm por base o enquadramento teórico e os dados recolhidos.

CAPÍTULO I

ENQUADRAMENTO HISTÓRICO - POLÍTICO

Os factos e as políticas apresentadas nesta perspetiva histórica inscrevem as suas origens ideológicas em dois momentos de real reforma educativa em Portugal, nomeadamente, a Reforma Veiga Simão em 1973 e a aprovação da Lei de Bases do Sistema Educativo em 1986.

Por isso, apresento uma resenha sobre estes dois marcos da política educativa em Portugal, para depois apresentar as medidas e os acontecimentos sobre o reordenamento e requalificação da rede escolar em Portugal que, do ponto de vista ideológico, muito se baseiam nos projetos reformistas da Reforma Veiga Simão e da Lei de Bases do Sistema Educativo.

1. REFORMA VEIGA SIMÃO

Após décadas sem reformas educativas em Portugal, em 1971, o ministro da Educação do Governo de Marcelo Caetano, Professor José Veiga Simão apresentou os traços orientadores de uma reforma do ensino que ficou conhecida pelo seu nome. Esta reforma do sistema educativo português não é estranha às políticas reformistas do governo de Marcelo Caetano e vem precisamente no seguimento de abertura do regime.

Esta reforma começou por ser apresentada por Marcello Caetano, numa intervenção na rádio, a 17 de janeiro de 1970, afirmando que o Governo estava decidido a travar “a grande, urgente e decisiva batalha da educação” (Machado, 1973, p. 6).

Esta vontade política é corroborada pelo Professor Veiga Simão que faz uma declaração ao país a 6 de janeiro de 1971. O ministro da educação apresentou a estrutura da sua reforma do ensino para Portugal, na forma de dois documentos a serem publicados, de maneira a fomentar a discussão e o debate, o Projeto do sistema escolar e as Linhas gerais da reforma do Ensino Superior. Estes dois documentos iniciaram um período de debate no seio da vida social e política portuguesa, uma vez que vinham materializar as pretensões de longa data da população e das instituições de ensino no que diz respeito ao sistema educativo.

Apesar desta reforma ter começado a ser discutida em 1970, apenas em abril de 1973 se viu materializada em lei, a Lei Nº5/73, depois de ser discutida nos primeiros quatro meses desse ano.

Em 1972, o Professor Veiga Simão referia que esta reforma teria de “educar todos os portugueses, educá-los promovendo uma efetiva igualdade de oportunidade, independentemente das condições sociais e económicas de cada um; é o objetivo desta batalha da educação”. (Sanches, 1972, p. 3740) Para o Professor Veiga Simão, “educar todos os portugueses, onde quer que se encontrem, na aldeia escondida ou na cidade industrializada, na savana seca e ignota ou na lezíria verdejante, é princípio sagrado de valor absoluto e de transcendente importância à escala nacional.” (Simão, 1970, p. 8-9).

Se durante o regime de Salazar o ensino tinha um carácter demasiadamente ideológico, nacionalista assente na famosa trindade “Deus, Pátria e Família”, o sistema educativo alterou-se no início dos anos 70, nomeadamente após a subida de Marcelo Caetano a chefe máximo do Governo, passando a ter uma ligação mais direta à economia e ao desenvolvimento económico do país. Mas, o que esta nova perspetiva sobre a educação em Portugal trouxe realmente de novo foi a democratização do ensino, mais concretamente a igualdade de oportunidades no acesso à educação. Com a implementação desta reforma fica claro a consciencialização do Governo de Marcelo Caetano que o futuro do país não podia passar apenas pela formação de uma elite, mas sim pela formação de mão-de-obra especializada vital para o progresso e crescimento económico do país.

A Lei Nº 5/73 foi de facto um laivo de modernidade educativa, tendo sido introduzidos conceitos tais como a educação básica, aumento da escolaridade, igualdade de oportunidades, educação permanente, educação formal, educação informal, ensino unificado, mas pouco estabeleceu quanto aos processos de ensino e às relações pedagógicas, deixando o ensino primário subordinado a aspetos segregacionistas anteriores, particularmente, o recurso a professores provisórios com baixos salários e a ausência de uma nova política de formação de professores que ajudaram a manter essa situação inalterada.

A política educativa de Veiga Simão, consagrada na Lei Nº 5/73 assumiu uma estrutura paradoxalmente democrática, num regime que ainda não o era. Este facto foi talvez o grande motivo para que esta reforma não tivesse sucesso total.

2. LEI Nº 46/86 - LEI DE BASES DO SISTEMA EDUCATIVO PORTUGUÊS

A Lei de Bases do Sistema Educativo, adiante designada por LBSE, é a lei que determina o quadro geral do sistema educativo português. Mais de uma década após o 25 de abril de 1974, a LBSE vem dar enquadramento geral ao sistema educativo em conformidade com a Constituição democrática de 25 de abril de 1976. A LBSE foi aprovada pela Lei Nº 46/86, de 14 de outubro, e modificada pelas leis Nº 115/97, de 19 de setembro, 49/2005, de 30 de agosto, e 85/2009, de 27 de agosto. Apesar destas três alterações pontuais, a LBSE continua bastante fiel aos princípios e à sua génese.

Para a edificação da LBSE muito contribuiu o consenso quase global dos partidos políticos com assento parlamentar. A Assembleia da República dispôs da colaboração do PSD, PS, PCP, MDP/CDE e PRD.

Cada partido edificou o seu projeto, divulgando-o através de separatas, da comunicação social e de sessões públicas, algumas com a presença de deputados da Comissão Parlamentar de Educação.

A Comissão Parlamentar de Educação formou uma subcomissão presidida por Bártolo Paiva Campos que discutiu previamente os cinco projetos partidários antes da subida destes a plenário parlamentar para debate e votação na generalidade, que veio a decorrer a 9, 10 e 14 de maio de 1986.

A subcomissão consciencializou-se da necessidade de ser aprovada uma nova lei que clarificasse a estrutura do sistema escolar e que proporcionasse uma reforma global e articulada do sistema educativo, evitando simultaneamente a implementação de medidas avulsas, por vezes contraditórias e incongruentes, criando-se estabilidade, independentemente do partido que estivesse no Governo.

Considerou-se que todos os partidos deram contributos válidos para a constituição de uma versão final de convergência. Prova disso, é que os cinco projetos partidários foram votados na generalidade por todos os grupos parlamentares, baixando depois à subcomissão para que fosse redigido um texto síntese consensual.

Depois de 175 horas de trabalho, distribuídas por 30 reuniões, a subcomissão apresentou em meados de julho de 1986 o texto síntese que foi votado na especialidade em Comissão. Depois, subiu a plenário da Assembleia da República a 24 de julho, para votação final global, tendo obtido apenas votos contra do CDS e abstenção do MDP/CDE, ou seja, tendo clara aprovação por parte da Assembleia.

De acordo com Pires (1987), a LBSE (Lei Nº46/86) publicada a 14 de outubro de 1986 trouxe algumas novidades, nomeadamente: a atribuição da jurisdição e administração da política relativa ao sistema educativo a um único ministério; o aumento da escolaridade básica e obrigatória para nove anos, estruturados em três ciclos com objetivos específicos; a definição dos diversos dispositivos públicos e privados para educação das crianças antes da escolaridade obrigatória; a organização do ensino secundário segundo formas distintas, com a duração de três anos, contemplando a preparação predominantemente para a vida ativa e/ou para o Ensino Superior, contendo em todas as vertentes uma formação de sentido técnico, tecnológico e profissionalizante; a definição dos objetivos do Ensino Superior que contempla dois tipos de estabelecimento de ensino, o Ensino Universitário e o Ensino Politécnico, estabelecendo também os princípios gerais de acesso ao Ensino Superior, nomeadamente a realização de provas de aptidão para a respetiva frequência do Ensino Superior; o estabelecimento os auxílios e condições a garantir pelo Estado para que a frequência da escolaridade obrigatória seja conseguida por todos; a integração de portadores de deficiência em estabelecimentos regulares de ensino; o acompanhamento e complemento pedagógico de alunos com necessidades escolares específicas; a consagração do ensino recorrente para pessoas que não tenham frequentado ou completado o ensino básico e secundário em idade habitual, organizado com planos de estudo destinado às características dos estudantes; a valorização do ensino à distância, inserindo-se nesse âmbito a Universidade Aberta; o incentivo à criação de escolas portuguesas nos países de língua oficial portuguesa e

junto das comunidades de emigrantes portugueses; o englobamento no sistema educativo da educação extraescolar; a definição dos princípios a que deve obedecer o planeamento da rede de estabelecimentos escolares e dos respetivos edifícios, de modo a combater as assimetrias locais e regionais existentes, a racionalizar recursos, a assegurar uma dimensão à medida de uma verdadeira comunidade escolar e a garantir a flexibilidade de utilização no contexto de um equipamento concebido para o conjunto de atividades educativas da comunidade envolvente; a criação de centros regionais de recursos educativos para apoio aos existentes nas escolas; a obrigatoriedade da formação profissional de todos os educadores e professores se realize em cursos específicos do Ensino Superior; a definição de critérios de progressão na carreira dos profissionais da educação, com base nas atividades desenvolvidas e nas qualificações adquiridas; os princípios a que deve obedecer a administração e gestão do sistema educativo a nível central, regional autónomo, regional, local e de estabelecimento de entre os quais se destacam os princípios da democraticidade, da participação de todos os implicados e da interligação com a comunidade; a criação de departamentos regionais da educação com o objetivo de coordenar, integrar e acompanhar a ação educativa a nível regional; a constituição, com funções consultivas, do Conselho Nacional da Educação, na procura de consensos alargados relativos à política educativa; estabelecimento de normas relativas ao desenvolvimento curricular, previsão de criação de estruturas que fomentem a inovação pedagógica; reforço do valor das iniciativas de ensino particular e cooperativo, determinando que sejam consideradas no alargamento ou ajustamento da rede de ensino e tendo em conta a racionalização de meios e aproveitamento de recursos; estabelecimento do apoio e fiscalização pelo Estado às instituições e ensino particular e cooperativo; a elaboração pelo Governo de um plano de desenvolvimento do sistema educativo com um horizonte temporal médio e prevê o acompanhamento sistemático e específico da execução desta Lei pelo Conselho Nacional de Educação.

A LBSE trouxe estabilidade no plano das políticas educativas, contabilizando-se apenas três alterações pontuais e não estruturais ao documento de 1986, em 1997, 2005 e 2009.

Em 1997, a Lei Nº 115/97, de 19 de setembro introduziu alterações no regime de acesso ao Ensino Superior, transferindo para as instituições de Ensino Superior a competência para, no quadro de um conjunto de princípios que fixou, definir o processo de avaliação da capacidade para a frequência, bem como o de seleção e seriação dos candidatos, no sistema de graus atribuindo às instituições de Ensino Superior Politécnico a capacidade para atribuição do grau de licenciado, uma vez que até aqui apenas poderiam atribuir o grau de bacharel; a atribuição de competências às instituições de Ensino Superior Politécnico para formar professores do 3.º Ciclo do Ensino Básico; a elevação da formação de educadores de infância e professores do 1.º Ciclo do Ensino Básico do grau de bacharel para o de licenciado;

Em 2005, a Lei Nº 49/2005, de 30 de agosto, visou a organização do Ensino Superior em três ciclos de formação, tal como prevê o Processo de Bolonha, conducentes aos graus académicos de licenciado, mestre e doutor, a estruturação do Ensino Superior através do Sistema Europeu de Transferência e Acumulação de Créditos (ECTS), a possibilidade das instituições de ensino politécnico conferirem o grau de mestre; a atribuição ao ensino superior da responsabilidade de selecionarem os indivíduos que não ingressem no ensino Superior na idade dita normal; criação legal para reconhecer a experiência profissional através da sua creditação.

Em 2009, a Lei Nº 85/2009, de 27 de agosto anula a obrigatoriedade de frequência do ensino básico até aos 15 anos, considerando-se em idade escolar as crianças e jovens com idades compreendidas entre os 6 e os 18 anos, cessando apenas a escolaridade obrigatória aquando da obtenção do diploma de curso conferente de nível secundário da educação, ou independentemente da obtenção do diploma de qualquer ciclo ou nível de ensino, no instante do ano escolar em que o aluno conclua 18 anos; autoriza o Governo a estabelecer um regime mais amplo no que diz respeito à universalidade, obrigatoriedade e gratuidade na organização geral do sistema educativo.

Em suma, a LBSE generaliza-se em algumas premissas que passo a enunciar: previu a educação fundamental de todas as crianças portuguesas, através de uma escolaridade obrigatória, gratuita, precedida da oportunidade de frequentar a

educação de infância; o destaque para a educação tecnológica, bem como a formação dos jovens para a vida ativa, quer através do Ensino Secundário como Superior, quer através das modalidades flexíveis de formação profissional complementar; o destaque para outras oportunidades educativas que não a formação regular, nomeadamente o ensino recorrente e o ensino à distância; a formação de especialistas e investigadores que pensem na teoria as coisas práticas para que a qualidade predomine sobre a quantidade. Estas são as condições para o progresso educativo da nação com a subida do nível educativo da população.

CAPÍTULO II

OS PASSOS PARA A REORGANIZAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO DA REDE DO 1.º CICLO DO ENSINO BÁSICO E DA EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR

Nas duas últimas décadas, e em particular a partir da publicação da LBSE em 1986 tem vindo a haver uma clara aposta política e conseqüente um forte investimento na reorganização do sistema educativo português e na melhoria das infraestruturas escolares, no sentido de tornar o sistema educativo mais justo no acesso à escolaridade, logo desde o pré-escolar. Os planos de reordenamento e requalificação da rede escolar assumiram-se como uma arma de combate à redução das clivagens sociais, económicas e geográficas que persistem na sociedade portuguesa e que se refletem naturalmente na qualidade do ensino e no trabalho quotidiano das escolas, sendo entrave natural à prestação de um serviço educativo igual a todos, no que concerne às oportunidades e aos recursos.

Segunda Verdasca (2010:15), universalizar e consolidar um serviço social básico e educativo de qualidade para a infância, é tarefa de enorme alcance social e educativo e condição essencial ao pleno desenvolvimento e inserção da criança na sociedade como ser autónomo, livre e solidário.

1. GENERALIZAÇÃO DO PRÉ-ESCOLAR

Em Portugal, e em especial a partir de 1997, tem vindo a consolidar-se uma clara orientação política no sentido de expansão e melhoria da qualidade da rede nacional de educação pré-escolar. Para isso muito contribuiu a publicação da Lei nº5/97 de 24 de janeiro, Lei-quadro da Educação pré-escolar, que surge na sequência dos princípios definidos na Lei de Bases do Sistema Educativo e também da Constituição Portuguesa e do Decreto-lei Nº 147/97 de 11 de junho que estabelece o ordenamento jurídico do desenvolvimento e alargamento da rede nacional de educação pré-escolar, definindo também o respetivo sistema de organização e financiamento.

O artigo 2º da Lei Nº5/97 define o princípio geral desta lei que estabelece que “a educação pré-escolar é a primeira etapa da educação básica no processo de educação ao longo da vida, sendo complementar da ação educativa da família, com a qual deve estabelecer estreita cooperação, favorecendo a formação e o desenvolvimento equilibrado da criança, tendo em vista a sua plena inserção na sociedade como ser autónomo, livre e solidário.” Esta lei revela o reconhecimento por

parte do Estado que a educação pré-escolar é vital para o desenvolvimento dos indivíduos quer do ponto de vista intelectual, quer do ponto de vista social.

A Lei Nº5/97 baliza a idade de frequência do pré-escolar para crianças com idades compreendidas entre os 3 anos e a idade de ingresso no ensino básico. Esta lei define ainda que a frequência da educação pré-escolar é facultativa, admitindo que cabe em primeiro lugar à família a educação dos filhos, mas reafirmando que o Estado deve contribuir ativamente para a generalização da oferta educativa ao nível do pré-escolar, ficando clara a gratuidade da componente educativa.

O Decreto-lei Nº 147/97 de 11 de junho reforça que o Estado fica responsável pela criação de uma rede pública de educação pré-escolar, apoiando a criação de uma rede privada, desenvolvida a partir das iniciativas de instituições particulares, cooperativas e solidárias, caso a oferta disponível na rede pública seja insuficiente. O Estado fica ainda responsável pela tutela pedagógica, organizativa e técnica. Ficou também prevista a participação dos municípios e das instituições de carácter particular ou de solidariedade social, as IPSS na construção de novas salas para o ensino pré-escolar. No âmbito deste programa foram estabelecidos 172 protocolos com as autarquias e IPSS para edificar mais 300 salas de educação pré-escolar com o apoio do Ministério da Educação e Ministério do Trabalho e da Solidariedade que serviriam mais 13 mil crianças, aumentando, em consequência, as taxas de cobertura da educação pré-escolar.

Através da análise do quadro I, verificamos que entre 1996, um ano antes da publicação da Lei Nº5/97 e 2010, houve um aumento global do número de crianças matriculadas no pré-escolar. No que toca à distribuição dos alunos pelo ensino pré-escolar público e privado, constatamos que em 1996, ou seja, um ano antes da publicação da Lei Nº5/97, cerca de 57% dos matriculados estava no ensino pré-escolar privado. Em 2000, três anos depois da publicação da Lei Nº5/97 já havia uma distribuição praticamente igual dos alunos pelo ensino pré-escolar público e privado. Desde 2002, que o ensino pré-escolar público tem mais alunos matriculados que o ensino pré-escolar privado. Em 2010, o ensino pré-escolar público tinha cerca de 51 %

dos matriculados no pré-escolar enquanto o ensino pré-escolar privado tinha 49% dos matriculados.

Quadro I – Evolução de alunos matriculados no ensino pré-escolar (totais, público e privado) (1996-2010)

ANO	TOTAL DE ALUNOS	TOTAL DE ALUNOS	TOTAL DE ALUNOS
	MATRICULADOS NO PRÉ-ESCOLAR	MATRICULADOS NO ENSINO PRÉ-ESCOLAR PÚBLICO	MATRICULADOS NO ENSINO PRÉ-ESCOLAR PRIVADO
1996	191.023	82.828	108.195
1997	200.490	94.530	105.960
1998	215.279	100.753	114.526
1999	220.775	105.517	115.258
2000	228.459	113.644	114.815
2001	235.610	117.226	118.384
2002	241.288	123.060	118.228
2003	247.521	127.688	119.833
2004	253.635	133.353	120.282
2005	259.788	137.297	122.491
2006	262.002	139.412	122.590
2007	263.887	138.168	125.719
2008	266.158	141.854	124.304
2009	274.628	142.347	132.281
2010	274.387	141.044	133.343

Fonte: GEPE/ME, PORDATA acessado a 4 de Fevereiro de 2012

Este esforço do Estado para universalizar os serviços de educação pré-escolar foi recompensado com um considerável aumento das taxas de cobertura do pré-escolar, havendo um significativo aumento da frequência deste nível de ensino, como podemos ver no quadro II. Se no ano letivo 1996/97, cerca de 60 % das crianças dos 3 aos 5 anos frequentavam o pré-escolar, em 2007/08, os números eram sensivelmente de 79%, registando-se um aumento de cerca de 19%. A frequência de crianças com 5 anos de idade apresentava números ligeiramente superiores. No ano letivo 1996/97, aproximadamente 68% das crianças com 5 anos frequentavam o pré-escolar, sendo

que em 2007/08 os números eram de 92%, registando-se um aumento de cerca de 24%.

Quadro II – Evolução das taxas de cobertura do pré-escolar (1996-2008)

Ano Letivo	3 a 5 anos	5 anos
1996/97	59,8%	67,7%
1997/98	65,8%	74,5%
1998/99	68,7%	77,1%
1999/00	71,6%	83,0%
2000/01	74,8%	83,3%
2001/02	76,2%	84,7%
2002/03	76,3%	87,7%
2003/04	76,9%	87,7%
2004/05	77,5%	87,1%
2005/06	77,8%	89,7%
2006/07	77,7%	89,2%
2007/08	78,7%	92,0%

Fonte: GEPE, Estatísticas da Educação

Após a implementação da Lei Nº5/97 também se registou um aumento da duração média de pré-escolarização. Se em 1996, era de 1,74 anos, em 2010 era de dois anos e meio, como podemos ver no quadro III.

Quadro III - Duração média em anos de pré-escolarização (1996-2010)

Ano	Duração média em anos de pré-escolarização
1996	1,74
1997	1,83
1998	2,01
1999	2,11
2000	2,20
2001	2,27
2002	2,32
2003	2,33
2004	2,34
2005	2,35
2006	2,36
2007	2,36
2008	2,39
2009	2,50
2010	2,50

Fonte: Fonte: GEPE, Estatística da Educação in A escola pública pode fazer a diferença

O alargamento da rede de jardins-de-infância tem registado progressos assinaláveis, mas o resultado só será totalmente satisfatório quando se registarem resultados a rondar os 100% de frequência do pré-escolar, uma vez que conforme o artigo 2º da Lei Nº 5/97, a educação pré-escolar favorece “a formação e o desenvolvimento equilibrado da criança, tendo em vista a sua plena inserção na sociedade como ser autónomo, livre e solidário.” Num ideário de escola justa com igualdade de oportunidades, ao nível da frequência do ensino pré-escolar terá de se continuar a apostar no alargamento da rede de jardins-de-infância para a prossecução dos objetivos de universalização deste nível de ensino fundamental para a melhoria dos percursos escolares das crianças.

2. A REQUALIFICAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DAS ESCOLAS PÚBLICAS DE 1º CICLO

Nos últimos anos registou-se um grande processo de requalificação e modernização das escolas públicas de 1º Ciclo, no âmbito de uma política governamental de melhoria do serviço público na educação, renovando-se também o próprio conceito de espaço escolar.

Para dar resposta aos novos desafios da escola pública que passam pelo conceito de escola a tempo inteiro, nomeadamente com o introdução do ensino do inglês no 1º ciclo, bem como de outras atividades extracurriculares, as apostas no ensino experimental das ciências, na leitura e no ensino tecnológico, foram construídos centros escolares de nova geração e requalificadas e modernizadas outras escolas já existentes.

Segundo Verdasca (2010), o que está em causa não é uma mera recuperação de equipamentos escolares, mas antes a conceção de novas formas e volumes e a produção de novas soluções arquitetónicas ao nível da organização e distribuição dos espaços capazes de estabelecer uma relação de implicação e vinculação dos atores escolares no edificar e fazer de um lugar de cultura e conhecimento, de personalização, de socialização e de afetos em suma, capazes de servir uma escola com funções sociais progressivamente acrescidas e que tem a missão de perseguir o desafio da universalização e da diversidade escolar sucedida de uma população de todas as idades e contextos.

Ao nível da modernização tecnológica das escolas públicas portuguesas, desde 1997 que tem havido um esforço político para generalizar a utilização das tecnologias da informação e da comunicação, vulgo TIC. Atente-se para esta pequena contextualização temporal. Em 1997, foram ligadas cerca de 7000 escolas à Internet, incluindo as de 1º Ciclo do Ensino Básico, através da colocação de computadores nas bibliotecas. Entre 2002 e 2004, foram criadas mais de 1200 salas TIC em escolas básicas e secundárias. Em 2005, todas as escolas públicas foram apetrechadas com computadores portáteis, tendo sido distribuídos 30000 computadores, a fim de serem utilizados por professores e alunos no desenvolvimento de projetos na sala de aula.

Entre 1997 e 2005, houve um apoio financeiro destinado a formar continuamente os professores em TIC, por instituições do Ensino Superior.

Apesar de entre 1997 e 2007 se terem registado grandes esforços políticos, das escolas e dos docentes, persistia o atraso tecnológico nas escolas, em comparação com a média europeia.

Portanto, neste seguimento, o Governo traçou o plano de modernização tecnológica do ensino. Destaca-se neste projeto de renovação das escolas públicas portuguesas no que concerne às infraestruturas tecnológicas, a implementação do Plano Tecnológico da Educação (PTE) aprovado a 18 setembro de 2007, pela resolução governamental 137/2007. Este plano foi ambicioso, uma vez que pretendia não só recuperar o atraso, mas também, tornar Portugal um dos países mais desenvolvidos na esfera das tecnologias da informação e da comunicação no ensino, em relativamente pouco tempo, entre cinco e sete anos.

Pela análise do quadro IV vimos que as políticas do PTE para colocar Portugal no topo da tabela dos países com o ensino tecnologicamente mais modernizado foram muito ousadas. Se em 2007, Portugal apenas tinha 4 Mbps de ligação à Internet de banda larga, duas unidades a menos que a média da UE em 2006, em 2010 era esperado que houvesse em todas as escolas o acesso à Internet em banda larga de alta velocidade de pelo menos 48 Mbps. Se em 2007, Portugal tinha um rácio de 12,8 alunos por PC, superior ao rácio da UE em 2006 que tinha 8,3 alunos, em 2010, esperase que o rácio em Portugal seja de 2 computadores por aluno. No que diz respeito à formação dos professores em TIC, Portugal espera ter 90 % dos seus docentes com formação na área, um número muito superior à média europeia de 2006 que era de 25%.

Quadro IV – Quadro síntese da visão e objetivos para a modernização tecnológica no ensino em Portugal

Objetivos	Média UE (a 15 países) (2006)	Portugal (2007)	Portugal (2010)
Ligação à Internet em banda larga de alta velocidade nas escolas	6 Mbps	4 Mbps	≥ 48 Mbps
Número de alunos por PC com ligação à Internet	8,3	12,8	2
Percentagem de docentes com certificação em TIC	25%	-	90%

Fonte: Plano Tecnológico da Educação

O PTE previa ainda a colocação de pelo menos um quadro interativo em cada três salas de aula, e o apetrechamento de cada sala de aula com um computador e um videoprojector.

Em 2009, o PTE já dava frutos. Até esta data foram instaladas redes de área local em todas as escolas e ligações à internet de pelo menos 64 Mbps, o rácio de alunos por computador é de cinco para um, o número de computadores ligados à internet nas escolas aumentou de 63694 em 2005, para 228361 em 2009 e foi instalado um videoprojector em cada sala de aula e um quadro interativo em cada três salas.

Ainda assim, o Relatório de resultados e recomendações do Observatório do PTE refere que existem algumas ameaças à evolução do PTE, nomeadamente a falta de preparação de muitos professores para utilizar adequadamente os materiais TIC e falta de manutenção do parque de máquinas e ausência de verbas para a sua renovação.

No que diz respeito à requalificação do parque escolar de 1º ciclo, o Programa Nacional de Requalificação da Rede Escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar veio contribuir para o desenvolvimento das infraestruturas escolares de 1º Ciclo do Ensino Básico e também do Pré-Escolar. O objetivo passa por promover a utilização de edifícios educativos dotados de qualidade funcional e arquitetónica, paralelamente a um eficiente reordenamento da rede educativa.

O Programa Nacional de Requalificação da Rede Escolar do 1.º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar baseia-se em quatro premissas, nomeadamente:

- A construção, ampliação ou requalificação de escolas básicas que congreguem preferencialmente o 1.º Ciclo do Ensino Básico e a Educação Pré-Escolar, na perspetiva de edificação de Centros Escolares, edifícios que devem juntar mais do que um grau de ensino, com valências de utilização polivalente, tais como a biblioteca que pode servir sala de informática, a cantina de espaço polivalente para reuniões, atividades desportivas e de índole cultural, entre outras utilizações, com salas modernas para a prática da informática e de atividades experimentais, com espaços exteriores cobertos e vedações de segurança e espaços desportivos;
- Eliminação de todos os regimes de funcionamento duplos;
- Progressivo encerramento de escolas de reduzidas dimensões, nomeadamente com escolas com menos de 20 alunos;
- Supressão de todos os edifícios de construção precária;

Neste seguimento, ficou definido a construção de raiz de novos Centros Escolares ou a amplificação e requalificação das infraestruturas de 1.º Ciclo do Ensino Básico e de Educação Pré-Escolar que carecessem de intervenções.

A Lei Nº 159, de 1999 atribuiu aos municípios a responsabilidade, entre outras, pela construção, apetrechamento e manutenção dos equipamentos escolares, ao nível da educação Pré-Escolar e 1.º Ciclo do Ensino Básico. No seguimento desta perspetiva, o Programa Nacional de Requalificação da Rede Escolar do 1.º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar financia os municípios integrados na NUTS II e cuja carta educativa esteja homologada pelo Ministério da Educação, através de recursos financeiros, disponibilizados pelo QREN, entre 2007 e 2013.

No quadro V são apresentados os valores máximos de referência para execução das obras de construção, amplificação ou requalificação e arranjos dos espaços exteriores.

Quadro V – valores máximos de referência para execução das obras de construção, amplificação ou requalificação e arranjos dos espaços exteriores

Tipologia da intervenção	Descrição da intervenção	Valores máximos de referência
Construção de raiz	Construção de novos estabelecimentos do ensino básico, preferencialmente integrando o 1.º Ciclo do Ensino Básico e Pré-Escolar, incluindo espaços específicos, nomeadamente, polivalente, refeitório, biblioteca e sala de professores.	100.000 € por sala de aula
	Execução de arranjos exteriores dentro do perímetro dos estabelecimentos do ensino básico e da educação pré-escolar.	20% do custo total de construção financiado
Ampliação/requalificação	Construção de novas salas de aula para o ensino básico ou pré-escolar, na perspetiva da criação de Centros Escolares, incluindo espaços específicos, nomeadamente, polivalente/refeitório, biblioteca ou sala de professores.	100.000€ por sala de aula
	Construção conjunta de três espaços específicos englobando, polivalente/refeitório, cozinha, biblioteca ou sala de professores.	100.000€
	Construção conjunta de dois espaços específicos de entre as tipologias de: polivalente/ refeitório, biblioteca, sala de professores, casas de banho, investimento de reestruturação do sistema energético.	50.000€
	Construção de um único espaço específico de entre as tipologias de: polivalente/ refeitório, biblioteca, sala de professores	30.000€
	Execução de arranjos exteriores dentro do perímetro dos estabelecimentos do ensino básico e da educação pré-escolar	10% do custo total da requalificação financiada

Fonte: Regulamento específico – requalificação da rede escolar de 1.º ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-escolar

No quadro VI são apresentados os valores máximos de referência par aquisição de mobiliário escolar, material didático e equipamento informático.

Quadro VI – valores máximos de referência para aquisição de mobiliário escolar, material didático e equipamento informático.

Valores máximos de referência			
	Mobiliário Escolar	Material Didático	Equipamento Informático
Por cada nova sala de aula de 1.º Ciclo	1.300€	1.100€	1.000€
Por cada nova sala de atividades de educação pré-escolar	3.100€	3.500€	1.000€
Novo polivalente/ refeitório	1.100€		
Nova biblioteca	900€		1.000€
Nova sala de professores	800€		1.000€

Fonte: Regulamento específico – requalificação da rede escolar de 1.º ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-escolar

A escola pública portuguesa tem progredido nos últimos anos no que diz respeito à qualidade dos equipamentos e das infraestruturas, proporcionando-se condições para diminuir algumas desigualdades sociais e económicas nos resultados dos alunos.

CAPÍTULO III

AS AUTARQUIAS E A REORGANIZAÇÃO DA REDE ESCOLAR NUMA PERSPETIVA DE ESCOLA A TEMPO INTEIRO

1. A REORGANIZAÇÃO DA REDE ESCOLAR BASEADA NO CONCEITO DE ESCOLA A TEMPO INTEIRO

O Ministério da Educação partilha responsabilidades com as autarquias desde os anos 80, nas matérias relativas ao 1º Ciclo do Ensino Básico. Desde a consagração em Lei, em 1984, da transferência para as edilidades de um conjunto de competências ao nível do 1º Ciclo do Ensino Básico e da educação pré-escolar (Decretos-Lei Nº 77/84 e 299/84) que o Ministério da Educação confere às autarquias responsabilidades nestes níveis de ensino.

Em 1999, é reforçado o papel das autarquias ao nível das competências educacionais, sendo publicada a Lei Nº 159/99 que vem conferir aos municípios a responsabilidade pela edificação, manutenção e apetrechamento das infraestruturas do 1º Ciclo do Ensino Básico e do Pré-escolar, bem como o fornecimento de refeições, transportes escolares, ação social escolar, atividades de complemento curricular e de apoio à família e gestão do pessoal não docente.

Apesar das boas intenções políticas, no que diz respeito à transferência de competências do Ministério da Educação para os municípios, persistiam em 2005, alguns problemas, designadamente:

- Dificuldades ao nível do financiamento às autarquias;
- Disparidades na rede escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico e da educação pré-escolar, com escolas isoladas, ultrapassadas e com poucos alunos, ou com estabelecimentos em regime de horário duplo;
- Pouca articulação com os restantes níveis de ensino;
- Dos 300 concelhos portugueses, apenas 24 tinham carta educativa concluída e 20% dos municípios não tinham ainda constituído o Conselho Municipal de Educação.
- As AECS não estavam implementadas a 100%, sendo em muitos casos encaixadas nas cinco horas curriculares diárias;

- Apenas 40% dos estabelecimentos públicos prestavam o serviço de apoio à família, encerrando os outros até às 15:30.

Perante este cenário, a partir de 2005, foi feito um trabalho estrito de colaboração entre Ministério da Educação e autarquias para a reorganização da rede escolar de 1.º ciclo e pré-escolar, o que valorizou o papel das autarquias em matérias de educação, potenciando assim o desenho de um protótipo de escola a tempo inteiro.

Cerca de centena e meia de municípios já assinaram contratos de execução com o Ministério da Educação, contratos esses, que vêm legar às câmaras um papel de gestor de proximidade no governo dos recursos e infraestruturas educativas, esperando-se com isso, mais eficiência, mais qualidade, igualdade educativa e horários de abertura das escolas mais largos.

A Resolução do Conselho de Ministros 44/2010 publicada no Diário da República de 14 de junho de 2010 enfatiza claramente a questão da igualdade de oportunidades na educação. Este documento vem no seguimento do trabalho iniciado em 2005 pelo XVII Governo Constitucional, de reorganização da rede escolar, assente no conceito de Centro Escolar e de encerramento de escolas com menos de 21 alunos e sem condições físico-pedagógicas. O Ministério da Educação anunciou no início de Junho de 2010 o encerramento de cerca de cinco centenas de escolas do 1.º ciclo com menos de 21 alunos e a agregação de unidades de gestão (agrupamentos e escolas não agrupadas). Porém, no mês seguinte o Ministério da Educação fez saber que encerraria mais 200 escolas, totalizando no início do ano letivo 2010/2011 o encerramento de 701 escolas em todo o país.

Na sequência da resolução do Conselho de Ministros 44/2010 foi celebrado um acordo entre o Ministério da Educação e a Associação Nacional de Municípios Portugueses, adiante designada de ANMP, relativo à reorganização da rede de escolas do 1.º ciclo do Ensino Básico. Desse acordo, saiu um documento datado de 28 de junho de 2010, assinado pela Ministra da Educação, Isabel Alçada e pelo presidente da ANMP, Fernando Ruas.

Porém, esse trabalho de proximidade entre Ministério da Educação e ANMP já vem desde 2005, quando as mesmas instituições assinaram um outro acordo relativo às cartas educativas e à rede escolar do 1.º ciclo. Este facto revela que estes organismos, ao longo dos últimos, têm desenvolvido um esforço no sentido de reorganizar a rede de escolas do 1.º ciclo do Ensino Básico, de maneira a reduzir desigualdades na oferta de educação.

Quer o Ministério, quer a ANMP concordaram que seria benéfico para a educação nacional a concentração de alunos em escolas de maior dimensão, para que o trabalho pedagógico fosse mais diversificado e mais rico para todos os alunos.

O empenho mútuo do Ministério da Educação e da ANMP tem facilitado o aumento de financiamentos comunitários para melhoria de infraestruturas ou construção de novas. Estes financiamentos comunitários acarretam menos custos para os municípios na requalificação dos espaços escolares, incitando as autarquias a modernizarem as suas infraestruturas escolares, de acordo com o estipulado na Resolução do Conselho de Ministros 44/2010.

O acordo que o Ministério da Educação estabeleceu com a ANMP a 28 de Junho de 2010 estabelece que as decisões tomadas no que ao reordenamento da rede escolar diz respeito devem levar em linha de conta:

- As Cartas Educativas de cada município;
- As negociações entre municípios e direções regionais de educação para o encerramento de escolas com menos de 21 alunos, de maneira a enquadrar alunos em escolas com melhores condições de ensino e aprendizagem;
- Os termos e as condições de colaboração entre edilidades e tutela da educação, nomeadamente o financiamento, por parte do Ministério da Educação, dos custos decorrentes do transporte dos alunos que venham a ser deslocados por via do encerramento das escolas bem como das eventuais obras de adaptação das escolas de acolhimento;
- O cumprimento dos *timings* definidos pela Resolução do Conselho de Ministros 44/2010, de 14 de Junho;

Neste contexto, as câmaras chamam a si, para além da construção, manutenção e apetrechamento das escolas, a implementação das atividades de enriquecimento curricular no 1º Ciclo do Ensino Básico e de animação e apoio à família, no pré-escolar. As autarquias protagonizam assim um papel de organização e administração da oferta formativa extracurricular.

Este cenário começou a traçar-se com a regulamentação das atividades de animação e apoio à família, no pré-escolar e de enriquecimento curricular, no 1º Ciclo do Ensino Básico e com a implementação do Programa de Generalização do Ensino de Inglês. Estes factos foram definidos pelo Despacho nº 12 591/2006 da Ministra da Educação que veio conferir às autarquias a responsabilidade pela promoção destes pressupostos.

O programa de atividades de enriquecimento curricular encontra-se atualmente regulado pelo Despacho da Ministra da Educação nº 14460/2008, valorizando este, o conceito de escola a tempo inteiro. Na atualidade, a escola pública portuguesa de 1º Ciclo do Ensino Básico oferece atividades educativas ao longo de todo o dia, encerrando as escolas às 17:30.

CAPÍTULO IV

REORDENAMENTO E REQUALIFICAÇÃO DA REDE ESCOLAR NO ALENTEJO

1. REORDENAMENTO E REQUALIFICAÇÃO DA REDE ESCOLAR NO ALENTEJO

Francisco Martins Ramos citando Jorge Gaspar conta que “existe a ideia feita de que o Alentejo é grande e monótono, nas terras, nas paisagens, até nas gentes. E, no entanto, na sua vastidão de quase 30 mil quilómetros quadrados, cerca de um terço da superfície total do País, o Alentejo é, a um tempo, uno e diverso, integrador e multicultural. A unidade da terra alentejana resulta da combinação de diferentes fatores naturais, sociais e culturais, num processo histórico que, de forma mais sequente, remonta há dois mil anos, ao ordenamento que os Romanos deram ao território – tanto na sua dimensão rural-agrícola, silvícola e pastoril, como na dimensão urbana”

A vastidão do território Alentejano levou ao longo dos tempos à dispersão das gentes pela vasta planície, sendo que essa disseminação populacional conduziu a grandes distâncias físicas entre os lugares.

O Alentejo caracteriza-se por uma larga dispersão populacional, facto que conduz a que em muitos lugares haja um número reduzido de crianças. Ora, com a proposta presente de reorganização da rede escolar, muitas crianças vão ter de abandonar as suas “velhas” escolas e concentrar-se em centros escolares providos de todas as condições para o desenvolvimento de um ensino igual e de qualidade.

A Direção Regional de Educação do Alentejo (DREALE) tem jurisdição sobre um largo território, correspondente a 47 concelhos, distribuídos pelos distritos de Beja, Évora, Portalegre e parte do distrito de Setúbal.

No Alentejo, o grande desenvolvimento da rede escolar começou no ano letivo de 2006/2007, estando muitas escolas já construídas e outras ainda em construção, como podemos ver no quadro VII, VIII, IX e X. Foi feito um investimento público incomensurável na renovação e requalificação das infraestruturas escolares do 1º Ciclo do Ensino Básico e do pré-escolar no Alentejo. Segundo Verdasca (2010, 102) “o êxito fica-se a dever, por um lado, à prioridade governativa de investimento público no setor da educação e, por outro lado, à capacidade de concretização demonstrada e para a qual se tem revelado decisiva a estreita relação e cooperação institucional e técnica

entre Ministério da Educação (DREALE e Parque Escolar), autarquias e CCDRA (PORA e INALENTEJO).”

Pela análise dos quadros VII, VIII, IX e X vimos que o Baixo Alentejo viu serem abertos 25 novos centros escolares, o Alentejo Central viu serem abertos 9, sendo que 7 apesar de aprovados ainda aguardam financiamento, o Alto Alentejo 5, sendo que 4 aguardam financiamento e o Alentejo litoral 5, sendo que 4 aguardam financiamento.

Quadro VII – Centros escolares construídos e centros escolares já aprovados pelo Ministério da Educação a aguardar financiamento no Baixo Alentejo, em 2010

	Centros Escolares de Nova Geração	Centros Escolares já aprovados pelo Ministério da Educação e a aguardar financiamento
Aljustrel		
Almodôvar	2	
Alvito	1	
Barrancos		
Beja	3	
Castro Verde	3	
Cuba		
Ferreira do Alentejo		
Mértola	5	
Moura		
Odemira	7	
Ourique	1	
Serpa	1	
Vidigueira	2	
TOTAIS	25	0

Fonte: adaptado de Verdasca (2010,102): cartografia das intervenções no parque escolar no período 2007 a 2010

Quadro VIII – Centros escolares construídos e centros escolares já aprovados pelo Ministério da Educação a aguardar financiamento no Alentejo Central, em 2010

	Centros Escolares de Nova Geração	Centros Escolares já aprovados pelo Ministério da Educação e a aguardar financiamento
Alandroal	1	1
Arraiolos	1	
Borba		1
Estremoz		1
Évora	2	
Montemor-o-Novo	1	
Mourão		1
Portel		
Sousel		2
Redondo	2	
Reguengos de Monsaraz	1	
Vendas Novas	1	
Viana do Alentejo		1
Vila Viçosa		
TOTAIS	9	7

Fonte: adaptado de Verdasca (2010,102): cartografia das intervenções no parque escolar no período 2007 a 2010

Quadro IX – Centros escolares construídos e centros escolares já aprovados pelo Ministério da Educação a aguardar financiamento no Alto Alentejo, em 2010

	Centros Escolares de Nova Geração	Centros Escolares já aprovados pelo Ministério da Educação e a aguardar financiamento
Alter do Chão		
Arronches		
Avis		
Campo Maior		1
Castelo de Vide		
Crato	1	
Gavião		
Elvas		
Fronteira		
Marvão		1
Monforte		
Mora		
Nisa		
Ponte de Sôr	1	1
Portalegre	3	1
TOTAIS	5	4

Fonte: adaptado de Verdasca (2010,102): cartografia das intervenções no parque escolar no período 2007 a 2010

Quadro X – Centros escolares construídos e centros escolares já aprovados pelo Ministério da Educação a aguardar financiamento no Alentejo Litoral, em 2010

	Centros Escolares de Nova Geração	Centros Escolares já aprovados pelo Ministério da Educação e a aguardar financiamento
Alcácer do Sal	1	2
Grândola	2	1
Santiago do Cacém		
Sines	2	1
TOTAIS	5	4

Fonte: adaptado de Verdasca (2010,102): cartografia das intervenções no parque escolar no período 2007 a 2010

Contrastando com a abertura destes novos centros escolares, muitas escolas sem condições físicas e pedagógicas, muitas sem refeitório, biblioteca, e outros espaços polivalentes, onde só um professor leciona vários anos de escolaridade, e com número insuficiente de alunos para constituir turmas por ano de escolaridade encerraram.

CAPÍTULO V

REORDENAMENTO DA REDE ESCOLAR E DESERTIFICAÇÃO DAS ALDEIAS

1. REORDENAMENTO DA REDE ESCOLAR E DESERTIFICAÇÃO DAS ALDEIAS

O Ministério da Educação anunciou no início de Junho de 2010 o encerramento de cerca de cinco centenas de escolas do 1.º ciclo com menos de 21 alunos e a agregação de unidades de gestão (agrupamentos e escolas não agrupadas). Porém, no mês seguinte o Ministério da Educação fez saber que encerraria mais 200 escolas, totalizando no início do ano letivo 2010/2011 o encerramento de 701 escolas em todo o país.

O norte do país foi a zona onde mais escolas foram encerradas, 384 estabelecimentos. No Alentejo, foram encerradas 32 escolas. A lista pode ser consultada no anexo I.

Em 2011/2012 o programa de reorganização da rede escolar prosseguiu com o encerramento de mais 297 estabelecimentos, todos eles com menos de 21 alunos e localizados em municípios que já concluíram as obras dos seus novos centros escolares, edificados nos últimos anos pelas edilidades que beneficiaram do regime de comparticipações do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN).

A reorganização da rede escolar vai continuar no próximo ano letivo, estando previstos mais encerramentos de escolas, até porque, no programa de ajuda financeira a Portugal, o Estado comprometeu-se com a *troika* a economizar este ano 195 milhões de euros com "a racionalização da rede escolar".

Este reordenamento da rede escolar conduz, naturalmente, a um processo de sucção populacional das sedes de concelho em relação às localidades rurais.

Mas, não se pode olhar para esses desequilíbrios como uma consequência direta do reordenamento da rede escolar. Muitas das 701 escolas encerraram, em primeiro lugar, porque não tinham condições pedagógicas e físicas minimamente aceitáveis para o desenvolvimento de um ideal de escola justa e igual para todos e, em segundo lugar, porque não havia crianças em número razoável para o

desenvolvimento normal de atividade letiva, muito por culpa da queda abissal das taxas de natalidade.

Atente-se, em 1973 estavam matriculados no 1.º ciclo do Ensino Básico, 922.806 alunos, em 1986 haviam 874.262 alunos, em 2000, 539.943 alunos e em 2009, 488.114 alunos, ou seja, cerca de metade dos alunos matriculados na primeira data apresentada, como mostra o anexo II. E se a diminuição das taxas de natalidade se faz sentir nas cidades, muito mais se faz sentir nas aldeias, uma vez que a escala é muito mais pequena. “Em termos de desertificação este cenário é mais grave em territórios com baixa densidade populacional”, dizem os geógrafos João Ferrão e Fernanda Cravidão, em entrevista ao Público de 29 de agosto de 2010. Mas, os mesmos geógrafos afirmam que “o encerramento das escolas só acelera a morte dos lugares rurais, porque a falta de crianças iria conduzir ao mesmo resultado em poucos anos.”

CAPÍTULO VI

CONTEXTO E CARACTERIZAÇÃO GEOGRÁFICA,
DEMOGRÁFICA, ADMINISTRATIVA E INSTITUCIONAL

2. O CONCELHO DE ÉVORA – CARACTERIZAÇÃO SOCIO-GEOGRÁFICA

O município de Évora com 56 596 habitantes, distribuídos por 19 freguesias, insere-se na região Alentejo.

Ao nível das freguesias, estas dividem-se em três unidades geográficas, o Centro Histórico, a cidade extra muros/zona de transição e as zonas rurais, como se pode constatar no quadro XI.

Quadro XI – Unidades Geográficas e Freguesias do Concelho de Évora

Unidades geográficas	Freguesias
Centro Histórico	Sé e São Pedro São Mamede Santo Antão
Cidade extra muros/zona de transição	Malagueira Bacelo Senhora da Saúde Canaviais Horta das Figueiras
Zonas Rurais	São Bento do Mato São Miguel de Machede Nossa Senhora de Machede São Vicente do Pigeiro São Manços Torre de Coelheiros Nossa Senhora da Tourega Nossa Senhora de Guadalupe Nossa Senhora da Graça do Divor São Sebastião da Giesteira Nossa Senhora da Boa Fé

Fonte: adaptado da Carta Educativa de Évora

O concelho de Évora tem registado um aumento populacional desde 1970. Vejamos, em 1970, a população residente era de 46900, em 1981 era de 52572 habitantes, em 1991, de 53754 habitantes, em 2001, de 56519 habitantes, em 2011, de 56596 habitantes, estando previsto na Carta Educativa de Évora que em 2016, a população do município de Évora seja de 59751 habitantes. Contudo, se nas zonas urbanas é registado um aumento populacional, nas freguesias rurais a situação é inversa. Desde os anos 60 que as zonas rurais têm vindo a perder habitantes.

Embora se registre um aumento populacional em termos gerais, ao nível da população infantil [0-14 anos] existe um retrocesso demográfico. Vejamos, o quadro XII.

Quadro XII – População infantil [0-14 anos] no município de Évora em 1960 e 2011

1960	2011
12087 habitantes	8148 habitantes

Fonte: PORDATA

Mais, as diversas unidades geográficas do concelho têm uma estrutura etária muito diferente. O Centro Histórico tem uma população extremamente envelhecida, assim como as zonas rurais. Já a cidade extra muros/zona de transição apresenta uma população mais jovem e com um menor índice de envelhecimento, em relação às zonas anteriormente mencionadas.

3. O PAPEL DO MUNICÍPIO NA EDUCAÇÃO E A CARTA EDUCATIVA

Atualmente o trabalho do município nos domínios da educação é um trabalho de proximidade e com um alargado leque de competências a desenvolver. Mas nem sempre assim foi. Analisando a Lei nº 79/77 de 25 de outubro, conhecida por Lei do poder local, vimos que as competências conferidas às autarquias são gerais e vagas, não se dando grande monta às competências relacionadas com a educação. Contudo,

a Lei do poder local é reformulada, através do Decreto-Lei 100/84 de 29 de março e das leis nº 25/85, de 12 de agosto, Lei 18/91 de 12 de junho e Lei n.º 35/91 de 27 de junho, onde ficam mais claras as áreas de intervenção e as competências das edilidades no que toca à educação.

Mas, até final dos anos 90 e apesar das autarquias assumirem um conjunto de competências ao nível da construção, manutenção e apoio logístico ao parque escolar de 1º ciclo do Ensino Básico e do pré-escolar e os transportes escolares, segundo Matos (1996:63), parece quase que as autarquias portuguesas são, no sistema educativo, um misto de empreiteiro, de operador de transportes coletivos, de centro de apoio social, uma espécie de tesouraria.

Contudo, o virar do milénio trouxe novidades ao nível do reforço do papel dos municípios na gestão educacional. Nomeadamente a partir da publicação do Decreto-Lei nº 7/2003 houve a consciência, por parte dos responsáveis políticos que a proximidade das autarquias face às situações permitia, na generalidade dos casos, respostas mais céleres e mais adequadas a cada caso. Assim, o Decreto-Lei nº 7/2003 transferiu competências para as edilidades, ao nível da realização de investimento nos domínios da construção, apetrechamento e manutenção dos estabelecimentos da educação pré-escolar e do ensino básico, referindo-se, ainda, à gestão do pessoal não docente dos estabelecimentos de educação e ensino, instituindo também o conceito do Conselho Municipal de Educação e da Carta Educativa.

O Conselho Municipal de Educação é “uma instância de coordenação e consulta, que tem por objetivo promover, a nível municipal, a coordenação da política educativa, articulando a intervenção, no âmbito do sistema educativo, dos agentes educativos e dos parceiros sociais interessados, analisando e acompanhando o funcionamento do referido sistema e propondo as ações consideradas adequadas à promoção de maiores padrões de eficiência e eficácia do mesmo.” (artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 7/2003, de 15 de Janeiro) e a Carta Educativa é uma ferramenta de cariz prospetivo, importante para diagnosticar, para ajudar a tomar decisões no presente, conduzir com êxito as mudanças quer de fundo, quer circunstanciais no futuro, de maneira a estabelecer-se uma rede eficaz de edifícios e equipamentos educativos.

Resumindo, este documento veio fortalecer o processo de descentralização do sistema educativo português.

Visando cumprir o estipulado no Decreto-Lei nº 7/2003, a Câmara Municipal de Évora aprovou a sua carta educativa em Reunião Pública de Câmara de 13 de Dezembro de 2006 e em Assembleia Municipal no 2 de Fevereiro de 2007. Foi, ainda, ratificada no Conselho Municipal de Educação do dia 5 de Dezembro de 2006.

O município de Évora definiu na sua carta educativa as linhas estratégicas para a educação no concelho: combater o insucesso escolar; garantir a inclusão educativa; educar para a cidadania; modernizar e requalificar o parque escolar; rentabilizar os recursos; reordenar a rede educativa; formar ao longo da vida; dialogar e informar; garantir momentos de avaliação.

No seguimento das suas responsabilidades, a Câmara Municipal de Évora tem vindo a atuar em vários domínios, designadamente ao nível da ação social escolar, fornecimento de refeições, transportes escolares, componente de apoio à família na educação pré-escolar, AECS e manutenção e requalificação do parque escolar.

Segundo dados fornecidos pela Câmara Municipal de Évora (anexo III), no que concerne à ação social escolar, no ano letivo 2010-2011, a autarquia apoiou 913 alunos, através da atribuição de subsídios diretos para a aquisição de livros e material escolar e benefícios no fornecimento de refeições em cantinas escolares, no valor global de 36.291,00 €.

Em relação ao fornecimento de refeições, no ano letivo 2010-2011, o município de Évora estabeleceu 17 acordos de colaboração, envolvendo 17 Juntas de Freguesia, 4 agrupamentos de escolas, 1 escola secundária e 6 instituições de solidariedade social, com o intuito de assegurar a concretização de programa de fornecimento de refeições escolares aos alunos dos estabelecimentos de Educação Pré-Escolar e do 1º Ciclo do Ensino Básico, da rede pública do concelho. Foram servidas, ao longo do ano letivo 388.479 refeições, sendo que 89.408 foram destinadas a crianças do pré-escolar e 299.071 a alunos do 1º ciclo do Ensino Básico. O investimento da autarquia neste serviço foi de 334.173,80€.

Relativamente aos transportes escolares, no ano letivo 2010-2011, foram abrangidos 785 alunos pelo Plano de Transportes Escolares municipal, recorrendo a

autarquia a contratos com as Juntas de Freguesia, Táxis e Carreiras Urbanas e Interurbanas, representando um investimento anual de 427.951,35€ para o município.

A implementação de respostas de apoio á família no pré-escolar, no ano letivo 2010-2011, assentou no funcionamento de prolongamento de horário e de fornecimento de refeições. De um total de 502 alunos a frequentar os jardins-de-infância do concelho de Évora, 482 usufruíram de refeições e prolongamento, 6 só de prolongamento e 10 apenas do serviço de refeições, totalizando 498 alunos, ou seja praticamente a totalidade das crianças dos jardins-de-infância do concelho de Évora usufruem de respostas sociais de apoio à família.

Relativamente às AECS, no ano letivo 2010-2011, foram lecionadas 11 atividades nas escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico, asseguradas pela parceria com os 4 agrupamentos de escolas e com associações do concelho. As atividades foram: ensino do Inglês; atividade física e desportiva; expressão dramática; danças tradicionais; ensino da música; língua gestual portuguesa; hip-hop; natação; jogos matemáticos; ciências experimentais; iniciação às TIC. As AECS abrangeram 2105 alunos, promoveram a contratação de 73 professores, tendo sido feito um investimento de 659.941,45€.

4. O AGRUPAMENTO DE ESCOLAS Nº 4 DE ÉVORA

Após a construção da Escola Básica Integrada da Malagueira, em 2004, e da publicação do Despacho nº 13313/2003 que privilegia a constituição de agrupamentos verticais registou-se a necessidade de reorganizar a rede de agrupamentos escolares de Évora.

Neste seguimento, a partir do ano letivo 2004/2005 registou-se a extinção de dois agrupamentos horizontais, passando a existir quatro agrupamentos verticais, com sede na respetiva EB 2,3. Assim nasce o agrupamento de escolas Nº 4 de Évora, por despacho da diretora regional de educação do Alentejo a 9 de junho de 2004. O agrupamento fica sediado na EB 2,3 Conde de Vilalva.

Integraram esse agrupamento os seguintes estabelecimentos: EB 2,3 Conde de Vilalva, Escola Básica do 1º Ciclo do Bairro do Frei Aleixo, Escola Básica do 1º Ciclo dos Canaviais, Escola Básica do 1º Ciclo da Azaruja, Escola Básica do 1º Ciclo de Nossa Senhora da Graça do Divor, Escola Básica do 1º Ciclo de Nossa Senhora de Machede, Jardim-de-Infância do Bairro do Bacelo, Jardim-de-Infância de Penedo de Ouro, Jardim-de-Infância dos Canaviais, Jardim-de-Infância da Azaruja, Jardim-de-Infância de Nossa Senhora da Graça do Divor e Jardim-de-Infância de Nossa Senhora de Machede.

Atualmente constituem o agrupamento nº 4 de Escolas de Évora os seguintes estabelecimentos: Jardim-de-Infância da Azaruja; Jardim-de-Infância da Graça do Divor; Jardim-de-Infância de Nossa Senhora de Machede; Jardim-de-Infância dos Canaviais; Jardim-de-Infância Penedo de Ouro; JI Pólo Itinerante de S.M. de Machede; Escola Básica do 1º Ciclo de Azaruja; Escola Básica do 1º Ciclo de Canaviais; Escola Básica do 1º Ciclo de Graça do Divor; Escola Básica do 1º Ciclo de N. S. de Machede; Escola Básica do 1º Ciclo de S. Miguel de Machede; Escola Básica do 1º Ciclo do Bairro do Frei Aleixo; Escola Básica do 1º Ciclo com Jardim-de-Infância do Bacelo.

O agrupamento de escolas nº 4 de Évora tem em vigor um projeto educativo que pretende ser um guia orientador de toda a política educativa e toda a ação do agrupamento.

O agrupamento tem igualmente um projeto curricular que define a estratégia curricular em função de uma gestão flexível do currículo, consciencializando todos para as diversas realidades sociais e culturais da população escolar.

O regulamento escolar interno, publicado em 2011, é um “instrumento do processo de autonomia das escolas, definindo o regime de funcionamento do agrupamento, de cada um dos seus órgãos de administração e gestão, das estruturas de orientação e dos serviços de apoio educativo, bem como os direitos e os deveres dos membros da comunidade escolar. “ (regulamento escolar interno do agrupamento nº 4 de escolas de Évora: 2011)

5. A ESCOLA BÁSICA DE 1º CICLO COM JARDIM DE INFÂNCIA DO BACELO

A Escola Básica de 1º Ciclo com Jardim-de-Infância do Bacelo, constituinte do agrupamento de escolas nº 4 de Évora sita no bairro com o mesmo nome, em Évora, tendo sido inaugurada a 15 de setembro de 2009. O investimento total efetuado para construção da EB1 c/ JI do Bacelo foi de 2.042.212,24€.

José Ernesto d'Oliveira, presidente da Câmara Municipal de Évora, disse aquando da inauguração da escola, em entrevista a uma publicação em vídeo do Diário do Sul, datada do dia 25 de setembro de 2009 que “esta escola vem responder à superlotação existente na Escola do Frei Aleixo.” Para o autarca, “é importante que uma das freguesias com maior índice de crescimento tenha um centro escolar de dimensão adequada à freguesia, moderno e com todas as condições que constituem hoje em dia um espaço escolar de qualidade.”

A EB1 c/ JI do Bacelo conjuga, no mesmo espaço escolar, o pré-escolar com o 1º Ciclo do Ensino Básico. Existem três salas de pré-escolar e dez salas onde é lecionado o 1º Ciclo do Ensino Básico. O edifício dispõe de um refeitório, duas salas polivalentes, biblioteca escolar, campos de jogos, salas de reuniões e de professores e dois espaços exteriores, um para os alunos do pré-escolar e outro para alunos do 1º Ciclo.

No ano letivo 2011/12 frequentaram a EB1 c/ JI do Bacelo, 233 crianças de 1º Ciclo do Ensino Básico e 75 alunos do pré-escolar.

No ano letivo 2011/12 a EB1 c/ JI do Bacelo, o horário de funcionamento da Escola foi o seguinte: abertura às 7:45 e encerramento às 18:15. Estes horários permitem o funcionamento, na mais plena normalidade, das atividades de apoio à família para as crianças do pré-escolar e das atividades de enriquecimento curricular para os alunos do 1º ciclo do Ensino Básico.

CAPÍTULO VII

METODOLOGIA DA INVESTIGAÇÃO

Este capítulo apresenta a metodologia utilizada nesta investigação, definindo os objetivos do estudo, a justificação da metodologia e das escolhas efetuadas, bem como a forma como foram colocadas em prática a recolha de dados e o tratamento dos mesmos.

1. OBJETIVO E QUESTÃO INICIAL DO ESTUDO

Nos últimos anos temos assistido ao reordenamento da rede escolar, havendo uma forte aposta na renovação das infraestruturas, encerrando-se escolas que não justificavam melhorias face ao reduzido número de alunos. Este reordenamento tem vindo a desenvolver o conceito de escola nuclear que reúne recursos materiais e imateriais, procurando ser o foco de dinamização, quer quanto às instalações, quer quanto à dinamização pedagógica.

Este processo investigativo teve a sua génese na formulação de uma questão que tentei que tivesse a máxima clareza e pertinência “A abertura de centros escolares de nova geração potencia o direito a uma justa e efetiva igualdade de oportunidades no acesso e sucesso escolares, tal como defende o ponto 2 do Artigo 2.º da Lei de Bases do Sistema Educativo Português?” Ou seja, vou aferir se a qualidade do ensino está diretamente relacionada com as condições físicas do espaço escolar A formulação desta questão constitui o enunciado da investigação.

No seguimento desta temática e de um ponto de vista mais prático assumo o objetivo de fazer um estudo de caso sobre as mudanças sociais, demográficas e pedagógicas ocorridas com a abertura do Centro Escolar do Bacelo.

Enveredei pela realização de um estudo de caso, uma vez que a realização de um estudo global, ou seja, uma investigação sobre todo o processo de reordenamento da rede escolar e de renovação das infraestruturas ao nível do 1º Ciclo e do pré-escolar seria impossível nos prazos definidos. Assim, resolvi estudar a parte, que pode posteriormente ser generalizada. Apesar de o objetivo ser a compreensão geral sobre o assunto, esta investigação reporta sobre situações concretas e particulares, ocorridas neste contexto de investigação.

Segundo Reis (2010:111) um estudo de caso constitui uma forma de se fazer trabalho empírico ao investigar um fenômeno atual dentro do seu contexto real, onde as fronteiras entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidas e na situação em que múltiplas fontes de evidência são utilizadas.

Os estudos de caso, segundo Yin (citado por Ponte, 2006:5) podem ser essencialmente exploratórios, servindo para obter informação preliminar acerca do respectivo objeto de interesse. Podem ser fundamentalmente descritivos, tendo como essencial descrever, isto é, dizer simplesmente “como é” o caso em apreço. E, finalmente, podem ser analíticos, procurando problematizar o seu objeto, construir ou desenvolver nova teoria ou confronta - la com teoria já existente.

O seu relato assume normalmente a forma de uma narrativa cujo objetivo é contar uma história que acrescente algo de significativo ao conhecimento existente e seja tanto quanto possível interessante e iluminativa (Stake, 1988).

2. RELEVÂNCIA DO ESTUDO

O reordenamento da rede escolar tem vindo a ser um tema recorrente de debate na opinião pública, nos últimos anos, em especial após a publicação da resolução do Conselho de Ministros 44/2010 que estabeleceu critérios para o reordenamento da rede escolar em três pontos: a integração das unidades orgânicas, permitindo o acompanhamento dos alunos desde o pré-escolar até ao 12.º ano; adequação das condições das escolas para melhor promover o sucesso escolar; articulação de níveis e ciclos de ensino num mesmo projeto educativo.

Pela proximidade temporal relativamente à resolução do Conselho de Ministros 44/2010 ainda são escassos os trabalhos científicos e académicos que refletem sobre a matéria. Se por um lado a atualidade do tema foi um foco motivador, por outro foi um desafio adicional.

Desejo que esta pesquisa científica contribua para o progresso do conhecimento e que permita a criação de novos estudos sobre o reordenamento da rede escolar.

3. METODOLOGIA UTILIZADA

A etimologia da palavra metodologia advém da combinação das palavras oriundas do grego, *méthodos* que significa organização e *logos*, que significa estudo. Assim, entende-se metodologia pela organização do estudo, ou seja, uma forma planeada de encontrar respostas às questões de partida.

A metodologia assume vital importância uma vez que atribui um rumo ao trabalho científico, sistematizando os passos a dar e os meios para atingir os resultados. De acordo com Quivy & Campenhoudt (2005), é fundamental que o investigador comece por fazer uma reflexão sobre o caminho a percorrer ao longo do trabalho de investigação, nunca iniciando sem saber o que procura saber e a forma de o conseguir.

Este trabalho começou com a devida análise documental, revendo a literatura e a legislação sobre o reordenamento da rede escolar e sobre as matérias concomitantes. A análise e o estudo de diversos documentos foram essenciais para complementar a informação obtida com outros métodos de recolha de dados, aplicados numa segunda fase do trabalho.

Numa segunda fase deste estudo de caso sobre o reordenamento da rede escolar, mais concretamente sobre um Centro Escolar de Nova Geração, a pesquisa tende a ser essencialmente quantitativa, uma vez que a generalidade dos dados pode ser quantificável em números, opiniões e esclarecimentos.

Ainda assim, há que prever que existe uma margem de subjetividade nos dados recolhidos que não pode ser traduzida em números.

A utilização de uma metodologia mista é conforme refere Cook & Reichard (1997) o método mais adequado para a investigação científica porque permite a complementaridade dos dados perspetivados através de modos diferentes.

Na prática, esta investigação acarretou um trabalho de recolha de dados e de informação no terreno. Para tal, foi necessário construir ferramentas adequadas para se ter uma noção clara da realidade. Foram realizados questionários aos docentes e educadores da EB1 c/JI do Bacelo e entrevistas semiestruturadas à direção da escola, na pessoa do coordenador do estabelecimento, professor José Garção, à direção da DREALE, na pessoa da assessora da diretora regional de educação do Alentejo, Dr.^a, Maria João Charrua e à vereadora da Câmara Municipal de Évora, responsável pelo pelouro da educação, Professora Cláudia Pereira.

A aplicação de questionários permitiu-me obter, em pouco tempo, informações particulares que depois puderam ser aprofundadas com a realização de entrevistas e inclusive através de observação no terreno. “A importância do questionário consiste na facilidade com que se interroga um elevado número de pessoas, num curto espaço de tempo.” (Reis,2010: 91)

A realização do questionário (anexo IV) foi procedida da realização de uma matriz (anexo V) que ajudou à construção organizada do questionário que está estruturado em 19 blocos temáticos: sexo, ciclo de estudos, formação, vínculo, áreas, iluminação, acústica, temperatura interior, flexibilidade de uso dos espaços, aspeto estético, equipamento informático, equipamentos audiovisuais, material didático, fundo documental, mobiliário, projeto educativo, articulação do ciclo de estudos, motivação e satisfação. Nos quatro primeiros grupos, as questões são de seleção de uma opção e dos grupos 5 a 19 as questões são fechadas com respostas tipo escala de Likert. Os questionários foram tratados estatisticamente no *software* informático SPSS, versão 18. Os *outputs* do SPSS estão disponíveis no anexo VI.

Para aprofundar e complementar a informação recolhida nos questionários apliquei entrevistas a sujeitos que no âmbito da investigação se tornaram pertinentes para a prossecução da mesma. A entrevista é particularmente indicada para “compreender fenómenos como as atitudes, as opiniões, as preferências e as representações. (Ghiglione & Matalon (1997:13) Porém, por uma questão de organização tornou-se vital a criação de um plano para que no momento da entrevista, a informação que necessitava recolher não o deixasse de ser. Para esse

efeito, elaborei guiões (anexos VII, VIII e IX) com um conjunto de questões a efetuar na entrevista, não excluindo a hipótese de colocar outras questões que no decorrer da conversa fossem pertinentes.

Ackrpyd e Hughes citados por Reis (2010:82) definem que as entrevistas como um instrumento de recolha de dados que permitem que um investigador tenha acesso a relatórios verbais fornecidos pelos respondentes, e que contêm uma variedade quase infinita de informação que seria impossível recolher de outras formas. A realização de entrevistas tornou-se deveras importante, uma vez que os entrevistados também forneceram ou sugeriram fontes úteis para a investigação.

O material recolhido nas entrevistas foi passado para texto que posteriormente foi analisado. As entrevistas encontram-se na íntegra nos anexos X, XI e XII.

Optei também por fazer uma observação da realidade e da dinâmica do local em termos materiais e humanos. Ao mesmo tempo que observei, questionei e confrontei os intervenientes pontualmente, de maneira a conseguir uma visão interna daqueles que vivem as questões em estudo no quotidiano.

No próximo quadro explicam-se os procedimentos de recolha e tratamento de dados quantitativos e qualitativos da investigação.

Quadro XIII – Quadro-síntese da metodologia de investigação

	Processo	Instrumentos	Análise de dados
Recolha de dados quantitativos	Realização de um questionário a todos os professores titulares e educadores, totalizando 13 questionários (10 a professores e 3 a educadores). 84,6% dos inquiridos são sexo feminino e 15,4% do sexo masculino; Dos questionados, 84,6% são licenciados e 15,4% têm o grau de bacharel; A totalidade dos inquiridos é do quadro;	Questionário	Análise estatística através do <i>software</i> SPSS
Recolha de dados qualitativos	Realização de entrevistas semiestruturadas ao coordenador da EB 1 c/JI do Bacelo, Prof ^o José Garção, à vereadora da Câmara Municipal de Évora responsável pelo pelouro da educação, Cláudia Sousa Pereira e à assessora da diretora regional de educação, Maria João Charrua;	Entrevista	Análise de conteúdo

4. VALIDAÇÃO DOS MATERIAIS DE RECOLHA

Os questionários para aplicação aos professores e educadores da EB1/JI Bacelo foram validados cientificamente pelos Professores Paulo Costa e Ângela Balça, pertencentes ao Departamento de Pedagogia e Educação da Universidade de Évora e pré-aplicados a uma professora do 1^o Ciclo do Ensino Básico e a uma educadora de infância para testar a eficácia do questionário, nomeadamente ao nível do tipo, forma e ordem das questões.

Deste processo resultaram algumas reformulações no questionário, de acordo com as sugestões dos respondentes.

5. POPULAÇÃO E AMOSTRA

Uma vez que fazer este estudo a nível nacional, ou até mesmo regional não seria exequível dentro dos *timings* definidos, optei por escolher um centro escolar de nova geração, o do Bacelo, em Évora, fazendo do referido centro, a amostra para o meu estudo de caso.

CAPÍTULO VIII

ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS

Nesta parte do trabalho apresento os resultados dos questionários, fazendo uma análise interpretativa dos mesmos, bem como uma síntese das entrevistas realizadas, através da análise de conteúdo. Apesar da complexidade das matérias em estudo, vou ser conciso e simples na descrição dos dados, assim como na análise dos mesmos. Sempre que for oportuno irei recorrer a gráficos e quadros, de forma a sistematizar os resultados e a facilitar a visualização dos mesmos pelo leitor.

Apesar de este trabalho ser um estudo de caso sobre a EB 1 c/JI do Bacelo vou por vezes também debruçar-me sobre pontos respeitantes ao concelho de Évora.

Segundo Bell, citado por Romão (2008: 171), “os dados em estado bruto, provenientes de inquéritos, esquemas de entrevistas, listas, etc., têm de ser registados, analisados e interpretados ... o trabalho do investigador consiste em procurar continuamente semelhanças e diferenças, agrupamentos, modelos e questões de importância significativa”. É a estruturação da informação, a sua análise e decomposição que vai permitir retirar elações.

1. ENCERRAMENTO DE ESCOLAS DE 1º CICLO E REORGANIZAÇÃO DA REDE ESCOLAR DE 1º CICLO NO CONCELHO DE ÉVORA

Após a Resolução do Conselho de Ministros 44/2010 que previu o encerramento de escolas com menos de 21 alunos, muitas delas sem condições físico-pedagógicas, ocorreram mudanças na rede escolar de 1º ciclo no concelho de Évora.

Cláudia Sousa Pereira, vereadora da CME responsável pelo pelouro da educação, refere porém que “este novo reordenamento não se verificou em Évora. Fecharam as escolas que tinham menos de dez alunos, ou seja fechou uma escola, a escola de Guadalupe, as outras conseguimos manter.” A edil explicou que “a previsão era de que o número de alunos não iria diminuir, nem em contexto rural, nem em contexto urbano. O que acontece é que em contexto rural o número de alunos diminuiu. Há alguns pais que trazem as crianças para cá e, de facto não há número de

alunos que justifique mais que uma turma e no fundo esse era o princípio para o encerramento das escolas.

Segundo a vereadora, no ano de 2010, “o Conselho Municipal de Educação fez um périplo por todas as escolas que poderiam, segundo a lei, estar em condições de ser encerradas. Poderiam ter sido seis escolas a encerrar, todas rurais.” Acabou apenas por ser a EB 1 de Guadalupe que não abriu as portas no início do ano letivo 2010-2011. Cláudia Sousa Pereira lamenta o encerramento desta escola, pelo facto de ser “uma escola localizada numa freguesia onde há crianças, mas onde os pais optam por trazê-las para a cidade de Évora, sendo difícil combater essa vontade dos pais.” Todavia, a autarca referiu que “as crianças que ficaram foram transferidas para uma escola com excelentes acessos e numa freguesia muito próxima, a de Valverde.”

Para o próximo ano letivo, a Câmara Municipal de Évora não tem ainda indicações da Direção Regional de Educação do Alentejo para o encerramento de mais estabelecimentos de 1º Ciclo do Ensino Básico.

Maria João Charrua, coordenadora do gabinete de apoio à direção da DREALE garantiu que “não se têm colocado taxativamente propostas de encerramento, como a lei prevê, de escolas com número inferior a 21 alunos, tendo-se tido em atenção as distâncias que os alunos teriam de percorrer e mais que as distâncias, o próprio caminho em si, porque às vezes a distância é curta, mas o caminho é complicado e os miúdos levam muito tempo para chegar à escola.” A assessora da diretora regional de educação disse ainda que “se a ida para uma escola com melhores condições significa terem melhor qualidade de ensino, no caso em que os caminhos são tortuosos ou as distâncias são longas acaba por se esbater um pouco essa qualidade, porque os alunos abalam muito e cedo e chegam muito tarde a casa.”

José Garção, coordenador da EB 1 c/JI do Bacelo defende que as escolas não podem estar abertas para defender as localidades, referindo que quem tem de ter defesa são as crianças. Exemplifica dizendo “ Eu conheci escolas rurais, por vezes com 4 ou 5 alunos. Vejamos, numa escola com 4 ou 5 alunos eram por vezes mais os adultos que crianças e esses alunos não desenvolviam competências nenhuma.

O coordenador EB 1 c/JI do Bacelo certificou ainda que uma escola, como a do Bacelo, onde se reúnem todos os dias 15/20 professores existem condições para “uma constante partilha de informação, completamente diferente, do que acontece numa escola onde o professor está sozinho. Ou o professor é muito dinâmico e tenta trazer coisas para a escola ou a escola morre,” remata o coordenador EB 1 c/JI do Bacelo.

Contrastando com o encerramento de escolas, temos assistido à abertura de novas infraestruturas educativas, ou requalificação e ampliação das condições existentes, no concelho de Évora. Segundo a carta educativa, datada de 2006, no centro histórico não estavam previstas intervenções, na zona de transição estavam previstas a construção da EB1 c/JI do Bacelo, a EB 1 dos Leões, na Freguesia do Bacelo, a ampliação da EB1 Almeirim e a construção da EB 1 do Moinho, na freguesia da Horta das Figueiras, a ampliação da EB 1 da Comenda, na freguesia da Senhora da Saúde e a construção da EB1 c/JI dos Canaviais, na freguesia dos Canaviais. Nas freguesias rurais estava previsto a ampliação da EB 1 da Azaruja e da EB 1 de Valverde.

Contudo, em 2012, deste conjunto de intervenções apenas a EB1 c/JI do Bacelo se encontra concluída e em pleno funcionamento desde o ano letivo 2009-2010.

Espera-se porém que a nova escola dos Canaviais esteja pronta em julho de 2012. A autarquia, na pessoa do presidente da câmara, José Ernesto Oliveira explicou à Rádio Diana, em abril de 2012, que as obras se encontram suspensas desde Abril de 2011 porque “o contrato não tinha o visto do Tribunal de Contas”. O edil garantiu que “a escola vai entrar em funcionamento no próximo ano letivo, servindo cerca de 300 crianças.”

Em contrapartida e pela análise do quadro X, vimos que algumas escolas correm sérios riscos de encerrar no ano letivo 2012-2013 no concelho de Évora. Pela análise deste documento técnico vimos que no agrupamento I de Évora, a Escola Básica de Valverde fica a funcionar apenas com duas turmas, sendo ambas mistas, juntando o 1º ano de escolaridade com o 2º ano e o terceiro com o quarto. No agrupamento II de Évora, a Escola Básica da Vendinha conta apenas com uma turma, constituída por alunos dos quatros anos de escolaridade do 1º ciclo do Ensino Básico. No agrupamento III de Évora, a situação é ainda mais periclitante. Na Escola Básica do

bairro de Almeirim, o 1º e 4º ano de escolaridade nem têm número suficiente de alunos para a constituição de turmas, a Escola Básica da Boa-Fé fica apenas com uma turma com alunos de todos os anos de escolaridade, a Escola Básica de São Manços não tem alunos suficientes para constituir turmas no 1º e 4º ano de escolaridade, sendo que os alunos de 2º e 3º ano se encontram juntos na mesma turma. A Escola Básica de São Sebastião da Giesteira também tem um número muito reduzido de alunos, todavia, dos quatro anos de escolaridade do 1º ciclo do Ensino Básico. Situação semelhante ocorre na Escola Básica de Torre dos Coelheiros. No agrupamento IV de Évora, a Escola Básica da Azaruja fica a funcionar apenas com duas turmas, sendo ambas mistas, unindo o 1º ano de escolaridade com o 2º ano e o terceiro com o quarto. A Escola Básica da Graça do Divor e a Escola Básica de São Miguel de Machede, terão ambas, apenas uma turma constituída por alunos dos quatro anos de escolaridade do 1º Ciclo do Ensino Básico. A Escola Básica de Nossa Senhora de Machede fica a operar com duas turmas, juntando os alunos do 1º ano de escolaridade com os alunos de 2º ano e os de 3º com os de 4º ano.

QUADRO XIV – Movimento anual da rede escolar (2012-2013)

AGRUPAMENTO	ESCOLA	Nº TURMAS				
		1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	TOTAL
N.º 1 de Évora	Escola Básica da Malagueira, Évora (Sede de agrupamento)	2	3	3	3	11
N.º 1 de Évora	Escola Básica da Cruz da Picada	2	1	1	1	5
N.º 1 de Évora	Escola Básica da Quinta da Vista Alegre	1	1	1	1	4
N.º 1 de Évora	Escola Básica de Valverde	1		1		2
N.º 1 de Évora	Escola Básica do Bairro da Senhora da Glória	1	1	1	1	4
N.º 2 de Évora	Escola Básica André de Resende, Évora (Sede de agrupamento)	Não tem 1º Ciclo do Ensino Básico em funcionamento				
N.º 2 de Évora	Escola Básica da Avenida Heróis do Ultramar	1	1	1	1	4
N.º 2 de Évora	Escola Básica de Vendinha	1				1
N.º 2 de Évora	Escola Básica do Bairro da Câmara	1	1	1	1	4

N.º 2 de Évora	Escola Básica do Bairro da Comenda	1	1	1	1	4
N.º 2 de Évora	Escola Básica do Chafariz D'El-Rei	1	1	1	1	4
N.º 2 de Évora	Escola Básica do Rossio de S. Brás	2	2	2	2	8
N.º 3 de Évora	Escola Básica Santa Clara	Não tem 1º Ciclo do Ensino Básico em funcionamento				
N.º 3 de Évora	Escola Básica do Bairro de Almeirim	1	0,5	1	0,5	3
N.º 3 de Évora	Escola Básica de Boa -Fé	1				1
N.º 3 de Évora	Escola Básica de S. Mamede	3	3	2	3	11
N.º 3 de Évora	Escola Básica de S. Manços	0,5	1		0,5	2
N.º 3 de Évora	Escola Básica de S. Sebastião da Giesteira	1/2				1/2
N.º 3 de Évora	Escola Básica da Horta das Figueiras	1	1	1	1	4
N.º 3 de Évora	Escola Básica de Torre dos Coelhoiros	1				1
N.º 4 de Évora	Escola Básica Conde de Vilalva, Évora	Não tem 1º Ciclo do Ensino Básico em funcionamento				
N.º 4 de Évora	Escola Básica do Bairro do Bacelo	2	2	3	3	10
N.º 4 de Évora	Escola Básica do Bairro do Frei Aleixo	1	1	1	1	4
N.º 4 de Évora	Escola Básica de Azaruja	1		1		2
N.º 4 de Évora	Escola Básica dos Canaviais	2	2	1	1	6
N.º 4 de Évora	Escola Básica de Graça do Divor	1				1
N.º 4 de Évora	Escola Básica de Nª Sra. de Machede	1		1		2
N.º 4 de Évora	Escola Básica de S. Miguel de Machede	1				1

Fonte: dados fornecidos pela DREALE

Maria João Charrua adiantou também que “o regime duplo está completamente eliminado na área de jurisdição DREALE.” Neste momento, o número de salas no concelho de Évora permite a realização do regime normal, não se registando em nenhum estabelecimento de ensino um número superior de turmas, em relação às salas disponíveis.

Ao nível do número de salas de pré-escolar, no concelho de Évora, o número de salas do pré-escolar registou um aumento considerável, nos últimos anos. Se no ano letivo 2006/2007 haviam 22 salas de pré-escolar, na atualidade existem 29 salas.

2. INFRAESTRUTURAS EDUCATIVAS COM MODERNIDADE COMO REFLEXO DO REORDENAMENTO DA REDE ESCOLAR – O CASO DA EB 1 C/JI DO BACELO

2.1 Investimento e custos de manutenção

Desde que foi iniciado o grande projeto de renovação e modernização das infraestruturas educativas, com a publicação do Programa Nacional de Requalificação da Rede Escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar, em Setembro de 2009 foram gastos na área de jurisdição da DREALE 75.598.343,66 € para a prossecução desse objetivo, segundo a assessoria da diretora regional de educação do Alentejo.

O investimento total realizado na construção e apetrechamento da EB 1 c/JI do Bacelo foi de 2.042.212,24€, ou seja, cerca de 2,7% do investimento total feito na zona de intervenção da DREALE.

Mas para além do investimento inicial, existem custos e despesas que se materializam todos os anos.

Segundo dados fornecidos pela Câmara Municipal de Évora (quadro XV), em 2010/2011 foram gastos em despesas correntes, na componente de apoio à família, na aquisição de material didático e de desgaste, em telefones, em ação social escolar, em refeições escolares, em transportes escolares, em AEC'S, em apoios logísticos e em pessoal não docente 886.122,28 €.

De acordo com os mesmos dados, no ano letivo 2011/2012 foram gastos nas rubricas acima referidas, no período de setembro a janeiro (cinco meses), ou seja, em sensivelmente metade do ano, 140.388,36 €. Numa tentativa de prever os gastos, no final do ano letivo, multipliquei esse valor por dois, estando consciente que esta fórmula não passa de uma estimativa desprovida de precisão, Obtive o seguinte resultado: 280,776,72€.

Comparativamente, constatamos que houve uma redução clara na despesa neste último ano letivo, em comparação com 2010/2011.

A vereadora Cláudia Sousa Pereira referiu que a Câmara não tem feito cortes na educação no decorrer do ano letivo 2011-2012, reforçando que a CME não poupa nesse domínio. Contudo, afiançou que têm sido feitas poupanças na educação, resultantes duma reeducação e de controlo nos gastos energéticos. A vereadora explica que “o que acontecia é que muitas vezes fechavam as escolas e o arejamento que tem de ser feito e que o próprio centro de saúde que faz as vistorias connosco diz que tem de ser feito não acontecia. Os módulos de aquecimento das escolas ficavam ligados toda a noite, o que é perfeitamente escusado. A edil refere também que tem sido feita uma gestão “mais parcimoniosa” em relação aos materiais escolares de desgaste, como cartolinas, colas, etc.”

QUADRO XV – Despesa da EB 1 c/JI do Bacelo nos anos letivos de 2010/2011 e 2011/2012

RUBRICA		DESPESA	
		ANO LETIVO 2010/11	ANO LETIVO 2011/12
DESPEAS CORRENTES	Gás	2396,52€	2112,15€ (setembro a janeiro)
	Extintores	25,50€	0,00€
	Seguros	263,60€	0,00€
	Fotocopiadora (aluguer e cópias)	3.170,00€	2.717,70€
	Limpeza da EB1/JI Bacelo	8.935,00€	573,83€
	Alarmes	649,44€	324,72€ (setembro a janeiro)
	Controle de pragas	152,90€	126,36€ (setembro a agosto)
	Controle microbiológico	229,86€	83,59€ (1 trimestre)
	Manutenção dos equipamentos de ar condicionado EB1/JI Bacelo	4.281,48€	350,90€ (setembro)

	Manutenção do elevador da EB1/JI Bacelo	1.360,78€	680,38€ (2 trimestres)
	Eletricidade	21.403,19€	Ainda não dispomos deste dado
COMPONENTE DE APOIO À FAMÍLIA	Material de desgaste	319,18€ (75 alunos)	112,00€ (75 alunos)
MATERIAL DIDÁTICO E DE DESGASTE		1.970,00€	0,00€
TELEFONES		0,00€	286,45€ (1ª tranche)
AÇÃO SOCIAL ESCOLAR		54 alunos / 2.013,00€	44 alunos / 1.733,00€
REFEIÇÕES ESCOLARES		32.741,09€ (59.412 refeições)	14.352,43€ (27.713 refeições de setembro a janeiro)
TRANSPORTES ESCOLARES		3.847,52€ (4 alunos transportados)	1.179,36€ (1 aluno transportado de setembro a janeiro)
ATIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR		224 alunos: 69.8961,12€	230 alunos: 57.180,30€ (previsto)
APOIOS LOGÍSTICOS		8,00€	0,00€
PESSOAL NÃO DOCENTE	CONTRATO DE EXECUÇÃO	40.919,95 €	24.321,71 €
	Refeitórios	23.749,40 €	11.727,04 €
	Jardins de Infância – Acordo de Colaboração	33.723,96 €	21.202,55 €
	CEI'S	7.397,31 €	3.436,04 €
Total		886.122,28 €	140.388,36 €

Fonte: Dados fornecidos pela Câmara Municipal de Évora

2.2 A modernização tecnológica

José Garção, coordenador da EB 1 c/JI do Bacelo afirma perentoriamente que “neste momento a escola dificilmente viveria sem as novas tecnologias.” O coordenador da EB 1 c/JI reforçou a sua convicção, explicando que na sua escola “quando um quadro avaria, um professor já tem dificuldade em lecionar porque está habituado ao quadro interativo e à rede de internet que existe em qualquer zona da escola”.

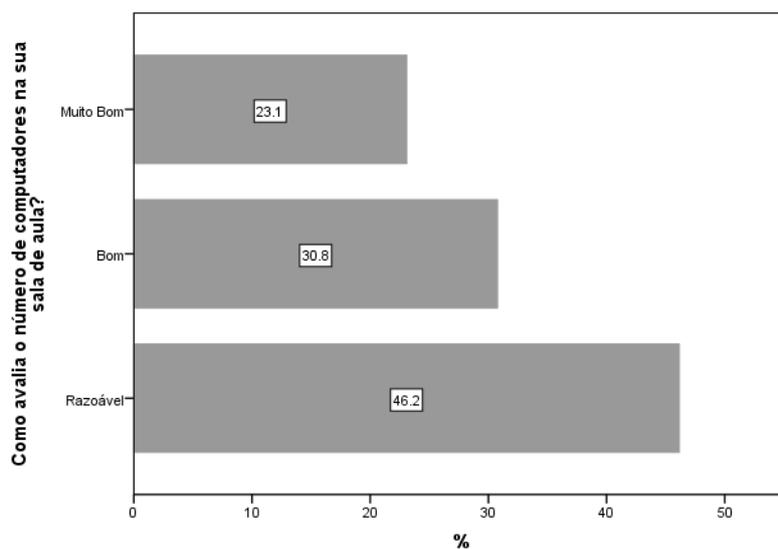
Ainda assim, o coordenador da EB 1 c/JI do Bacelo reconheceu que a existência de equipamentos e infraestruturas tecnológicas por si só não chegam, realçando a necessidade clara de haver mais formação para professores. Exemplificou relatando uma situação comum “muitas vezes sou chamado às salas para ajudar num problema e é simplesmente um cabo que ficou desligado.” Este problema é um exemplo claro que falta formação aos docentes que acabam por não tirar proveito total das potencialidades das tecnologias à disposição. Segundo o coordenador da EB 1 c/JI do Bacelo estas situações ocorrem porque os docentes “não têm formação ou porque a formação que tem sido dada não é correta, porque não é dada do ponto de vista do que é prático.”

Maria João Charrua, assessora da diretora regional de educação comentou precisamente o facto de “existirem professores que têm tido alguma dificuldade com as novas tecnologias porque são muitos os professores que estão no ensino há muito tempo e são poucos os que são novos e que tiveram a oportunidade de aceder a computadores em idade escolar.” A assessora da diretora regional de educação do Alentejo esclarece que “já se realizaram muitas formações, a fim de preparar os professores para as novas tecnologias”, mas reconhece que “muitas vezes as formações não são adequadas às necessidades, sendo feitas de acordo com os formadores que existem, ou sendo a formação adequada, o número limitado de turmas faz com que fiquem sempre professores de fora.”

Ao ouvir as palavras do coordenador da EB 1 c/JI do Bacelo apercebi-me que as tecnologias da informação fazem parte do quotidiano letivo dos docentes da referida instituição. Por isso, quis que os professores e educadores da EB 1 c/JI do Bacelo fizessem o retrato das condições da escola relativamente às novas tecnologias.

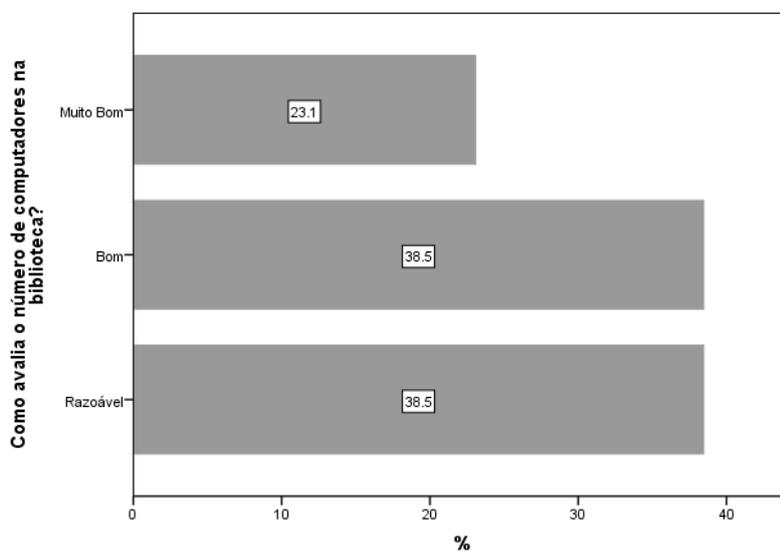
Em relação aos computadores na sala de aula, 46,2% dos professores e educadores considera que existem em número razoável, 30,8% julga que em boa quantidade e 23,1% em muito boa quantidade, tal como podemos ver no gráfico I. Estes números não traduzem uma satisfação total em relação a este item, mas também não indicam especial insatisfação.

GRÁFICO I



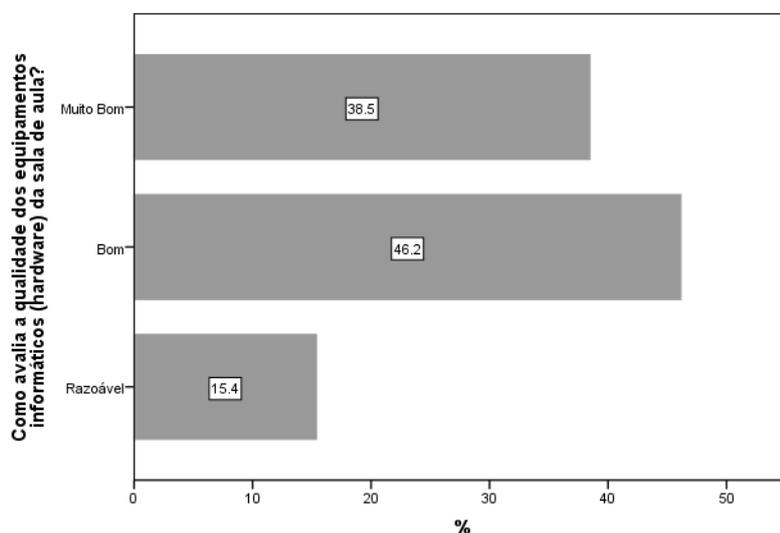
Em relação ao número de computadores na biblioteca da escola, 38,5% dos docentes e educadores consideraram que existem em número razoável, 38,5% em bom número e 23,1% em muito bom número, tal como podemos constatar no gráfico II. Nenhum dos entrevistados manifesta desagrado no que toca ao número de computadores na biblioteca.

GRÁFICO II



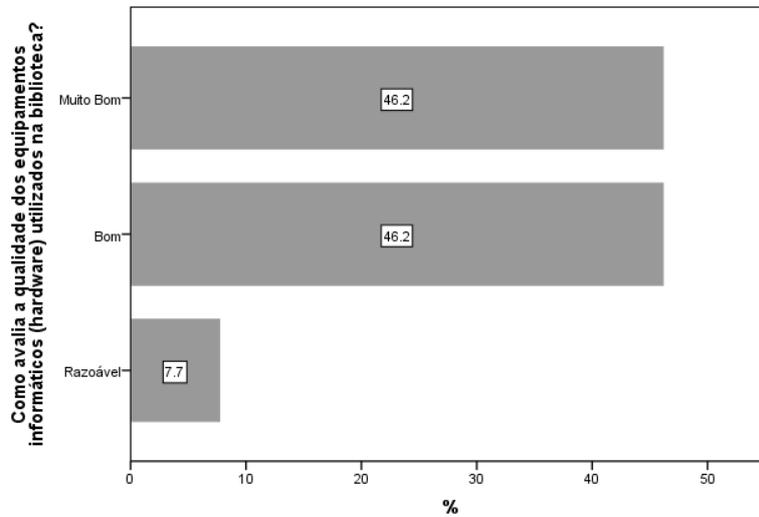
No que concerne à qualidade dos equipamentos informáticos (*hardware*) 15,4% dos entrevistados considera os equipamentos razoáveis, 46,2% julga que os equipamentos são bons e 38,5 que os equipamentos são muito bons, tal como mostra o gráfico III. A grande maioria dos inquiridos mostra-se agradado com os equipamentos informáticos.

GRÁFICO III



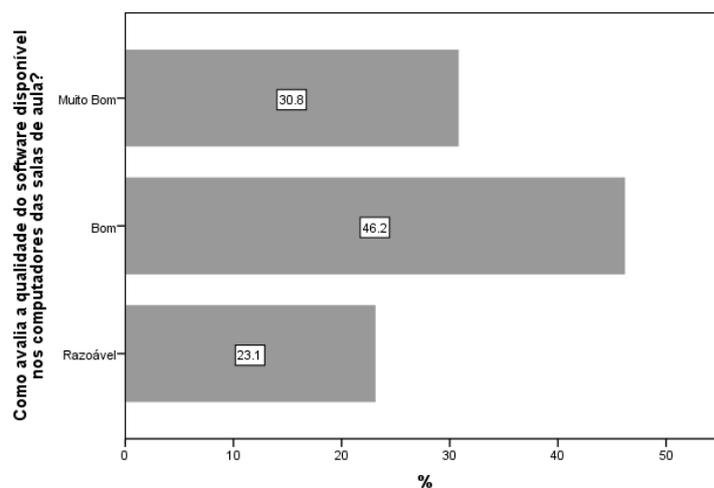
Relativamente à qualidade dos equipamentos informáticos (*hardware*) utilizados na biblioteca, 7,7% dos professores e educadores diz serem de razoável qualidade, 46,2% de boa qualidade e outros tantos julgam serem de muito boa qualidade, tal como podemos observar no gráfico IV. A grande maioria dos inquiridos mostra-se agradado com os equipamentos informáticos.

GRÁFICO IV



Relativamente ao *software* existente na sala de aula, 23,1% dos inquiridos respondeu ser de razoável qualidade, 46,2% de boa qualidade e 30,8% de muito boa qualidade, como mostra o gráfico V. Relativamente à qualidade do *software* existente nos computadores da sala de aula não se verificou desagrado dos inquiridos, sendo essa a conclusão dominante.

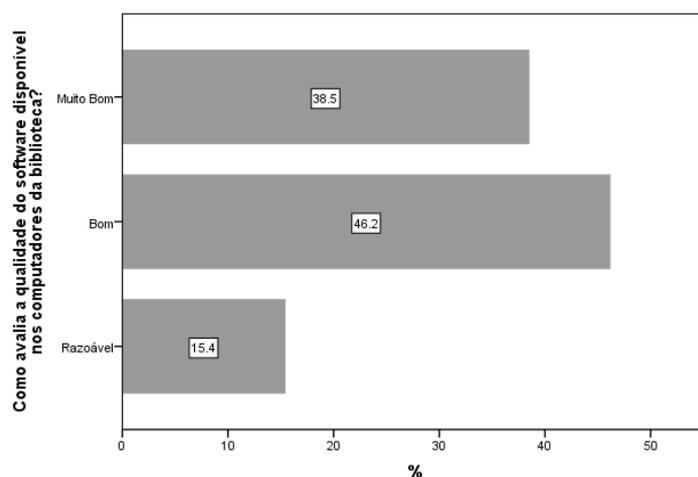
GRÁFICO V



No que diz respeito ao *software* existente na biblioteca, 15,4% dos inquiridos respondeu ser de razoável qualidade, 46,2% de boa qualidade e 38,5% de muito boa

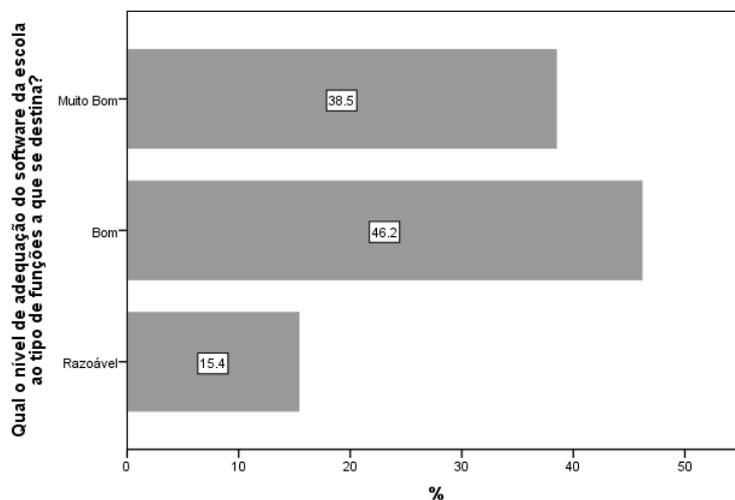
qualidade, como mostra gráfico VI. Relativamente à qualidade do *software* existente nos computadores da sala de aula não se verificou desagrado dos inquiridos, sendo essa a conclusão dominante.

GRÁFICO VI



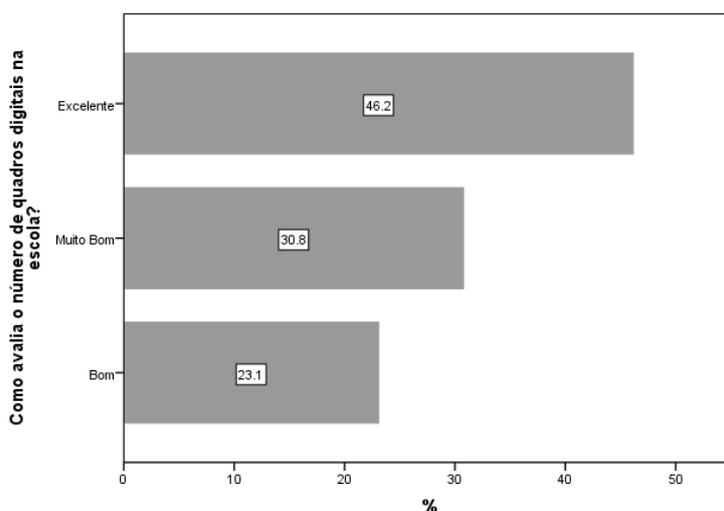
Quando confrontados relativamente ao nível de adequação do *software* da escola aos tipos de funções a que se destina, os 15,2% dos inquiridos revelaram ter uma adequação razoável, 46,2% boa e 38,5% muito boa, tal como comprova o gráfico VII. A maior parte dos inquiridos acha o *software* adequado às funções a que se destina.

GRÁFICO VII



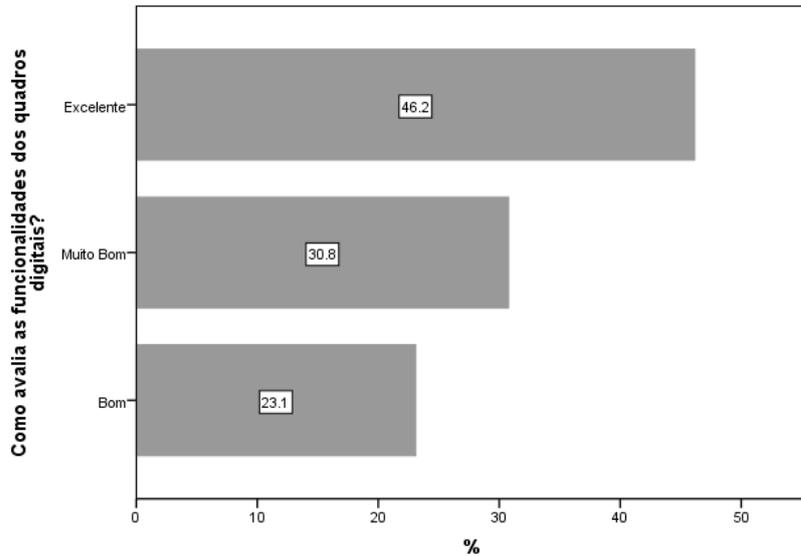
No que diz respeito ao número de quadros digitais na escola, 23,1% dos auscultados dizem ser em bom número, 30,8% em muito bom e 46,2% em excelente número, como demonstra o gráfico VIII. A maior parte dos inquiridos está satisfeita relativamente à quantidade deste instrumento deveras útil no quotidiano dos docentes e educadores da EB 1 c/JI do Bacelo.

GRÁFICO VIII



Os inquiridos também foram questionados relativamente às funcionalidades dos quadros digitais. 23,1% dos professores e dos educadores dizem serem boas, 30,8% muito boas e 46,2% excelentes. Estes números refletem que a grande maioria dos inquiridos está agradada com o número de quadros digitais na escola. Saliente-se que quase metade dos entrevistados classifica as funcionalidades dos quadros como excelentes, como podemos ver no gráfico IX.

GRÁFICO IX



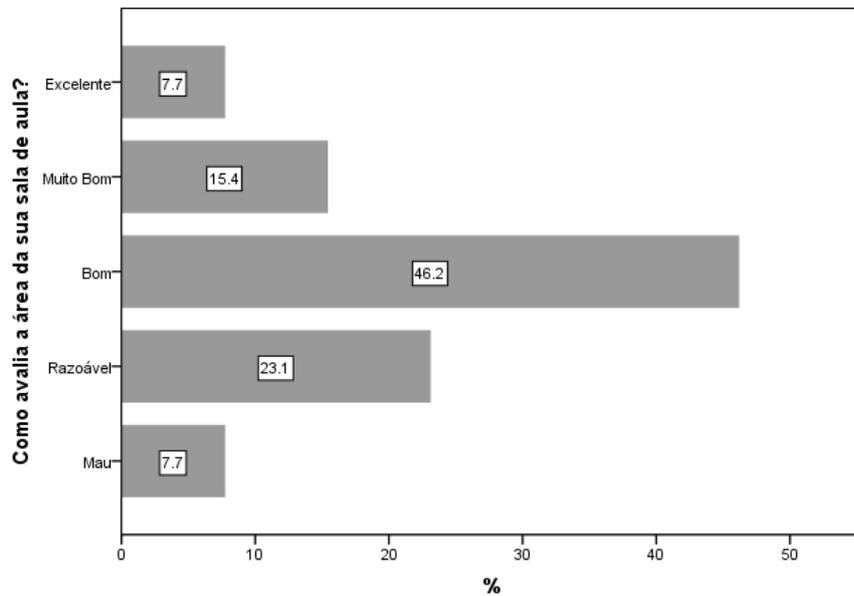
A vereadora responsável pelo pelouro da educação na Câmara Municipal de Évora, Cláudia Sousa Pereira falou ainda do papel do projeto MUTIC, que presta apoio informático, nas escolas do município, na EB 1 c/JI do Bacelo, dizendo que a dita por ser “uma escola mais nova que as demais, os equipamentos são mais recentes e há menos avarias havendo menor necessidade de apoio do que nalgumas escolas com equipamentos mais antigos.”

2.3 As infraestruturas da EB 1 c/JI do Bacelo

2.3.1 Áreas

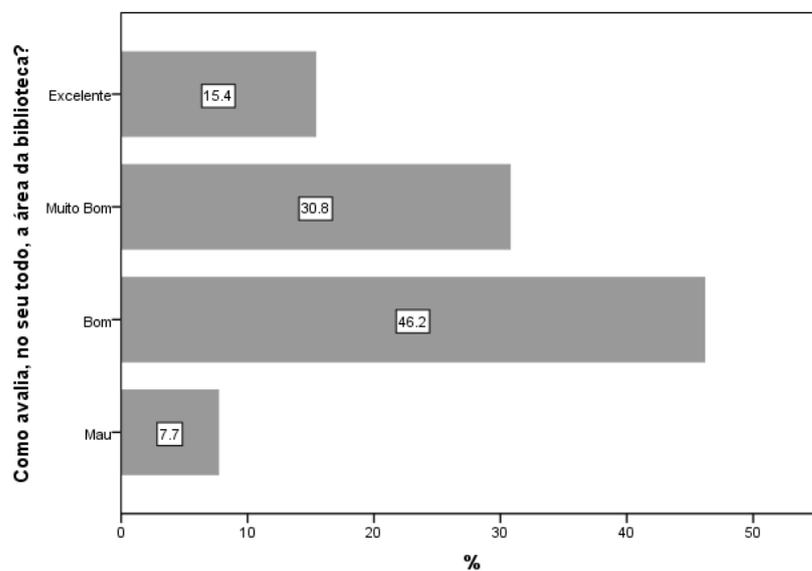
Os entrevistados pronunciaram-se relativamente à área da sua sala de aula. 7,7% dos professores e educadores classifica a sala como má, 23,1% como razoável, 46,2% como boa, 15,4% como muito boa e 7,7% como excelente. O sentimento geral relativamente à área da sala de aula é positivo, destacando-se que quase metade dos inquiridos classifica a área da sua sala de aula como boa, como mostra o gráfico X.

GRÁFICO X



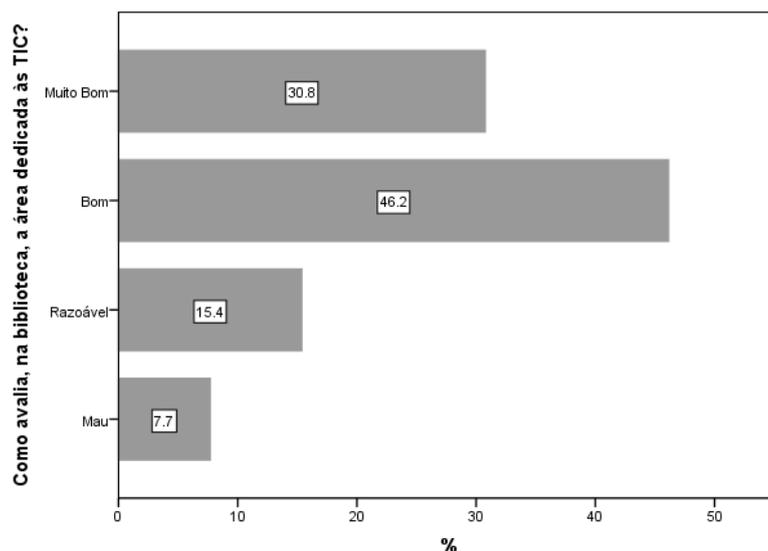
No que diz respeito à área da biblioteca, 7,7% dos auscultados considera-a má, 46,2% boa, 30,8% muito boa e 15,8% excelente, ou seja a grande maioria dos questionados manifesta-se muito satisfeito com a área da biblioteca, tal como demonstra o gráfico XI.

GRÁFICO XI



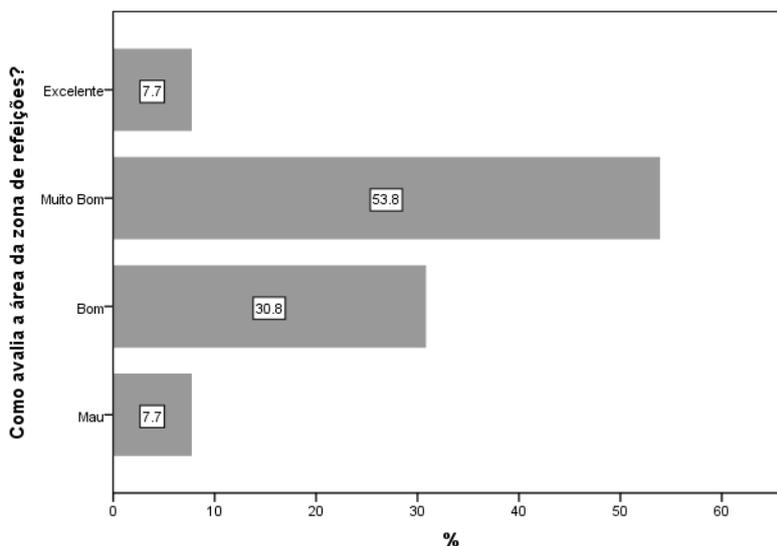
No que concerne à área dedicada às TIC na biblioteca, 7,7% dos inquiridos considera-a má, 15,4% razoável, 46,2% boa e 30,8% muito boa. Vimos pela análise do gráfico XII que quase metade dos professores e educadores classifica a área como boa, sendo que um número também assinalável a considera como muito boa.

GRÁFICO XII



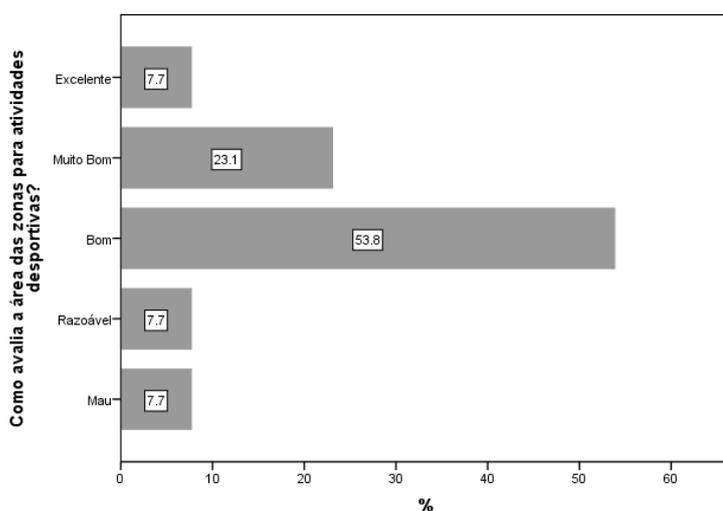
A área da sala de refeições foi classificada pelos inquiridos da seguinte forma: 7,7% considera-a má, 30,8% boa, 53,8% muito boa e 7,7% excelente. Assinale-se que mais de metade dos inquiridos considera a área da zona de refeições como muito boa. Veja estes números no gráfico XIII.

GRÁFICO XIII



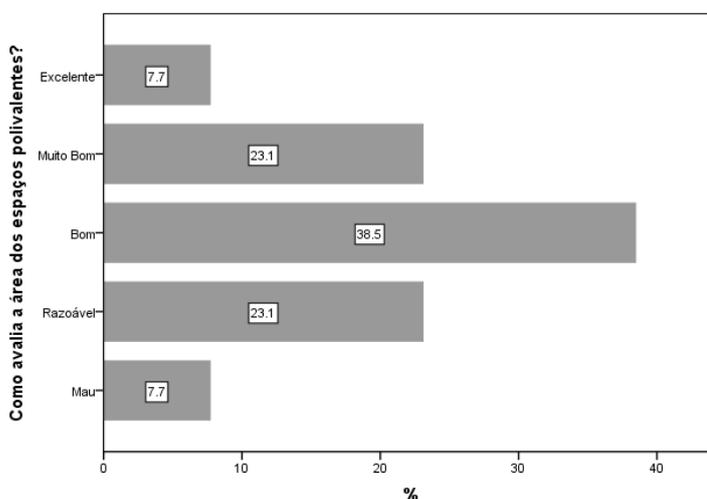
Os inquiridos avaliaram a área das zonas para atividades desportivas, sendo que 7,7% considera-a má, 7,7% como razoável, 53,8% como boa, 23,1% como muito boa e 7,7% como excelente. A observação do gráfico XIV dão especial destaque ao facto de mais de metade dos inquiridos classificar a área destinada a atividades desportivas como boa.

GRÁFICO XIV



Os inquiridos avaliaram igualmente a área dos espaços polivalentes. 7,7% dos auscultados classificou-a como má, 23,1% como razoável, 38,5% como boa, 23,1% como muito boa e 7,7% como excelente, tal como podemos ver no gráfico XV.

GRÁFICO XV

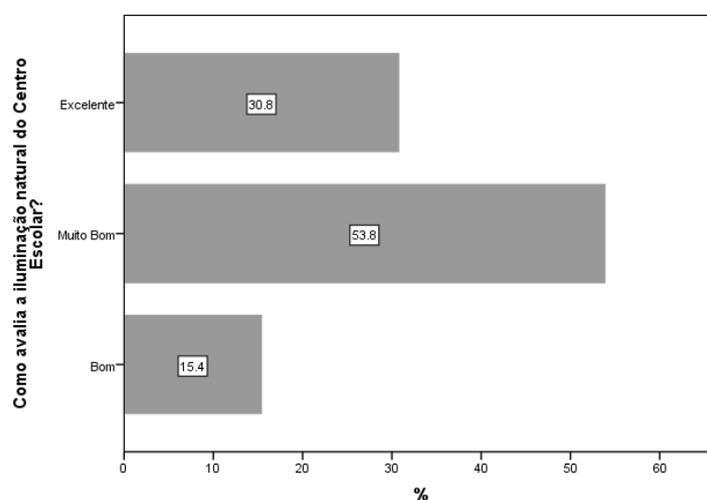


2.3.2 Iluminação

Os professores e educadores da EB 1 c/JI do Bacelo foram inquiridos relativamente à iluminação natural e artificial da escola.

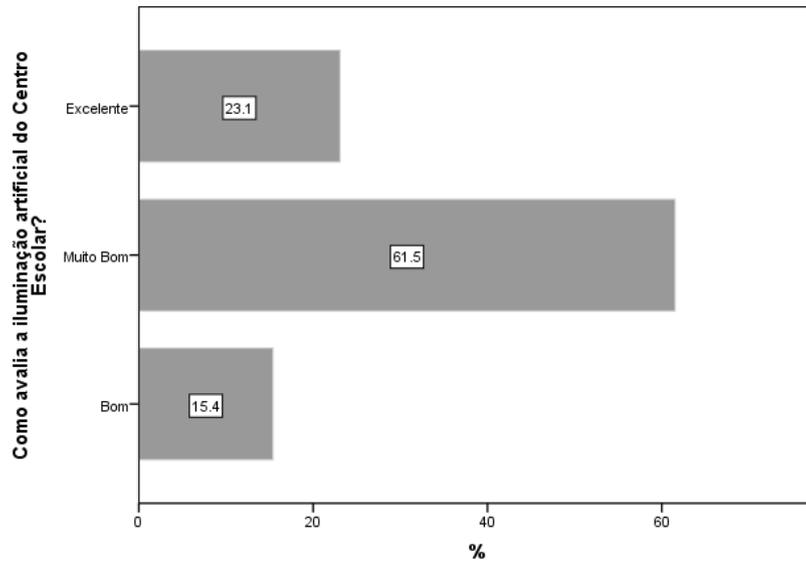
No que diz respeito à iluminação natural, o agrado em relação à referida é globalmente satisfatório. Vejamos, 15,4% dos inquiridos considera a iluminação natural boa, 53,8% muito boa e 30,8% excelente, tal como mostra o gráfico XVI.

GRÁFICO XVI



No que concerne à iluminação artificial, 15,4% dos inquiridos considera-a boa, 61,5% como muito boa e 23,1% como excelente. Estes números indicam também muita satisfação em relação à qualidade da iluminação artificial do edifício, como apresenta o gráfico XVII.

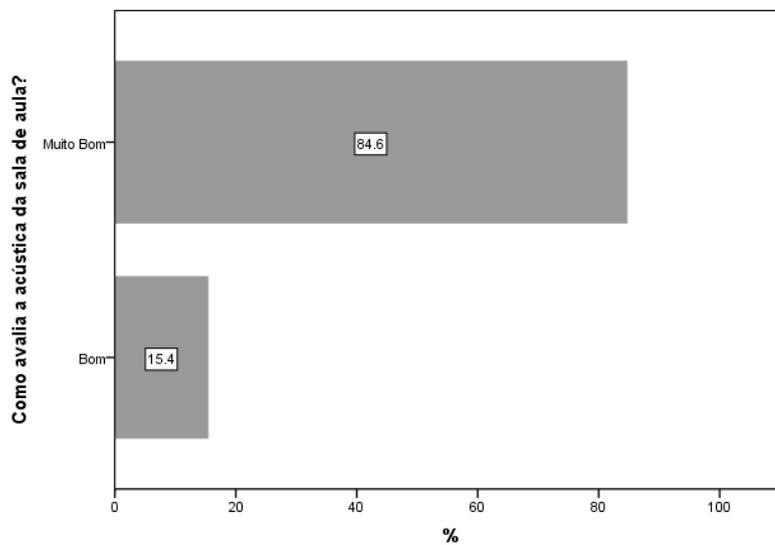
GRÁFICO XVII



2.3.3 Acústica

No que diz respeito à acústica das salas de aula, os inquiridos também se mostraram globalmente agradados. Pela análise do gráfico XVIII, vimos que 15,4% considera a acústica boa e 84,6% muito boa.

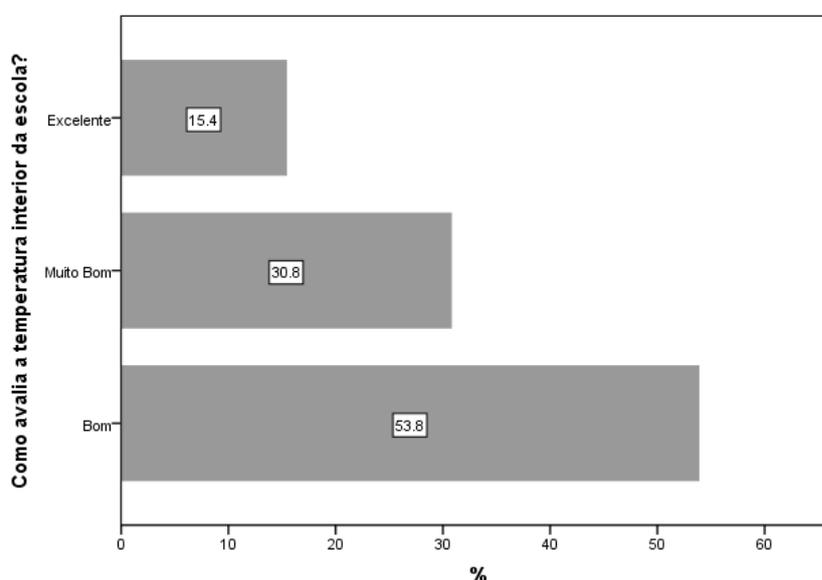
GRÁFICO XVIII



2.3.4 Temperatura interior

Os docentes e educadores da EB 1 c/JI do Bacelo também apreciam, globalmente, a temperatura interior da escola. 53,8 dos respondentes classificou a temperatura interior da escola como boa, 30,8 % como muito boa e 15,4 como excelente, como é mostrado pelo gráfico XIX.

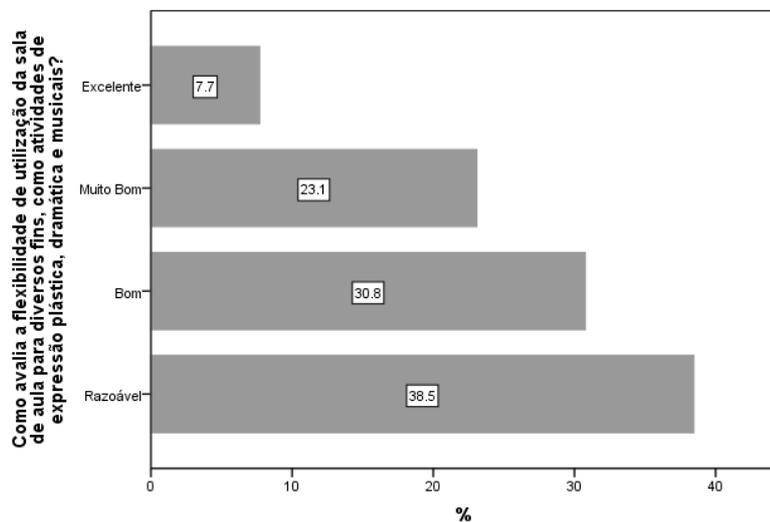
GRÁFICO XIX



2.3.5 Flexibilidade dos espaços

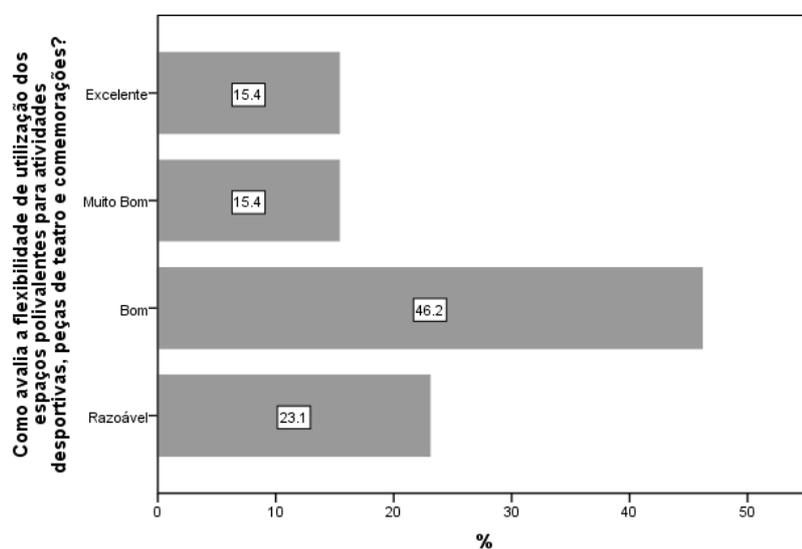
A flexibilidade de utilização da sala de aula para diversos fins, como atividades de expressão plástica, dramática e musicais foi classificada pelos inquiridos da seguinte forma: 38,5% considera-a razoável, 30,8% boa, 23,1% muito boa e 7,7% excelente, tal como mostra o gráfico XX.

GRÁFICO XX



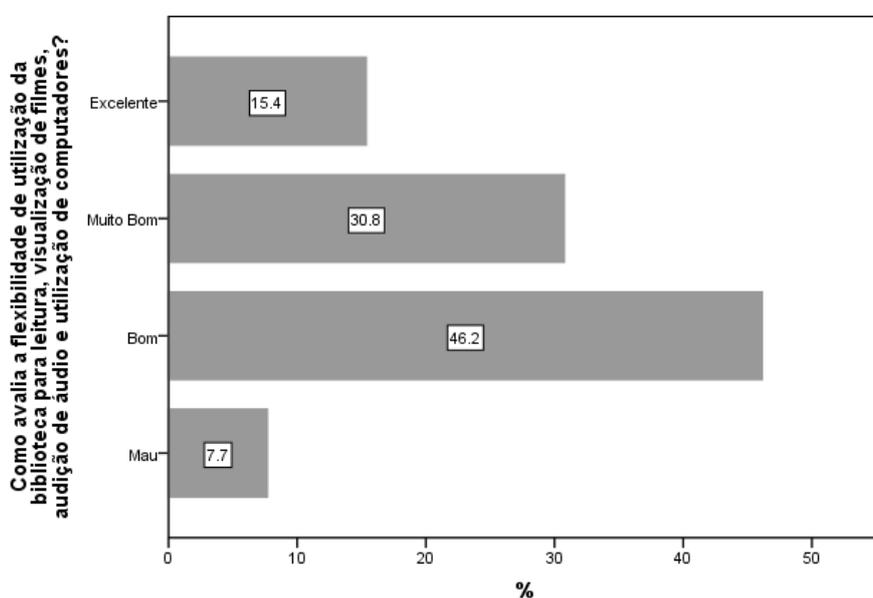
Os respondentes classificaram a flexibilidade de utilização dos espaços polivalentes para atividades desportivas, peças de teatro e comemorações da seguinte forma: 23,1% classificou a flexibilidade dos espaços polivalentes para os fins já referidos como razoável, 46,2% como boa, 15,4% como muito boa e igualmente 15,4% para flexibilidade excelente, como mostra o gráfico XXI.

GRÁFICO XXI



No que concerne à utilização da biblioteca para diversos fins, como a leitura, a visualização de filmes, a audição de áudio e utilização de computadores, 7,7% dos professores e educadores da EB 1 c/JI do Bacelo acharam que a flexibilidade é má, 46,2% consideram haver uma boa flexibilidade, 30,8% muito boa e 15,4 excelente flexibilidade, tal como apresenta o gráfico XXII.

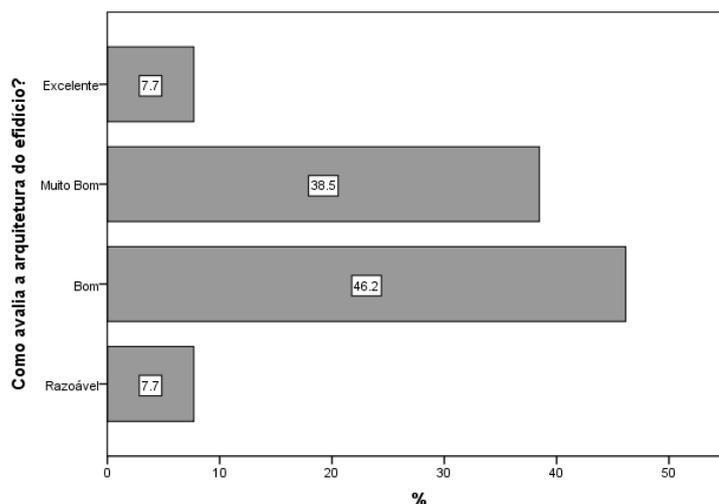
GRÁFICO XXII



2.3.6 Arquitetura do edifício

Em termos gerais, os inquiridos mostraram-se agrados com a arquitetura do edifício da EB 1 c/JI do Bacelo, uma vez que apenas 7,7% a consideram razoável. 46,2% julgam a arquitetura boa, 38,5% muito boa e 7,7% excelente, como mostra o gráfico XXIII.

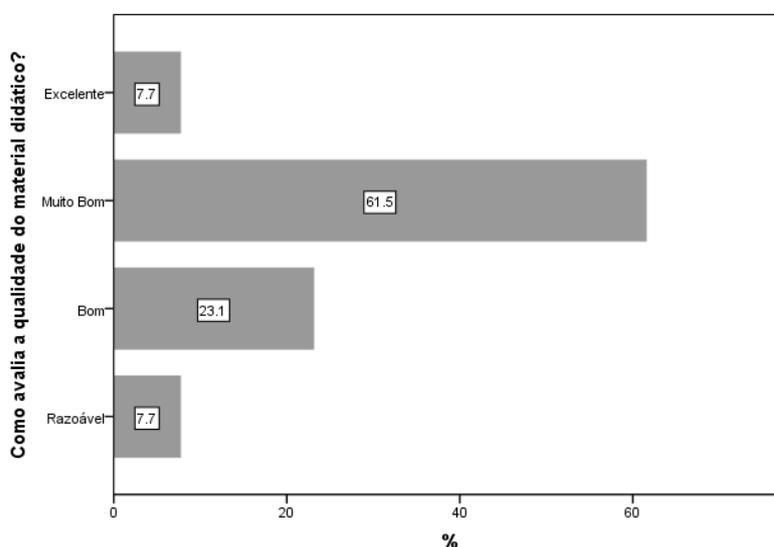
GRÁFICO XXIII



2.3.7 Recursos e materiais

Os respondentes avaliaram a qualidade do material didático 7,7% dos auscultados classificou-os como razoáveis, 23,1% como razoável, 38,5% como bons, 61,5 % como muito bons e 7,7% como excelentes, tal como podemos ver no gráfico XXIV. Atente-se que quase dois terços dos inquiridos consideram os materiais didáticos de muita qualidade.

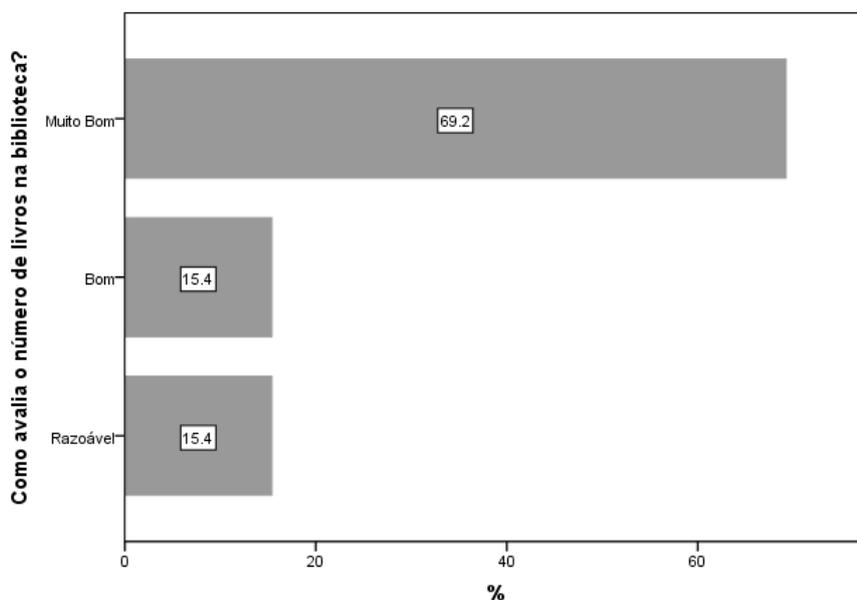
GRÁFICO XXIV



Os professores e educadores da Eb1 c/ JI do Bacelo também avaliaram os recursos bibliográficos, os recursos impressos e os recursos audiovisuais.

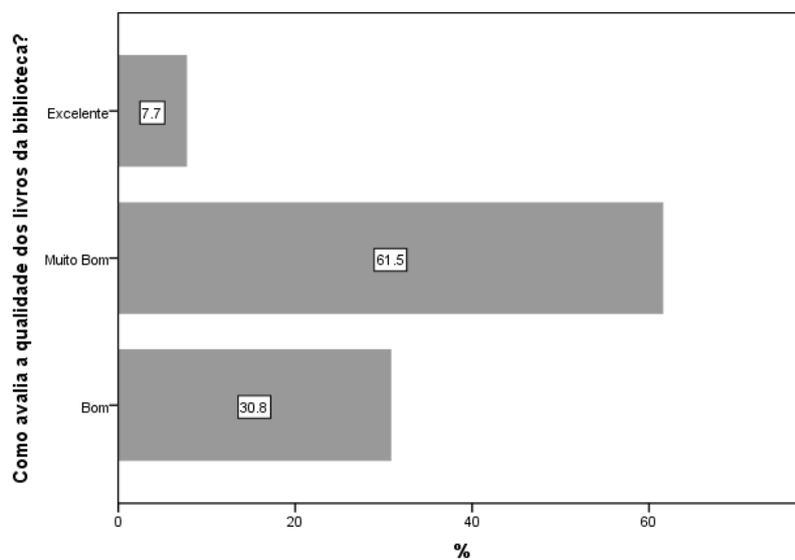
Em relação ao número de livros existentes na biblioteca, 15,4% dos inquiridos consideram serem em número razoável, 15,4% em bom número e 69,2% em muito bom número, como revela gráfico XXV.

GRÁFICO XXV



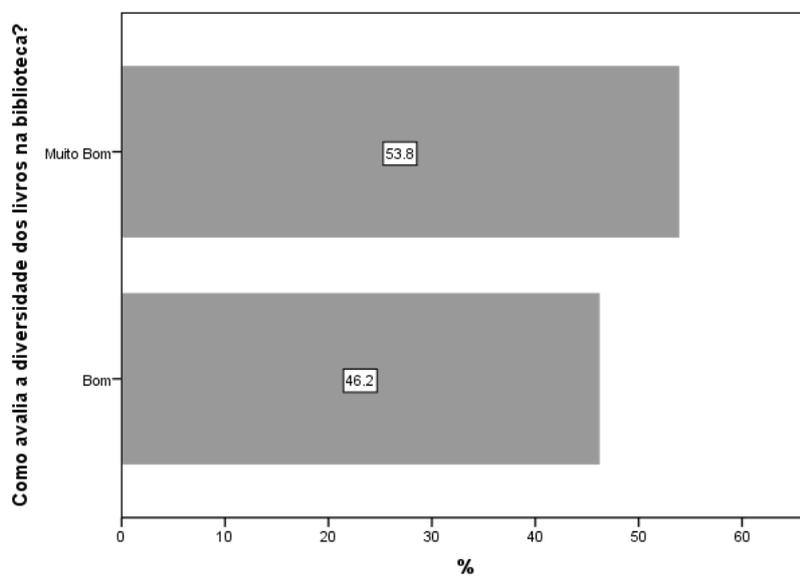
Em relação à qualidade dos livros existentes na biblioteca, os auscultados cotaram os livros da seguinte forma: para 30,8 dos inquiridos s livros são de boa qualidade, para 61,5% são de muito boa qualidade e para 7,7% são de excelente qualidade, como mostra o gráfico XXVI.

GRÁFICO XXVI



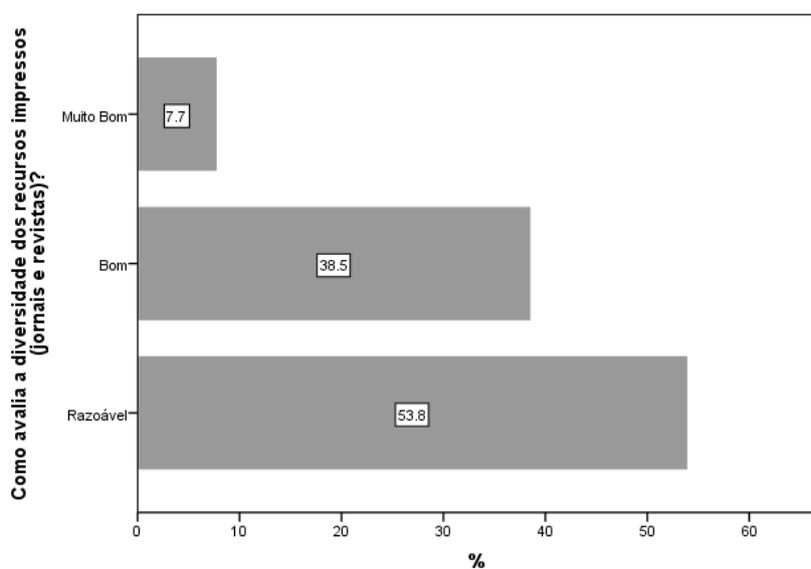
Já quanto à diversidade de livros existentes na biblioteca, 46,2% dos inquiridos dizem ser boa e 53,8 afirmam ser muito boa, como gráfico XXVII.

GRÁFICO XXVII



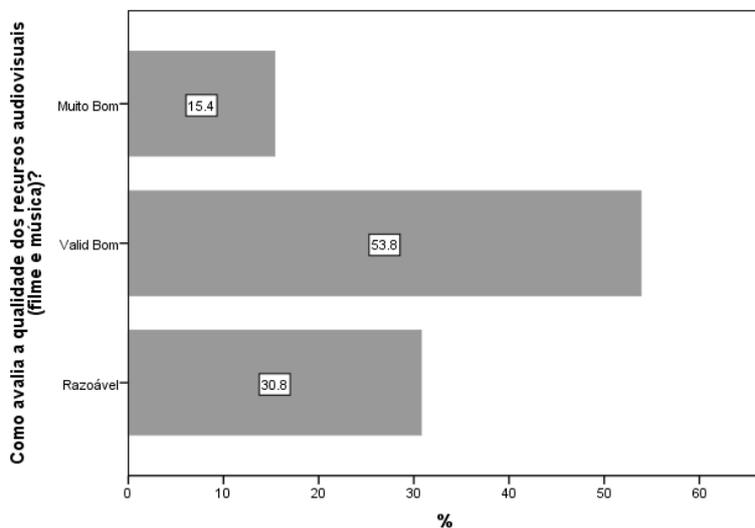
Ao nível da diversidade dos recursos impressos, como os jornais e as revistas, 53,8% dos respondentes consideram ser razoável, 38,5% boa e 7,7% muito boa, como demonstra o gráfico XXVIII.

GRÁFICO XXVIII



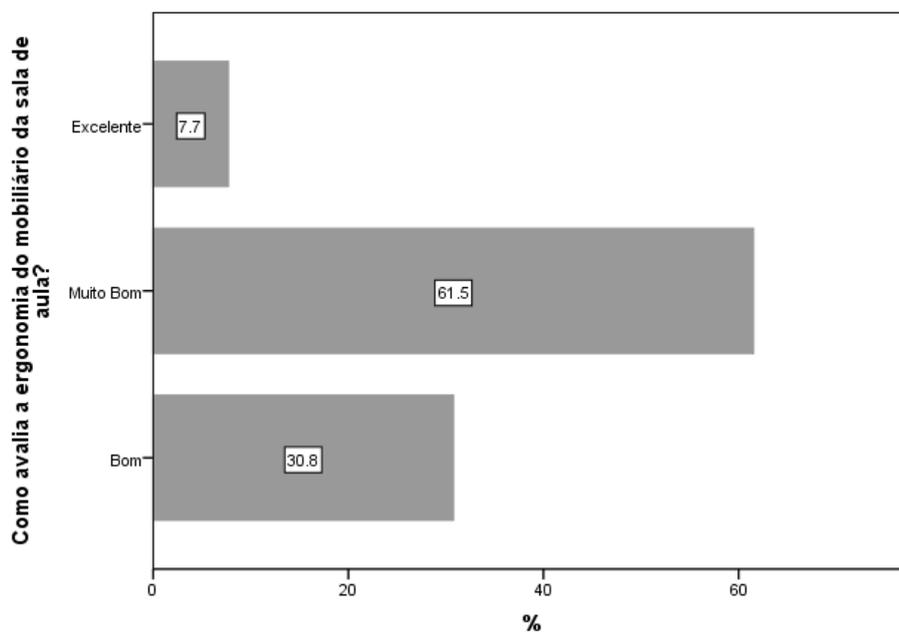
Em relação aos recursos audiovisuais, tais como filmes e música, 30,8% dos respondentes avaliaram este tipo de recursos como razoáveis, 53,8% como de boa qualidade e 15,4% de muito boa qualidade, como podemos ver no gráfico XXIX.

GRÁFICO XXIX



O mobiliário integra a decoração dos espaços, mas a ergonomia do mesmo assume vital importância na criação de conforto e bem-estar naqueles que usufruem dos espaços. Por isso, tornou-se importante saber a opinião dos professores e educadores da EB1 c/JI do Bacelo relativamente à ergonomia do mobiliário na sala de aula. Assim, 30,8% dos respondentes considera que a ergonomia do mobiliário é boa, 61,5% diz ser muito boa e 7,7% diz ser excelente, como atesta o gráfico XXX.

GRÁFICO XXX



3. JUNÇÃO DE CICLOS NO MESMO ESPAÇO ESCOLAR

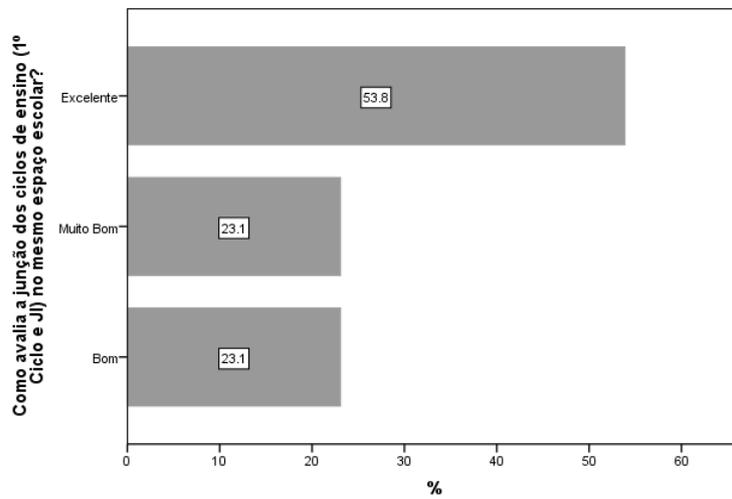
Os Centros Escolares têm viabilizado um novo conceito de escola, capaz de no mesmo espaço escolar agregar diversos níveis de ensino. No caso da EB 1 c/JI do Bacelo existem dez turmas de 1º Ciclo do Ensino Básico e três turmas de educação pré-escolar, ou seja, no mesmo espaço escolar registamos uma amplitude de idades bastante alargada.

José Garção, coordenador da EB 1 c/JI do Bacelo vê esta situação da melhor forma. Contudo, relembra que para esta coexistência de espaços funcionar bem tem de haver a devida organização, quer ao nível das condições físicas do edifício, quer ao nível pedagógico, quer ao nível da própria articulação entre educadoras de infância e professores do 1º Ciclo”, congratulando-se por estes fatores se registarem na escola que coordena.

A DREALE na pessoa da Dr.ª Maria João Charrua considera não haver prejuízos pela concentração do pré-escolar com o 1º Ciclo no mesmo espaço escolar. A assessora da diretora regional de educação do Alentejo diz que a junção de ciclos não se pode aplicar em todas as circunstâncias, mas diz que na generalidade dos casos é uma mais-valia porque se podem “preparar os meninos logo desde o pré-escolar até ao fim.” Maria João Charrua avisa, porém, que “tem de haver controlo porque as crianças são cada vez mais diferentes, temos uma sociedade que está a atravessar uma crise de valores e é preciso haverem funcionários para controlar quando os meninos brincam e todas essas situações.”

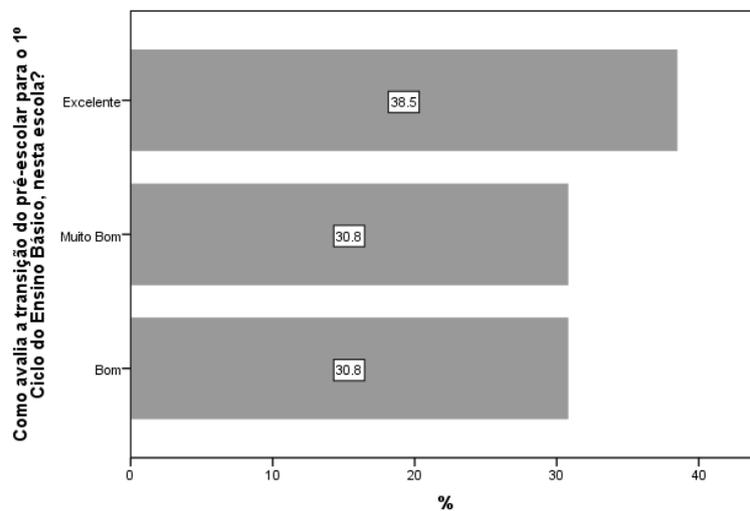
Os professores e educadores da EB 1 c/JI do Bacelo também se mostraram bastante agradados com a coexistência do 1º Ciclo do Ensino Básico e do pré-escolar no mesmo espaço escolar. Vejamos, 53,8% dos inquiridos considera excelente a junção de ciclos, 23,1% considera muito boa, e 23,1% boa, tal como mostra o gráfico XXXI.

GRÁFICO XXXI



Os inquiridos mostraram-se ainda deveras agradados com a maneira como é feita a transição de ciclos, do pré-escolar para o 1º Ciclo do Ensino Básico na EB 1 c/JI do Bacelo. Dos auscultados, 38,5% consideram ser excelente a transição de ciclos, 30,8% julgam ser muito boa e 30,8% boa, como demonstra o gráfico XXXII.

GRÁFICO XXXII



4. PLANEAMENTO ESTRATÉGICO

“A abertura da Escola do Bacelo teve a ver com o próprio crescimento da cidade para aquela área, sendo um modelo que está a ser replicado na escola que está para acabar nos Canaviais”, segundo a vereadora Cláudia Sousa Pereira.

José Garção, coordenador da EB 1 c/JI do Bacelo refere que a abertura desta escola foi muito importante, uma vez que “veio resolver o problema de superlotação da Escola do Frei-Aleixo.” Ainda assim, José Garção começa a sentir que a própria EB 1 c/JI do Bacelo começa a ser pequena face à procura naquela zona da cidade. O coordenador da EB 1 c/JI do Bacelo afirma que “precisava de mais duas salas no mínimo”, mas acreditando que “quando a escola dos Canaviais estiver concluída talvez o problema se dilua um pouco.”

Maria João Charrua reafirma o que já havia sido dito pela vereadora da edilidade eborense, dizendo que “a abertura da escola do Bacelo serviu para dar vazão a uma enchente de alunos que havia na escola do Frei Aleixo. As escolas de 1º ciclo funcionam a 99% em regime de manhã/tarde e nessa altura a Escola do Frei Aleixo que pertence ao agrupamento N.º 4 de Escolas tinha regime de manhã e regime de tarde que já não estava de acordo com a legislação.”

A DREALE sentiu que “ao nível das inscrições de 1º ano houve muita procura para esta escola, pelas lentes condições e pela modernidade, mesmo tendo escolas mais perto da residência.

5. TRANSPORTES ESCOLARES

Cláudia Sousa Pereira, afirma que o funcionamento dos transportes escolares na autarquia eborense funciona conforme o previsto na lei, apesar de lamentar os constrangimentos que esta lei “obsoleta” de 1984 causam na autarquia. “Antigamente, os limites da cidade eram completamente diferentes de agora, a própria rede de transporte público era diferente. A partir de uma determinada altura deixa de ser investimento porque estamos a fazer transporte de crianças que só tinham de fazer

500 metros para apanhar um transporte público e chegar à escola. Acabamos por achar que não é tanto um investimento e que já estamos no limite do desperdício”, apesar de reconhecer que os transportes escolares fazem todo o sentido nas zonas rurais.

A vereadora responsável pelo pelouro da educação explicou que “nas zonas rurais muito do transporte escolar está descentralizado, estando as responsabilidades repartidas com as Juntas de Freguesia. A autarquia desconcentra a verba que vem e acrescenta verba própria para as Juntas de Freguesia fazerem o trabalho de recolha das crianças nos montes e nas casas isoladas, trazendo-as para a escola.” A autarca refere que há ainda uma parte do trabalho feita por privados, nomeadamente com empresas de táxi.

Cláudia Sousa Pereira frisou que com o encerramento da Escola de Guadalupe, a autarquia sentiu muito o aumento dos gastos com transportes escolares. “Assinámos um protocolo no primeiro ano de transferência que fazia o preço por aluno transportado e não pode ser assim, tem de ser por número de km.” A autarca defendeu portanto a revisão desse protocolo para que o ónus não recaia tanto sobre a autarquia, uma vez que a decisão de encerramento de escolas, até é uma decisão superior.

A vereadora mostra-se apreensiva no que concerne à subsistência dos transportes escolares, nestes moldes. “Nós temos dívidas às Juntas de Freguesia e tememos que as Juntas acabem por não ter dinheiro para gásóleo por nossa incapacidade de transferir verbas. Como estamos endividados com as Juntas de freguesia eles começam a perder a capacidade de fazer o transporte, apesar de as Juntas gostarem de fazer o transporte de crianças porque é uma coisa que lhes dá visibilidade.”

Nós temos dívidas às Juntas de Freguesia e tememos que as Juntas acabem por não ter dinheiro para gásóleo por nossa incapacidade de transferir verbas. Como estamos endividados com as Juntas de freguesia eles começam a perder a capacidade de fazer o transporte, apesar de as Juntas gostarem de fazer o transporte de crianças porque é uma coisa que lhes dá visibilidade.

O coordenador da EB 1 c/JI do Bacelo explicou que são poucos os alunos na escola que gozam de direito a transportes escolas, cinco no total, sendo a sua proveniência dos Canaviais e da Senhora dos Aflitos.

“Apesar do grosso dos alunos residir na área. Verifica-se uma coisa interessante nesta escola. A lei diz é que os alunos que residem a mais de 3 km da escola tem direito a transporte mas isso é senão tiverem lugar na zona onde residem. Aqui há um fenómeno diferente. Como a escola é uma escola que neste momento está bem vista em termos do seu projeto pedagógico e de ambiente, há pais que mesmo vivendo em bairros opostos geograficamente colocam aqui as crianças no pré-escolar para que depois as crianças possam passar para o primeiro ciclo automaticamente. Tenho 30 % de crianças que se não tivessem lugar nas escolas onde residem teriam direito a transporte. Assim, não têm porque é uma questão de opção dos pais,” contou José Garção.

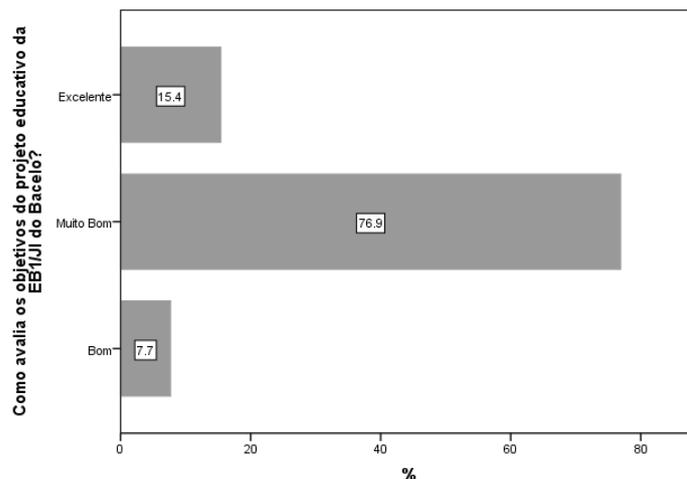
De referir que no último ano foram cerca de 785 alunos do concelho de Évora que beneficiaram de transportes escolares.

6. PROJETO EDUCATIVO

Os professores e educadores fizeram uma análise ao projeto educativo vigente.

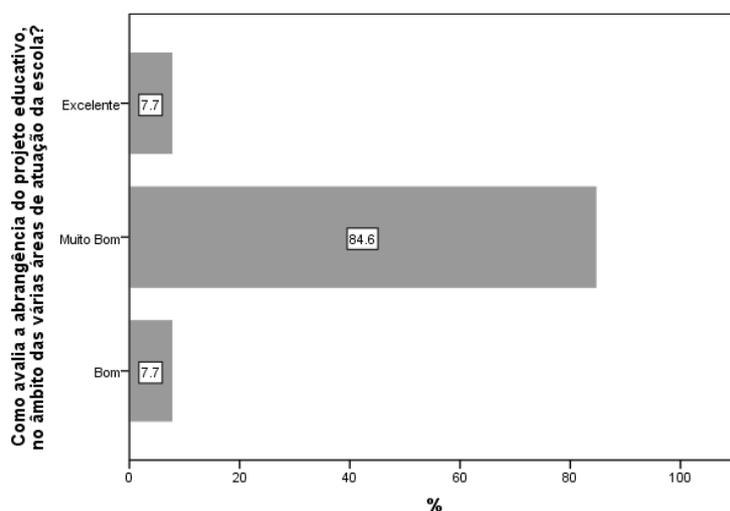
As opiniões relativamente ao projeto educativo são bastantes positivas. 15,4% dos inquiridos consideram os objetivos do projeto educativo excelentes, 76,9% muito bons e 7,7% bons, tal como mostra o gráfico XXXIII.

GRÁFICO XXXIII



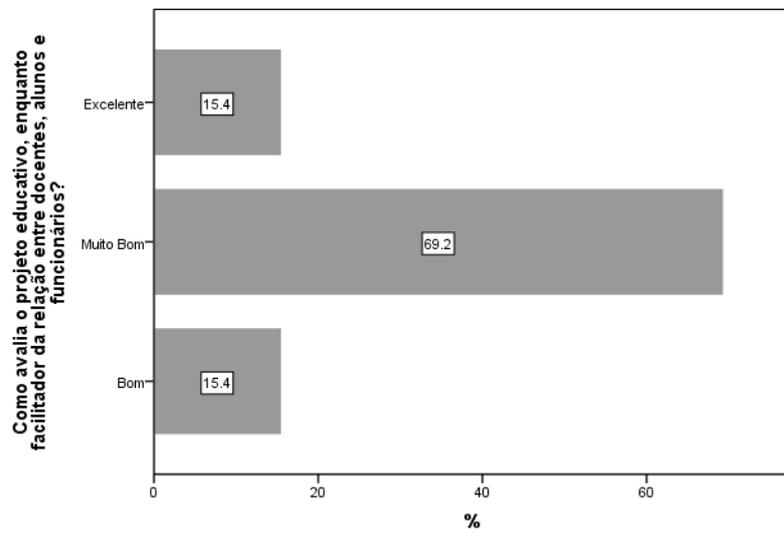
No que respeita à abrangência do projeto educativo, no âmbito das várias áreas de atuação da escola, 7,7% dos inquiridos consideram-no excelente, 84,6% muito bom e 7,7% bom, como mostra o gráfico XXXIV.

GRÁFICO XXXIV



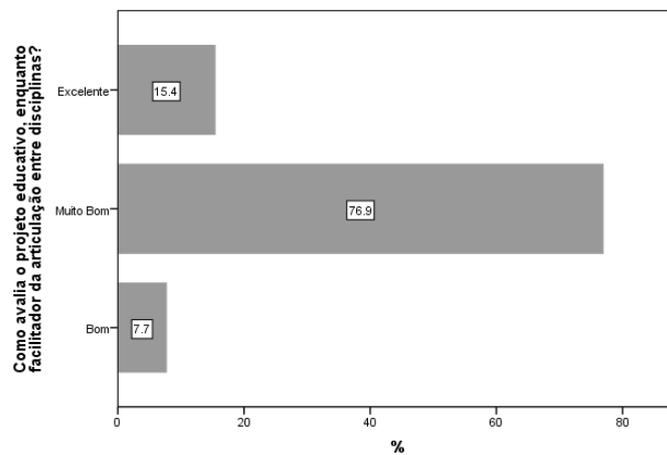
Relativamente ao facto do projeto educativo ser um facilitador de relações entre docentes, alunos e funcionários, 15,4% dos inquiridos diz ser um excelente simplificador, 69,2% muito bom e 15,4% bom, como exhibe o gráfico XXXV.

GRÁFICO XXXV



Os inquiridos avaliaram também o projeto educativo, enquanto facilitador da articulação entre disciplinas, sendo que 15,4 dos auscultados referem ser excelente articulador, 76,9% muito bom e 7,7% bom, como apresenta o gráfico XXXVI.

GRÁFICO XXXVI

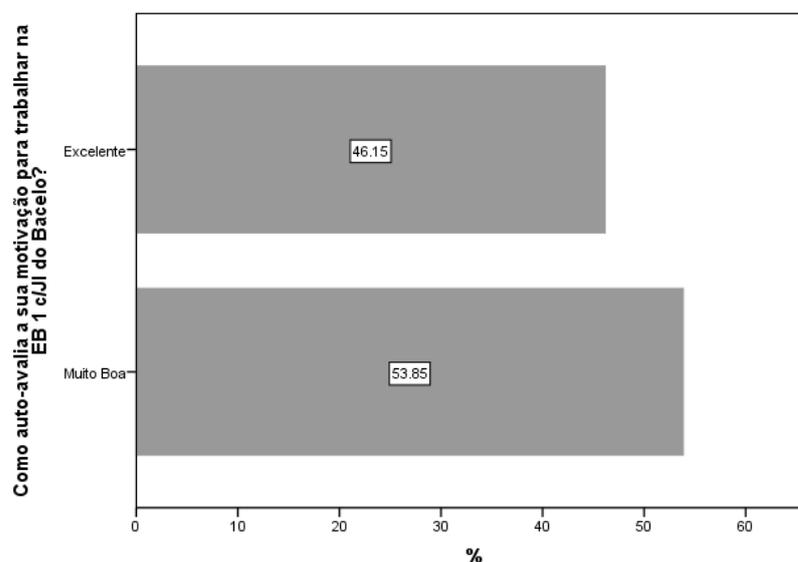


7. MOTIVAÇÃO E SATISFAÇÃO

A motivação e a satisfação são fatores primordiais para a constituição de boas práticas de ensino e de aprendizagem.

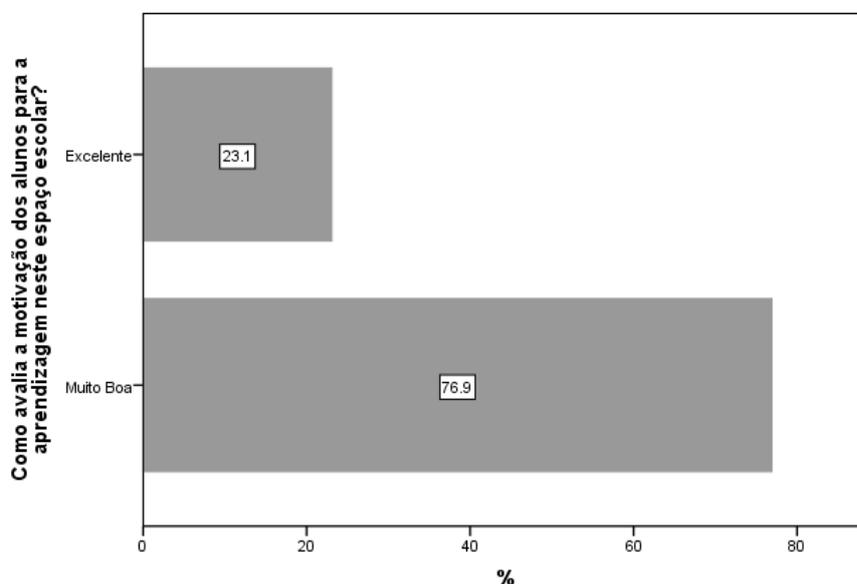
Os professores e educadores da EB 1 c/JI do Bacelo sentem uma grande auto-motivação para trabalhar nesta escola. Como demonstra o gráfico XXXVII, 46,15 % dos inquiridos assume uma excelente motivação e 53,85%, ou seja, mais de metade dos inquiridos considera ter uma motivação muito boa para trabalhar nesta escola.

GRÁFICO XXXVII



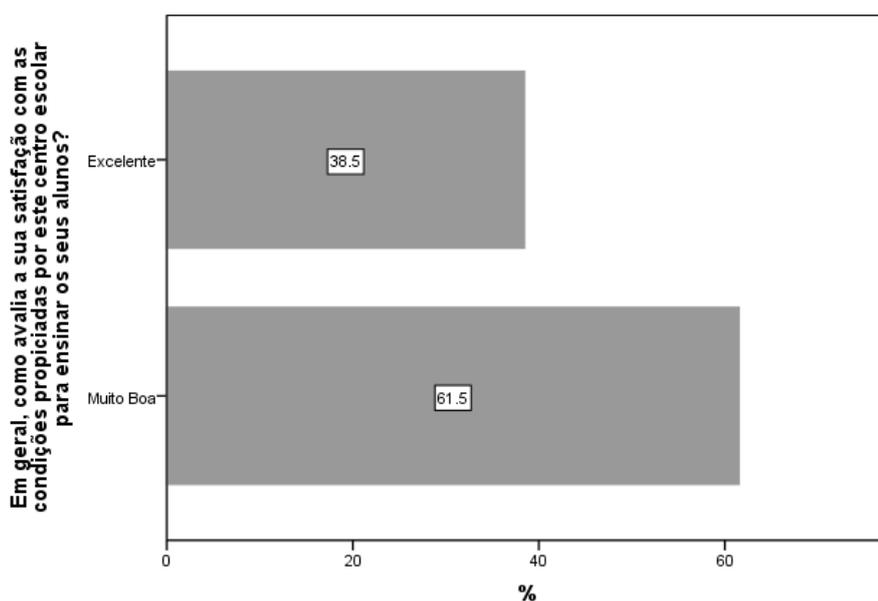
Relativamente à motivação dos alunos para a aprendizagem na EB1 c/ JI do Bacelo, 23,1% dos inquiridos avaliam-na como excelente e 76,9% como muito boa, como mostra o gráfico XXXVIII.

GRÁFICO XXXVIII



Já quanto à satisfação dos inquiridos em relação às condições propiciadas pelo Centro Escolar do Bacelo, os resultados também são extremamente positivos. 38,5% dos auscultados considera que as condições da escola são excelentes e 61,5% considera que as condições são muito boas, tal como mostra o gráfico XXXIX.

GRÁFICO XXXIX



CONCLUSÕES E LIMITAÇÕES DO ESTUDO

Nesta parte do trabalho apresento as conclusões da investigação e algumas suposições que, espero, possam propor pistas para outras investigações. Como referido na introdução deste trabalho, a questão principal da investigação foi saber se abertura dos centros escolares de nova geração potenciam, ou não, o direito a uma justa e efetiva igualdade de oportunidades no acesso e sucesso escolares, tal como defende o ponto 2 do Artigo 2.º da Lei de Bases do Sistema Educativo Português.

Para isso, entrevistei os principais agentes responsáveis a nível regional e local pelo reordenamento da rede escolar e pelos processos daí derivantes, o coordenador de um Centro Escolar de Nova Geração, o do Bacelo, que serviu de modelo neste estudo de caso e inquiri os professores e educadores da referida escola, uma vez que são quem no quotidiano mais consciência tem das relações entre qualidade de recursos e de infraestruturas e as aprendizagens dos alunos. Ou seja, foi feita uma investigação que juntou duas abordagens metodológicas, quantitativa, através da análise estatística dos questionários no *software* SPSS e qualitativa, através da análise de conteúdo das diversas entrevistas.

Desde os tempos de Veiga Simão como ministro da educação, passando pela publicação da LBSE e de outra legislação mais recente, como por exemplo a Resolução do Conselho de Ministros 44/2010 muito mudou no que alude ao reordenamento da rede escolar e ao conceito de escola pública. Este caminho que começou a ser traçado nos primórdios dos anos 70, ainda não terminou, mas os resultados começam a ser visíveis.

Vejamos, a frequência do pré-escolar aumentou exponencialmente, as infraestruturas melhoram, havendo na atualidade um parque escolar cada vez mais moderno, quer ao nível das infraestruturas e dos recursos, assegurou-se o cumprimento do conceito de escola a “tempo inteiro”, facilitando, por um lado, a ministração das AECS fora do horário dito normal, por outro das atividades de apoio à família no pré-escolar, o regime de horário duplo está praticamente extinto e foram conferidas pelo Estado às autarquias competências, que ao nível da educação facilitam uma gestão e administração de proximidade, permitindo dentro das deliberações gerais alguma flexibilidade para a análise individual de cada caso.

É certo que toda a moeda tem um reverso. Se por um lado se deu um salto qualitativo ao nível da modernização das infraestruturas e recurso educativos, com um esforço do Estado para assegurar igualdade de oportunidades no acesso a uma educação de qualidade a todas as crianças portuguesas, criando-se a possibilidade destas desenvolverem os seus estudos em centros escolares com as melhores condições físicas e pedagógicas, por outro, muitas escolas, especialmente em contexto rural, fecharam portas e outras ainda abertas terão esse desfecho para breve.

Para o pleno cumprimento da premissa de igualdade de oportunidades no acesso e sucesso escolares, tal como é estipulado pelo ponto 2 do Artigo 2.º da Lei de Bases do Sistema Educativo Português, é indefensável que todas as crianças tenham direito a condições de ensino similares. Ora, uma escola com meia dúzia de alunos, com apenas uma turma com alunos de vários anos de escolaridade, apenas com um professor, sem biblioteca, sem salas polivalentes para o desenvolvimento de atividades de informática, de ciência, culturais, desportivas, entre outras, não pode oferecer a mesma qualidade que um moderno Centro Escolar oferece.

A generalidade dos entrevistados concorda, caso em raras exceções relacionadas com a distância do percurso casa/escola ou com a tortuosidade desse mesmo percurso que é sempre preferível as crianças fazerem maiores deslocações diárias para poderem ter melhores condições de aprendizagem, em detrimento de ficarem numa escola próxima da sua habitação, mas sem condições físicas e pedagógicas.

Admite-se que o investimento efetuado na renovação do parque escolar e na implementação de políticas públicas viradas para a promoção de um sistema educativo provido de qualidade e de equidade educativa, bem como os gastos das autarquias com transportes escolares tenham aumentado seriamente, mas os ganhos pedagógicos e sociais são incomensuráveis. É bem conhecida a intervenção do Nobel da economia de 1979, Sir Arthur Lewis que disse "Educação nunca foi despesa. Sempre foi investimento com retorno garantido."

A EB 1 c/JI do Bacelo é exemplo do modelo de escola promotora de sucesso escolar a todos os níveis, desde as questões pedagógicas, às questões de socialização das crianças.

A EB 1 c/JI do Bacelo, inaugurada em 2009, para além de dar resposta à sobrelotação verificada na escola do Frei Aleixo que inclusive, praticava um regime de funcionamento duplo, veio dotar o parque escolar do 1º Ciclo e do pré-escolar do concelho de Évora com um equipamento educativo de excelência, promotor de sucesso escolar aos seus alunos.

As limitações do estudo estão sobretudo relacionadas com constrangimentos decorrentes do facto de se tratar de um trabalho no âmbito do mestrado e portanto com prazos limitados. Por isso, esta investigação está limitada no que toca à abrangência e alcance do estudo, tendo-me cingido a investigar o caso de um centro escolar de nova geração específico, o do Bacelo, em Évora.

Como os resultados obtidos, em geral, apenas dizem respeito a este centro escolar, tento apenas aprofundar e gerar mais conhecimento em torno desta temática e não generalizar os dados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BIBLIOGRAFIA

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS Nº 4 DE ÉVORA. (2009). Projeto educativo do agrupamento de escolas nº 4 de Évora (2009-2012). Évora.

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS Nº 4 DE ÉVORA. (23 de novembro de 2011). Regulamento interno do agrupamento de escolas nº 4 de Évora.

ALMEIDA, L., & FREIRE, T. (2003). *Metodologia da investigação em Psicologia e Educação*. Braga: Psiquilíbrios.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES. (2007). Transferência de competências para as autarquias.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES E MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. (28 de junho de 2010). Acordo relativo à reorganização da rede escolar.

AZEVEDO, J. (1996). *Os nós da rede: o problema das escolas primárias em zonas rurais*. Porto: Edições ASA.

BELL, J. (1993). *Como realizar um projeto de investigação*. Lisboa: Gradiva.

BRAVO, M., & EISMAN, L. (1998). *Investigación educativa* (3ª ed.). Sevilha: Ediciones Alfar.

CANÁRIO, R. (1997). Educação e Perspectivas de Desenvolvimento no Interior. In *Debates da Presidência da República - Perspetivas de desenvolvimento no interior* (pp. 31-45). Lisboa: INCM.

CARNEIRO, R., QUEIROZ, R., MELO, H., LIS, C., & CARVALHO, L. (2009). *Relatório de resultados e recomendações do Observatório do Plano Tecnológico da Educação (OPTE)*. Lisboa: Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação (GEPE).

COMISSÃO MINISTERIAL DE COORDENAÇÃO DOS PO REGIONAIS. (17 de abril de 2009). Regulamento específico de requalificação da Rede Escolar de 1º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. (2007). *Educação e Municípios*. Lisboa.

COOK, T., & REICHARDT, C. (1997). *Métodos cualitativos y cuantitativos en investigación*. Madrid: Morata.

COUTINHO, C., & CHAVES, J. (2002). O estudo de caso na investigação em Tecnologia Educativa em Portugal. (C. -U. Minho, Ed.) *Revista Portuguesa de Educação*, pp. 221-244.

FERREIRA, H. (1992). Tese de Mestrado: A administração da educação primária entre 1926 e 1986: que participação dos professores? . Braga: Universidade do Minho.

GABINETE DE ESTATÍSTICA E PLANEAMENTO DA EDUCAÇÃO - GEPE. (2008). *Modernização tecnológica do ensino em Portugal: Estudo de Diagnóstico*. Lisboa: GEPE.

GABINETE DE ESTUDOS E PLANEAMENTO, DIREÇÃO REGIONAL DE EDUCAÇÃO DO SUL, COMISSÃO DE COORDENAÇÃO DA REGIÃO ALENTEJO. (1992). *Carta Escolar da Região Alentejo*. .

GEPE-ME. (2009). *Educação em números. Portugal 2009*. Lisboa.

GEPE-ME. (2009). *Estatísticas da Educação 2007/2008*. Lisboa.

GHIGLIONE, R., & MATALON, B. (1997). *O inquérito - teoria e prática*. Oeiras: Celta Editora.

GOVERNO DE PORTUGAL. (2011). *Tradução do conteúdo do memorando de entendimento sobre as condicionalidades de política económica*.

GRAÇA RIBEIRO, N. F. (2010). *Uma escola que fecha mata uma aldeia ou acelera o inevitável. Público*.

HENRIQUES, M., CARVALHINHOS, M., & FERRAZ, M. (1988). *Medidas que possibilitem o efetivo cumprimento da escolaridade obrigatória* (1ª ed.). Lisboa: Edição do Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Educação.

HUBERMAN, M., & MILES, M. (1991). *Analyse des données qualitatives. Recueil de nouvelles méthodes*. Bruxelles: Boeck Université.

INE. (2001). *Censos 2001 - resultados definitivos: XIV recenseamento geral da população*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística.

INE. (2011). *Censos 2011 - resultados provisórios*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística.

MACHADO, J. (1973). Separata de "O Médico". Porto.

MATOS, A. (1996). *Autarquias e educação, das competências às experiências*. In J. Barroso, & J. Pinhal, *A administração da educação, os caminhos da descentralização* (pp. 59-74). Lisboa: Edições Colibri.

OCDE. (2001). *Education at a glance: OECD indicators*. Paris.

OCDE. (2001). *Education policy analysis*. Paris: OECD.

OCDE. (2009). *Education at a glance 2009: OECD indicators*. Paris.

PARTIDO SOCIALISTA. (2005). *Compromisso de Governo de Portugal 2005-2009*. Lisboa.

PIRES, E. (1987). *Lei de Bases do Sistema Educativo - apresentação e comentários*. Lisboa: Edições ASA.

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS. (2005). *Programa do XVII Governo Constitucional 2005-2009*. Lisboa.

QREN. (2008). *Regulamento Específico – Requalificação da Rede Escolar de 1.º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar, aprovado pela Comissão Ministerial de Coordenação dos PO Regionais.*

QUIVY, R., & CAMPENHOUDT, L. (2005). *Manual de investigação em ciências sociais.* Lisboa: Gradiva publicações.

RAMOS, F. (1 de novembro de 2010). Oração Laudatória do Doutoramento Honoris Causa do Professor Jorge Gaspar pela Universidade de Évora . Évora.

RANGEL, M., M., C., & FERRAZ, M. (1988). *Medidas que possibilitem o efetivo cumprimento da escolaridade obrigatória: Edição do Gabinete de Estudos e planeamento do Ministério da Educação.* Lisboa: Colibri.

REIS, F. (2010). *Como elaborar uma dissertação de mestrado.* Lisboa: PACTOR - edições de ciências sociais e política contemporânea.

RESWELL, J. (1994). *Research Design: Qualitative and Quantitative Approaches.* Thousand Oaks: SAGE publications.

RIBEIRO, G., & FARIA, N. (2010). Uma escola que fecha mata uma aldeia ou acelera o inevitável. *Público.*

RODRIGUES, M. D. (2010). *A Escola pública pode fazer a diferença.* Coimbra: Almedina.

ROMÃO, J. (2008). *A cartografia educacional de um território como factor enriquecedor da oferta educativa: o caso do Agrupamento de escolas nº 4 de Évora. dissertação de mestrado em educação.* Évora: Universidade de Évora.

SALGADO, L. (1998). *A educação para todos. A qualidade educativa do 1º Ciclo.* Lisboa: Editorial do Ministério da Educação.

SANCHES, V. (1972). *Diário das Sessões.* 3740.

SEABRA, T. (2009). Desigualdades escolares e desigualdades sociais. *Sociologia problemas e práticas,* pp. 75-106.

SIMÃO, J. V. (1973). *Democratização no Ensino: Sonho de ontem, Lei de hoje, Força de amanhã, MEN, discursos e declarações.*

SIMÃO, J. V., & HERCULANO, J. (1970). *Batalha da Educação.* Ministério da Educação Nacional.

STAKE, R. (1995). *The Art of Case Study Research.* Thousand Oaks,: SAGE publications.

STOER, S. (1982). *Educação, Estado e Desenvolvimento em Portugal.* Lisboa: Livros Horizonte.

VERDASCA, J. (2010). *Temas de Educação: administração, organização e política.* Edições Colibri.

YIN, R. (1994). *Case Study Research: Design and Methods.* Thousand oaks: SAGE publications.

REFERÊNCIAS LEGISLATIVAS

CONSTITUIÇÃO DEMOCRÁTICA DE 25 DE ABRIL DE 1976

DECRETO-LEI 100/84, DE 29 DE MARÇO (revê a Lei nº 79/77 de 25 de Outubro, no sentido da atualização e reforço das atribuições das autarquias locais e da competência dos respetivos órgãos)

DECRETO-LEI 115/A-98, DE 4 DE MAIO (Aprovou o regime de autonomia, administração e gestão das escolas e agrupamentos de escolas)

DECRETO-LEI 147/97, DE 11 DE JUNHO (estabelece o ordenamento jurídico do desenvolvimento e alargamento da rede nacional de educação pré-escolar)

DECRETO-LEI 172/91, DE 10 DE MAIO (Define o modelo de direção, administração e gestão dos estabelecimentos de educação pré-escolar e dos ensino básico e secundário)

DECRETO-LEI 299 / 84, DE 5 DE SETEMBRO (Regula a transferência para os municípios do continente das novas competências em matéria de organização, financiamento e controle de funcionamento dos transportes escolares)

DECRETO-LEI 43/89, DE 3 DE FEVEREIRO (regulamenta o regime de autonomia das escolas)

DECRETO-LEI 7/2003, DE 15 DE JANEIRO (cria e regulamenta os Conselhos Municipais de Educação e os princípios de elaboração, aprovação e prossecução das Cartas Educativas)

DECRETO-LEI 77/84, DE 8 DE MARÇO (Reforço da descentralização do Estado através da atribuição de mais competências às autarquias)

DECRETO-LEI N.º 75/2008, DE 22 DE ABRIL DE 2008 (Aprova o regime de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos públicos da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário)

DESPACHO 1259/2006, DE 16 DE JUNHO (Desenvolvimento das atividades de animação e de apoio às famílias na educação pré-escolar e de enriquecimento curricular no 1º ciclo)

DESPACHO 12591/2006 – 2ª SÉRIE, DE 16 DE JUNHO (define as normas a observar no período de funcionamento dos respetivos estabelecimentos bem como na oferta das atividades de animação e de apoio à família e de enriquecimento curricular)

DESPACHO 13313/2003 - 2ª SÉRIE, DE 8 DE JULHO (Ordenamento da rede educativa em 2003/04)

DESPACHO 14753/2005, DE 26 DE ABRIL (Aprova o programa de generalização de ensino de Inglês no 1.º Ciclo.)

DESPACHO 22251/2005 - II SÉRIE, DE 25 DE OUTUBRO (Cria a escola a tempo inteiro)

DESPACHO NORMATIVO 27/97, DE 2 DE JUNHO (Regulamenta o reordenamento da rede escolar)

LEI 1/79, DE 2 DE JANEIRO (Aprova a lei das finanças locais)

LEI 115/97, DE 19 DE SETEMBRO (Alteração à Lei 46/86)

LEI 115/97, DE 19 DE SETEMBRO (Alteração à Lei 46/86)

LEI 159/99, DE 14 DE SETEMBRO (Regulamenta a descentralização administrativa e autonomia do poder local para as autarquias locais e atribuições de competências na área educativa)

LEI 18/91, DE 12 DE JUNHO (Alteração do regime de atribuições das autarquias locais e das competências dos respetivos órgãos)

LEI 24/99, DE 22 DE ABRIL (Alteração ao Decreto-Lei 115-A/98)

LEI 25/85, DE 12 DE AGOSTO (Alteração do Decreto-Lei 100/84 - atribuições das autarquias locais e competência dos respetivos órgãos)

LEI 35/91, DE 27 DE JUNHO (Alteração do regime de atribuições das autarquias locais e das competências dos respetivos órgãos)

LEI 46/86, DE 14 DE OUTUBRO (Lei de Bases do Sistema Educativo Português)

LEI 46/86, DE 14 DE OUTUBRO (Lei de Bases do Sistema Educativo Português)

LEI 49/2005, DE 30 DE AGOSTO (Alteração à Lei 115/97)

LEI 5/73, DE 25 DE JULHO (Lei da Reforma do Sistema Educativo)

LEI 5/97, DE 10 DE FEVEREIRO (consagra o ordenamento jurídico da educação pré-escolar, na sequência da Lei de Bases do Sistema Educativo)

LEI 79/77, DE 25 DE OUTUBRO (Atribuições das autarquias e competências dos respetivos órgãos)

LEI 85/2009, DE 27 DE AGOSTO (Alteração à Lei 49/2005)

RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE MINISTROS 137/2007, DE 18 DE SETEMBRO (Plano Tecnológico da Educação)

RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE MINISTROS 44/2010, DE 14 DE JUNHO (estabelece orientações para o reordenamento da rede escolar)

WEBGRAFIA

Reportagem Inauguração do Centro Escolar do Bacelo em Évora (25/09/2009)

<http://videos.sapo.pt/NKkrfZUpieqeNn0y20uf>

Obtido em 12 de março de 2012, da página do Diário do Sul

Évora: Construção da nova escola dos Canaviais retomada este mês (4 de abril de 2012)

http://www.dianafm.com/index.php?option=com_content&view=article&id=26852:evora-construcao-da-nova-escola-dos-canaviais-retomada-este-mes&catid=19:alentejo&Itemid=44

Obtido em 6 de abril de 2012, da página da Diana Fm

Alunos matriculados: total e por nível de ensino - Portugal

<http://www.pordata.pt/Portugal/Alunos+matriculados+total+e+por+nivel+de+ensino-1002>

Obtido em 10 de março de 2012

Évora: Município reitera ser contra

<http://www.destak.pt/artigo/71760>

Obtido a 20 de abril de 2012, da página do jornal Destak

http://jn.sapo.pt/multimedia/infografia.aspx?content_id=1685994 – consultado a 15 de Dezembro de 2010, da página do Jornal de Notícias

Relatório da OCDE elogia remodelação de escolas

http://www.publico.pt/Educação/relatorio-da-ocde-elogia-remodelacao-de-escolas_1417971 -

Obtido a 15 de dezembro de 2010, da página do jornal Público

Saiba quais são as 701 escolas que vão encerrar

<http://aeiou.expresso.pt/saiba-quais-sao-as-701-escolas-que-vaio-encerrar=f599729> –

Obtido a a 15 de dezembro de 2010, da página do jornal Expresso

ANEXOS

ANEXO I

ESCOLAS DE 1º CICLO DO ENSINO BÁSICO ENCERRADAS

NO ALENTEJO, EM 2010/2011

Concelho

Alandroal
Alandroal
Alandroal
Alcácer do Sal
Alcácer do Sal
Almodôvar
Alter do Chão
Arraiolos
Beja
Beja
Castro Verde
Elvas
Estremoz
Évora
Ferreira do Alentejo
Nisa
Odemira
Odemira
Odemira
Odemira
Odemira
Ourique
Ourique
Portalegre
Portel
Redondo
Santiago do Cacém
Santiago do Cacém
Santiago do Cacém
Santiago do Cacém
Vendas Novas
Vila Viçosa

Designação

Escola Básica de Casas Novas de Mares, Alandroal
Escola Básica de Hortinhas, Alandroal
Escola Básica de Mina do Bugalho, Alandroal
Escola Básica de Carrasqueira, Alcácer do Sal
Escola Básica de Rio de Moinhos, Alcácer do Sal
Escola Básica de Gomes Aires, Almodôvar
Escola Básica de Chança, Alter do Chão
Escola Básica de Santana do Campo, Arraiolos
Escola Básica de Beja nº1, Beja
Escola Básica de Beja nº6, Beja
Escola Básica de Sete, Castro Verde
Escola Básica de Malvar, Elvas
Escola Básica de S. Bento do Ameixial, Estremoz
Escola Básica de Água de Lupe, Évora
Escola Básica de Aldeia de Ruins, Ferreira do Alentejo
Escola Básica de Arez, Nisa
Escola Básica de Bemparece, Odemira
Escola Básica de Castelão, Odemira
Escola Básica de Ribeira do Seissal, Odemira
Escola Básica de S. Miguel, Odemira
Escola Básica João de Ribeiros, Odemira
Escola Básica de Palheiros, Ourique
Escola Básica de Stª Luzia, Ourique
Escola Básica de Montinho, Portalegre
Escola Básica de Alqueva, Portel
Escola Básica de Fonte Seca, Redondo
Escola Básica de Foros do Locário, Santiago do Cacém
Escola Básica de S. Francisco da Serra, Santiago do Cacém
Escola Básica de Santo André nº5, Santiago do Cacém
Escola Básica de Sonega, Santiago do Cacém
Escola Básica nº 2, Vendas Novas
Escola Básica de Pardais, Vila Viçosa

ANEXO II

ALUNOS MATRICULADOS EM PORTUGAL (1973-2010)

Alunos matriculados: total e por nível de ensino

Tempo	Indivíduo									
	Nível de ensino									
	Total	Educação Pré-Escolar	Ensino Básico			Ensino Secundário	CET	Ensino Médio	Ensino Superior	
		Total	1º Ciclo	2º Ciclo	3º Ciclo					
1973	x	18.964	1.412.768	922.806	249.702	240.260	40.303	-	x	x
1974	x	41.080	1.444.883	919.026	268.883	256.974	43.653	-	x	x
1975	x	42.490	1.466.815	918.519	260.681	287.615	67.853	-	x	x
1976	x	44.832	1.519.725	909.014	295.553	315.158	86.379	-	x	x
1977	x	61.868	1.533.351	903.047	301.575	328.729	99.556	-	x	x
1978	1.848.646	64.739	1.560.791	921.013	299.110	340.668	133.406	-	8.128	81.582
1979	1.846.974	69.126	1.547.467	928.278	309.632	309.557	145.260	-	5.685	79.436
1980	1.873.559	80.373	1.538.389	927.852	305.659	304.878	169.516	-	4.362	80.919
1981	1.938.808	100.178	1.574.568	946.291	322.431	305.846	176.084	-	4.224	83.754
1982	1.958.285	112.412	1.583.910	937.638	354.541	291.731	170.428	-	4.746	86.789
1983	2.014.535	114.640	1.617.450	931.514	374.210	311.726	187.758	-	5.377	89.310
1984	2.026.280	117.859	1.615.312	923.079	371.580	320.653	191.220	-	6.756	95.133
1985	2.068.627	116.325	1.636.458	899.311	381.766	355.381	206.149	-	7.550	102.145
1986	2.103.398	128.089	1.639.405	874.262	388.994	376.149	221.951	-	7.737	106.216
1987	2.111.013	137.869	1.606.932	839.229	395.064	372.639	243.028	-	6.056	117.128
1988	2.135.474	148.348	1.583.661	791.418	394.536	397.707	276.405	-	3.553	123.507
1989	2.123.589	155.857	1.555.573	753.649	372.450	429.474	276.222	-	//	135.937
1990	2.160.180	161.629	1.531.114	715.881	370.607	444.626	309.568	-	//	157.869
1991	2.190.499	171.552	1.484.256	669.525	356.420	458.311	347.911	-	//	186.780
1992	2.305.584	176.822	1.509.182	658.305	354.631	496.246	401.263	-	//	218.317
1993	2.282.967	179.135	1.441.889	613.697	339.244	488.948	415.861	-	//	246.082
1994	2.321.404	183.298	1.429.824	586.034	343.437	500.353	438.300	-	//	269.982
1995	2.341.079	185.088	1.408.449	580.483	321.492	506.474	457.194	-	//	290.348
1996	2.321.408	191.023	1.339.749	552.724	315.209	471.816	477.221	-	//	313.415
1997	2.298.570	200.490	1.305.723	538.122	304.387	463.214	458.232	-	//	334.125
1998	2.281.911	215.279	1.276.376	535.112	285.088	456.176	442.783	-	//	347.473
1999	2.258.043	220.775	1.259.473	538.273	281.101	440.099	421.005	-	//	356.790
2000	2.260.745	228.459	1.240.836	539.943	276.529	424.364	417.705	-	//	373.745
2001	2.260.212	235.610	1.223.151	535.580	271.793	415.778	413.748	-	//	387.703
2002	2.228.352	241.288	1.192.931	520.211	270.825	401.895	397.532	-	//	396.601
2003	2.208.991	247.521	1.174.412	508.472	274.169	391.771	385.589	638	//	400.831
2004	2.198.954	253.635	1.166.277	506.121	274.123	386.033	382.212	1.767	//	395.063
2005	2.172.853	259.788	1.153.057	504.412	267.742	380.903	376.896	2.175	//	380.937
2006	2.124.260	262.002	1.145.234	495.628	256.252	393.354	347.400	2.312	//	367.312
2007	2.145.012	263.887	1.155.181	500.823	255.766	398.592	356.711	2.504	//	366.729
2008	2.184.871	266.158	1.187.184	498.592	263.324	425.268	349.477	5.135	//	376.917
2009	2.434.982	274.628	1.283.193	488.114	271.924	523.155	498.327	5.832	//	373.002
2010	x	x	x	x	x	x	x	x	//	383.627

Fonte de Dados: GEPE/ME (Ensino Não Superior); GPEAR/MCTES (Ensino Superior) - Recenseamento escolar (Ensino Não Superior); DIMAS/RAIDES (Ensino Superior)

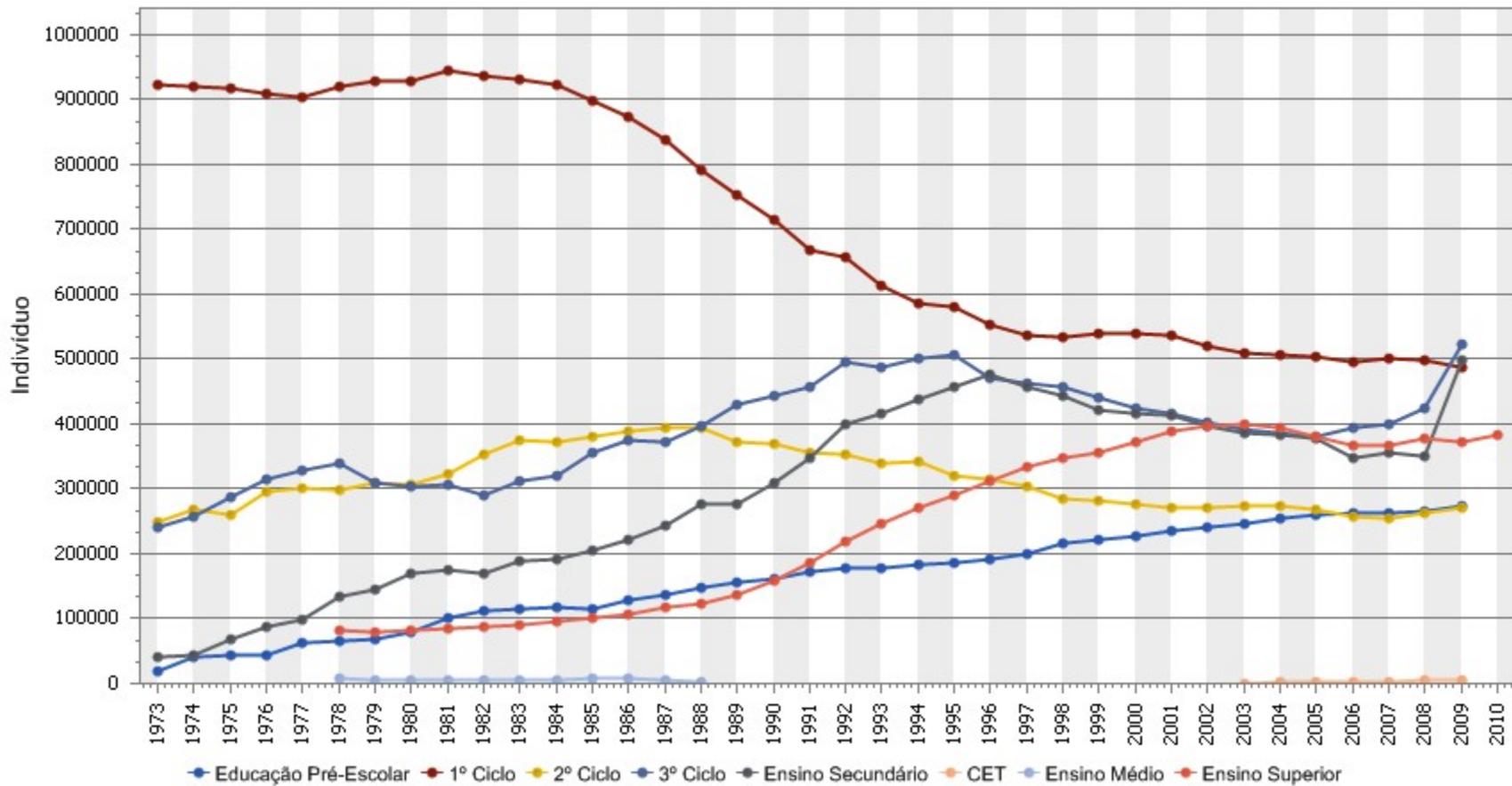
Fonte: PORDATA

Última actualização: 2010-08-18 15:26:06

Legenda

⊥	Quebra de série	Pro	Valor provisório	Pre	Valor preliminar
...	Confidencial	x	Valor não disponível	//	Não aplicável
e	Dado inferior a metade do módulo da unidade utilizada	f	Valor previsto	N	Valor negligenciável
§	Dado com coeficiente de variação elevado	-	Ausência de valor	(R)	Dados rectificadados pela entidade responsável

Alunos matriculados: total e por nível de ensino



1 Alunos matriculados: total e por nível de ensino ▶

Âmbito geográfico: Portugal

Operação estatística: Recenseamento escolar (Ensino Não Superior); DIMAS/RAIDES (Ensino Superior)

Tipo de operação estatística: Recenseamento (administrativo) / anual

Período ou momento de referência: Final do ano lectivo (Ensino Não Superior); 31/12 (Ensino Superior)

Periodicidade: Anual

Entidade responsável: GEPE/ME (Ensino Não Superior); GPEAR/MCTES (Ensino Superior)

Conceitos

Aluno

Indivíduo que frequenta o sistema formal de ensino após o acto de registo designado como matrícula. (metainformação – INE)

Aluno Matriculado

ver “Aluno”

Ensino Secundário

Nível de ensino que corresponde a um ciclo de três anos (10.º, 11.º e 12.º anos de escolaridade), que se segue ao ensino básico e que visa aprofundar a formação do aluno para o prosseguimento de estudos ou para o ingresso no mundo do trabalho. Está organizado em cursos predominantemente orientados para o prosseguimento de estudos e cursos predominantemente orientados para a vida activa. (metainformação – INE)

Nível de Ensino

Refere-se a cada um dos três níveis sequenciais que constituem o sistema de ensino: ensino básico, ensino secundário e ensino superior. (metainformação – INE)

Educação Pré- Escolar

Subsistema de educação, de frequência facultativa, destinado a crianças com idades compreendidas entre os três anos e a idade de ingresso no ensino básico. Realiza-se em estabelecimentos próprios, designados por jardins-de-infância, ou incluídos em unidades escolares em que é também ministrado o ensino básico. A educação pré-escolar, no seu aspecto formativo, é complementar e/ou supletiva da acção educativa da família, com a qual estabelece estreita cooperação. (metainformação – INE)

Ensino Superior

Nível de ensino que compreende os ensinos universitário e politécnico, aos quais têm acesso indivíduos habilitados com um curso secundário ou equivalente e indivíduos maiores de 23 anos que, não possuindo a referida habilitação, revelem qualificação para a sua frequência através de prestação de provas. (metainformação – INE)

Primeiro Ciclo do Ensino Básico (1.º ao 4.º anos)

Exemplos de correspondências anteriores: “Primário” (1.ª à 4.ª classes); “Básico Primário” (1.ª à 4.ª classes); “Básico Primário Elementar” (1.ª e 2.ª fases); “Básico Primário” (1.ª e 2.ª fases).

Terceiro Ciclo do Ensino Básico (7.º ao 9.º anos)

Exemplos de correspondências anteriores: “Secundário Liceal – 2.º ciclo” (3 anos); “Escolas Comerciais e Industriais – Cursos de Formação, Cursos Complementares de Aprendizagem, Cursos de Aperfeiçoamento e Cursos de Mestrança”; “Secundário Geral Unificado” (7.º ao 9.º anos); “Cursos Profissionais” (nível 2).

Curso de Especialização Tecnológica

Oferta formativa pós-secundária, não superior, que prepara jovens e adultos para o desempenho de profissões qualificadas por forma a favorecer a entrada na vida activa. A organização do curso tem componentes de formação em contexto escolar e em contexto de trabalho. Confere um diploma de especialização tecnológica e qualificação profissional de nível 4. (metainformação – INE)

Ensino Básico

Nível de ensino que se inicia cerca da idade de seis anos, com a duração de nove anos, cujo programa visa assegurar uma preparação geral comum a todos os indivíduos, permitindo o prosseguimento posterior de estudos ou a inserção na vida activa. Compreende três ciclos sequenciais, sendo o 1.º de quatro anos, o 2.º de dois anos e o 3.º de três anos. É universal, obrigatório e gratuito. (metainformação – INE)

Segundo Ciclo do Ensino Básico (5.º e 6.º anos)

Exemplos de correspondências anteriores: “Secundário Liceal – 1.º ciclo”; “Escolas Comerciais e Industriais – Ciclo Preparatório”; “Ciclo Preparatório do Ensino Secundário (Directo e Telescola)” (1.º e 2.º anos); “Primário” (5.ª e 6.ª classes); “Básico Primário” (5.ª e 6.ª classes); “Básico Preparatório (Directo e Telescola)” (1.º e 2.º anos); “Básico Primário Complementar” (5.ª e 6.ª classes).

Secundário (10.º ao 12.º anos)

Exemplos de correspondências anteriores: “Secundário Liceal – 3.º ciclo” (2 anos); “Escolas Comerciais e Industriais - Secções Preparatórias”; “Secundário Liceal – Curso Complementar” (2 anos); “Secundário Técnico Profissional – Curso Complementar”; “Secundário Complementar” e “Ano Propedêutico”; “Secundário Técnico Profissional – Curso Complementar”; “Secundário Complementar” (10.º e 11.º anos) e “12.º ano de escolaridade”; “Cursos Profissionais” (nível 3).

Séries

Série	Unidade de Medida	Tipo de Valor	Escala	Notas
Nível de ensino	Indivíduo	Valor absoluto	N.º	O ano apresentado corresponde ao último ano do par ano lectivo. Até 1997 (inclusive), a categoria "Ensino Superior" não inclui os doutoramentos por não haver dados apurados.

Fontes Secundárias

"Nível de ensino": para Educação Pré-Escolar, Ensino Básico e Ensino Secundário, 1961-2008, a fonte é "50 Anos de Estatísticas da Educação - GEPE e INE"

ANEXO III

RESULTADOS ALCANÇADOS PELA DIVISÃO DE GESTÃO DE
EQUIPAMENTOS E AÇÃO EDUCATIV

II - Resultados alcançados pela Divisão de Gestão de Equipamentos e Ação Educativa

Foi apresentado às chefias hierárquicas (DISE e Vereação) um documento com propostas de objetivos para a unidade orgânica DGEAE, assente em 6 pontos estratégicos: organização, eficácia, eficiência, inovação, motivação/formação e planeamento. Este documento pautou a elaboração dos objetivos para a equipa de trabalho e para a própria chefia.

O presente relatório pretende apresentar de forma sintética o desenvolvimento os indicadores relativos ao serviço e, especificamente, os que se referem à concretização dos objetivos atribuídos à chefia.

II.1 Com Impacto Exterior

Dados relativos ao ano letivo 2010/2011

Ação Social Escolar

A autarquia apoiou **913 alunos do concelho**, através da atribuição de subsídios diretos para a aquisição de livros e material escolar e benefícios no fornecimento de refeições em cantinas escolares, de acordo com o Escalão atribuído à família, no valor global de **36.291,00€**. **544** alunos beneficiaram do escalão A e **369** do B.

Fornecimento de Refeições

De modo a garantir sustentabilidade à gestão das cantinas escolares, a Câmara Municipal de Évora (CME) estabeleceu 17 Acordos de Colaboração, envolvendo 17 Juntas de Freguesia, 4 Agrupamentos de Escolas, 1 Escola Secundária e 6 Instituições de Solidariedade Social, com o objetivo de assegurar a concretização do programa de fornecimento de refeições escolares aos alunos dos estabelecimentos de Educação Pré-Escolar e do Ensino Básico do 1º Ciclo, da Rede Pública do Concelho.

pendo

A percentagem de fornecimento de refeições nas EB1 e JI foi de 100%, bem como a coordenação da rede de transporte de refeições, através de recursos internos da Autarquia e das Juntas de Freguesia.

Foram servidas, ao longo do ano letivo **388.479** refeições, sendo que **89.408** foram destinadas a crianças do pré-escolar e **299.071** a alunos do 1º ciclo do ensino básico.

O investimento da autarquia neste serviço foi de **334.173,80€** (valor que integra o pagamento de bens e produtos e a comparticipação ao valor da refeição; não inclui despesas de funcionamento das estruturas físicas nem as inerentes aos recursos humanos). O Ministério da Educação (ME), através do Acordo de Colaboração da Educação Pré-Escolar e do Programa de Generalização de Refeições ao 1º ciclo do ensino básico, comparticipa este serviço.

Transportes Escolares

O Plano de Transportes Escolares integrou **785** alunos, recorrendo a contratos com Juntas de Freguesia, Táxis e Carreiras Urbanas e Interurbanas, representando um investimento anual de **427.951,35€** para a autarquia.

Para além destes transportes a autarquia garantiu ainda no âmbito do apoio às visitas de estudo:

- 1 visita de estudo, a cada grupo de 50 alunos de pré-escolar / turma de 1º ciclo da rede pública, fora do concelho (**75 cedências**) e pequenas visitas dentro do concelho (**52 cedências**);
- 2 visitas por escola EB2,3 fora do concelho (**8 cedências**) e pequenas visitas dentro do concelho (**8 cedências**);
- 2 visitas por escola secundária fora do concelho (**3 cedências**) e pequenas visitas dentro do concelho (**3 cedências**);
- 1 visita por estabelecimento de educação e ensino privado fora do concelho (**18 cedências**) e pequenas visitas dentro do concelho (**3 cedências**);
- **222** cedências aos estabelecimentos de educação e ensino participantes no âmbito do projeto "Recursos da Educação", abrangendo um total de **5801** alunos/crianças;

Nº total de visitas realizadas - 392

Nº Total de participantes - 12367

Componente de Apoio à Família (CAF) na Educação pré-escolar

A implementação de respostas de apoio social à família, através da componente de prolongamento de horário e de fornecimento de refeição, caracterizou-se por:

- de um total de **502** alunos a frequentar os jardins de infância do concelho, **482** usufruem de refeições e prolongamento, **6** só de prolongamento e **10** apenas do serviço de refeições (**total de 498 alunos**), com o apoio de **19** funcionárias;
- celebraram-se, no início do ano letivo, **6 Acordos de Colaboração**, com vista à transferência desta competência para as Juntas de Freguesia: Água de Lupe, S. Sebastião da Giesteira, S. Bento do Mato, Graça do Divor, Nossa Senhora de Machede e S. Vicente do Pigeiro.

Programa de Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC's)

Neste âmbito, foram desenvolvidas **11** atividades nas escolas do 1º ciclo do Ensino Básico da Rede Pública, garantidas pela parceria com os 4 Agrupamentos de Escolas e com Associações do concelho (Universidade de Évora, Eborae Música, PéDeXumbo, Movimento Português de Intervenção Artística e Educação pela Arte, Fundação para a Divulgação das Tecnologias da Informação, Associação de Surdos de Évora, Cercidiana, APPACDM e APCE): Inglês, Atividade Física e Desportiva, Expressão Dramática (nos Agrupamentos de escolas nº 2, 3 e 4), Danças Tradicionais (S. Sebastião, Boa Fé e Torre de Coelheiros), Ensino da Música, Língua Gestual Portuguesa (no Agrupamento de escolas nº 1 de Évora), Hip-hop, natação, jogos matemáticos (no Agrupamento de escolas nº 2 de Évora), Ciências Experimentais, Iniciação às TIC's. Foi ainda, feito um acompanhamento específico nas situações de alunos com necessidades educativas especiais (NEE), no Agrupamento de escolas nº 1 de Évora, que se caracterizou pela implementação de duas medidas alternativas/complementares: reforço pedagógico personalizado, em sessões de inglês, ensino da música e atividade física e desportiva e pela promoção de atividades específicas que não fazem parte do modelo curricular estrutural das AEC em vigor no concelho, adequadas ao desenvolvimento intelectual e social das crianças, como são exemplos a oficina dos 3 R's; oficina de movimento e drama, ecohorta, Expressão Corporal e Artística e Oficina do Som.

O programa das AEC abrangeu **2105** alunos e **73** professores contratados (4 de LGP, 17 de Inglês, 21 de AFD, 1 de Hip Hop, 1 de Ciências experimentais, 2 de Jogos Matemáticos, 20 de Música, 4 de Expressão Dramática, 1 de Danças e 2 de TIC). Foi feito um investimento de **659.941,45€**.

No âmbito do ensino do inglês, coordenado diretamente pela DGEAE, destaca-se o desenvolvimento das seguintes atividades:

- “Aprender a ensinar inglês ao meu filho”- formação dirigida a encarregados de educação para os envolver nas aprendizagens dos seus educandos, com participação de 61 pessoas;
- “Primary Teacher Box”- que pretende promover a criação de recursos pedagógicos diversificados e inovadores e a sua partilha pelos professores.
- “Spider Game”- jogo que pretende contribuir para a aproximação do ensino do inglês a componentes do currículo local.
- Dinamização de 3 workshops destinados aos professores de inglês: “Mediação de Leitura”; “Ensino com as TIC- Aprendizagem de Inglês”; “Exploração de Histórias Infantis”.

Requalificação do Parque Escolar

Manutenção e Requalificação

A segurança dos equipamentos educativos ou de apoio à educação (cantinas e refeitórios) constitui uma prioridade de intervenção da DGEAE. No presente ano letivo, numa ótica de otimização de recursos e conhecimentos técnicos a equipa multidisciplinar, constituída desde 2005 para supervisionar as condições físicas e de segurança dos edifícios escolares, procedeu às vistorias com a colaboração de elementos do Centro de Saúde de Évora. Foram avaliados no ano letivo 2010/2011 **23** equipamentos.

Paralelamente, com o apoio da Divisão de Desporto (DD) e da Divisão de Espaços Verdes e Qualidade Ambiental (DEVQA), são trimestralmente alvo de vistorias técnicas especializadas, respetivamente, os equipamentos desportivos e os espaços de jogos e recreios existentes no interior das instituições educativas sob responsabilidade municipal.



Intervenções efetuadas

- **Pinturas várias:** EB1: S. Mamede, Frei Aleixo, Azaruja, Comenda, Chafariz del Rei (exterior), Sr^a da Glória (exterior); Disponibilização de tintas e materiais de apoio a junta de freguesia e agrupamentos para pinturas de rotina.
- **Substituição de coberturas:** J.I. Garcia de Resende e EB2,3 Conde de Vilalva (ginásio);
- **Revisão de coberturas várias:** EB1 Chafariz de Rei; Azaruja; Valverde; Heróis do Ultramar (refeitório), Graça do Divor e EB St^a Clara.
- **Afagamento e envernizamento** das salas da EB1 Valverde, Comenda, Graça do Divor, Heróis do Ultramar (hall) e das portas da EB1 Rossio;
- **Requalificação e colocação de contentor para biblioteca escolar** na EB1 Horta das Figueiras;
- **Requalificação da copa afeta à EB1 N Sr^a de Machede**, através de parceria com a Junta de Freguesia;
- **EB2,3 St^a Clara:** Continuidade da Reparação/manutenção de portas e janelas; revisão de coberturas e limpeza de algerozes; rebocos e pinturas de salas de aula; substituição de estruturas elétricas; consolidação de granitos; intervenções várias no âmbito da regularização da rede de águas e esgotos.
- **EB1 Malagueira:** colocação de árvores no pátio;
- **EB2,3 Conde de Vilalva:** reposição de pavimento na cozinha, pintura de ginásio e balneários;

Para além destas intervenções, registaram-se outras de natureza muito diversa que englobam pequenas reparações essenciais ao adequado funcionamento das instituições educativas. Estas são executadas na sua maioria por intervenção de serviços operacionais afetos ao município.

Almeida

- Total de investimento por agrupamento de escolas, pré-escolar e 1º ciclo-
Pequenas Reparações:

Agrupamento de Escolas	Total de investimentos em 2010-2011
Nº 1 Malagueira	26.077,37€
Nº 2 André de Resende	69.335,57€
Nº 3 Stª Clara	39.855,10€
Nº 4 Conde Vilalva	50.145,51€
Total	185.413,55€

- Total de investimento por escola- sede de agrupamento de escolas:

Escola	Nº de intervenções	Custos apurados em Junho 2011
EBI/JI Malagueira	12	5.226,30€
Stª Clara	35	34.656,66€
Conde Vilalva	20	10.402,31€
Total gasto		50.285,27€

- Foi investido em obras de média e grande dimensão no primeiro ciclo e pré-escolar **80.833,53€**, nas seguintes áreas de intervenção:
 - Reparação de coberturas;
 - Substituição de pisos dos campos de jogos;
 - Pavimentos;
 - Substituição dos equipamentos lúdicos;
 - Modernização de sistemas de climatização.

Equipamento

- Substituição de **mobiliário de refeitório**, no âmbito da gestão dos fornecimentos de almoços:
- da EB1 Nª Sr.ª de Machede, através da Junta de freguesia de Nª Srª de Machede;

ANEXOIV

QUESTIONÁRIO REALIZADO AOS PROFESSORES DA EB1

C/JI DO BACELO

Sou aluno do mestrado de Ciências da Educação - Administração e Gestão Educacional da Universidade de Évora. O meu trabalho de dissertação é um estudo de caso sobre o reordenamento da rede escolar.

O questionário e as suas respostas são totalmente anónimas. Este questionário não tem qualquer intuito de avaliar o trabalho desenvolvido na escola, tendo apenas interesse académico e de investigação.

Agradeço antecipadamente por dedicar parte do seu tempo no preenchimento deste questionário.

Instruções de preenchimento

Marque com um a sua resposta

Pinte um quadrado para anular uma resposta

Desenhe uma circunferência para revalidar uma resposta anulada

Utilize caneta preta ou azul

Data

1. Sexo

Masculino

Feminino

2. Ciclo de estudos

Jardim de Infância

1º Ciclo do Ensino Básico

3. Formação

Bacharelato

Licenciatura

Mestrado

Doutoramento

4. Vínculo

Contratado

Quadros

5. Áreas

1. Mau 2. Razoável 3. Bom 4. Muito Bom 5. Excelente

5.1 Como avalia a área da sua sala de aula?

 1 2 3 4 5

5.2 Como avalia, no seu todo, a área da biblioteca?

 1 2 3 4 5

5.3 Como avalia, na biblioteca, a área dedicada às TIC?

 1 2 3 4 5

5.4 Como avalia a área da zona de refeições?

 1 2 3 4 5

5.5 Como avalia a área das zonas para atividades desportivas?

 1 2 3 4 5

5.6 Como avalia a área dos espaços polivalentes?

 1 2 3 4 5

6. Iluminação

6.1 Como avalia a iluminação natural do Centro Escolar?

 1 2 3 4 5

6.2 Como avalia a iluminação artificial do Centro Escolar?

 1 2 3 4 5

7. Acústica

7.1 Como avalia a acústica da sala de aula?

 1 2 3 4 5

8. Temperatura interior

8.1 Como avalia a temperatura interior da escola?

 1 2 3 4 5

9. Flexibilidade de uso dos espaços

9.1 Como avalia a flexibilidade de utilização da sala de aula para diversos fins, como atividades de expressão plástica, dramática e musicais?

 1 2 3 4 5

9.2 Como avalia a flexibilidade de utilização dos espaços polivalentes para atividades desportivas, peças de teatro e comemorações?

 1 2 3 4 5

9.3 Como avalia a flexibilidade de utilização da biblioteca para leitura, visualização de filmes, audição de áudio e utilização de computadores?

 1 2 3 4 5

10. Aspeto estético

10.1 Como avalia a arquitetura do edifício?

 1 2 3 4 5

11. Equipamento informático

11.1 Como avalia o número de computadores na sua sala de aula?

1 2 3 4 5

11.2 Como avalia o número de computadores na biblioteca?

1 2 3 4 5

11.3 Como avalia a qualidade dos equipamentos informáticos (*hardware*) da sala de aula?

1 2 3 4 5

11.4 Como avalia a qualidade dos equipamentos informáticos (*hardware*) utilizados na biblioteca?

1 2 3 4 5

11.5 Como avalia a qualidade do software disponível nos computadores das salas de aula?

1 2 3 4 5

11.6 Como avalia a qualidade do *software* disponível nos computadores da biblioteca?

1 2 3 4 5

11.7 Qual o nível de adequação do *software* da escola ao tipo de funções a que se destina?

1 2 3 4 5

12. Equipamentos audiovisuais

12.1 Como avalia o número de quadros digitais na escola?

1 2 3 4 5

12.2 Como avalia as funcionalidades dos quadros digitais?

1 2 3 4 5

13. Material didático

13.1 Como avalia a qualidade do material didático?

1 2 3 4 5

14. Fundo documental

14.1 Como avalia o número de livros na biblioteca?

1 2 3 4 5

14.2 Como avalia a qualidade dos livros da biblioteca?

1 2 3 4 5

14.3 Como avalia a diversidade dos livros na biblioteca?

1 2 3 4 5

14.4 Como avalia a diversidade dos recursos impressos (jornais e revistas)?

1 2 3 4 5

14.5 Como avalia a qualidade dos recursos audiovisuais (filmes e música)?

1 2 3 4 5

15. Mobiliário

15.1 Como avalia a ergonomia do mobiliário da sala de aula?

1 2 3 4 5

16. Projeto educativo

16.1 Como avalia os objetivos do projeto educativo da EB1/II do Bacelo?

1 2 3 4 5

16.2. Como avalia a abrangência do projeto educativo, no âmbito das várias áreas de atuação da escola?

1 2 3 4 5

16.3 Como avalia o projeto educativo, enquanto facilitador da relação entre docentes, alunos e funcionários?

1 2 3 4 5

16.4 Como avalia o projeto educativo, enquanto facilitador da articulação entre disciplinas?

1 2 3 4 5

17. Articulação do ciclo de estudos

17.1 Como avalia a junção dos ciclos de ensino (1º Ciclo e II) nesta escola?

1 2 3 4 5

17.2 Como avalia a transição do pré-escolar para o 1º Ciclo do Ensino Básico, nesta escola?

1 2 3 4 5

18. Motivação

1. Nenhuma 2. Razoável 3. Boa 4. Muito Boa 5. Excelente

18.1 Como auto-avalia a sua motivação para trabalhar na EB 1 c/II do Bacelo?

1 2 3 4 5

18.2 Como avalia a motivação dos alunos para a aprendizagem neste espaço escolar?

1 2 3 4 5

19. Satisfação

19.1 Em geral, como avalia a sua satisfação relativamente às condições propiciadas por este centro escolar para ensinar os seus alunos?

1 2 3 4 5

ANEXOV

MATRIZ DO QUESTIONÁRIO REALIZADO AOS
PROFESSORES DA EB1 C/JI DO BACELO

	CATEGORIAS	OBJECTIVOS	QUESTÕES
Bloco I	Caracterização biográfica do professor/educador	Conhecer dados biográficos do professor relevantes para a investigação	<ol style="list-style-type: none"> 1. SEXO 2. CICLO DE ESTUDOS 3. FORMAÇÃO 4. VÍNCULO
Bloco II	Centro Escolar (Edifício e recursos)	Conhecer representações dos professores sobre o espaço físico	<ol style="list-style-type: none"> 5. ÁREA <ol style="list-style-type: none"> 5.1 Como avalia a área da sala de aula? 5.2 Como avalia a área da biblioteca? 5.3 Como avalia na biblioteca, a área dedicada às TIC? 5.4 Como avalia a área da zona de refeições? 5.5 Como avalia a área das zonas para atividades desportivas? 5.6 Como avalia a área dos espaços polivalentes? 6. ILUMINAÇÃO <ol style="list-style-type: none"> 6.1 Como avalia a iluminação natural do Centro Escolar? 6.2 Como avalia a iluminação artificial do Centro Escolar? 7. ACÚSTICA <ol style="list-style-type: none"> 7.1 Como avalia a acústica da sala de aula? 8. TEMPERATURA INTERIOR <ol style="list-style-type: none"> 8.1 Como avalia a temperatura interior da escola? 9. FLEXIBILIDADE DE USO DOS ESPAÇOS <ol style="list-style-type: none"> 9.1 Como avalia a flexibilidade de utilização da sala de aula para diversos fins, como atividades de expressão plástica, dramática e musicais? 9.2 Como avalia a flexibilidade de utilização dos espaços polivalentes para como atividades desportivas, peças de teatro e comemorações? 9.3 Como avalia a flexibilidade de utilização da biblioteca para leitura, visualização de filmes, audição de áudio e utilização de computadores? 10. ASPECTO ESTÉTICO <ol style="list-style-type: none"> 10.1 Como avalia a arquitetura do edifício?

	CATEGORIAS	OBJECTIVOS	QUESTÕES
Bloco II	Caracterização do Centro Escolar (Edifício e recursos materiais)	Conhecer as representações dos professores sobre os recursos materiais	<p>11. EQUIPAMENTOS INFORMÁTICOS</p> <p>11.1 Como avalia o número de computadores na sua sala de aula?</p> <p>11.2 Como avalia o número de computadores na biblioteca?</p> <p>11.3 Como avalia a qualidade dos equipamentos informáticos (<i>hardware</i>) da sala de aula?</p> <p>11.4 Como avalia a qualidade dos equipamentos informáticos (<i>hardware</i>) utilizados na biblioteca?</p> <p>11.5 Como avalia a qualidade do <i>software</i> disponível nos computadores das salas de aula?</p> <p>11.6 Como avalia a qualidade do <i>software</i> disponível nos computadores da biblioteca?</p> <p>11.7 Qual o nível de adequação do <i>software</i> da escola ao tipo de funções a que se destina?</p> <p>12. EQUIPAMENTOS AUDIOVISUAIS</p> <p>12.1 Como avalia o número de quadros digitais na escola?</p> <p>12.2 Como avalia as funcionalidades dos quadros digitais?</p> <p>13. MATERIAL DIDÁTICO</p> <p>13.1 Como avalia a qualidade do material didático?</p> <p>14. FUNDO DOCUMENTAL</p> <p>14.1 Como avalia o número de livros na biblioteca?</p> <p>14.2 Como avalia a qualidade dos livros da biblioteca?</p> <p>14.3 Como avalia a diversidade dos livros na biblioteca?</p> <p>14.4 Como avalia a diversidade dos recursos impressos (jornais e revistas)?</p> <p>14.5 Como avalia a qualidade dos recursos audiovisuais (filme e música)?</p> <p>15. MOBILIÁRIO</p> <p>15.1 Como avalia a ergonomia do mobiliário da sala de aula?</p>

	CATEGORIAS	OBJECTIVOS	QUESTÕES
Bloco III	Projeto Educativo e Articulação do ciclo de estudos	Conhecer a opinião dos professores e educadores relativamente ao Projeto Educativo e à articulação do ciclo de estudos	<p>16. PROJETO EDUCATIVO</p> <p>16.1 Como avalia os objetivos do projeto educativo da EB1/JI do Bacelo?</p> <p>16.2 Como avalia a abrangência do projeto educativo, no âmbito das várias áreas de atuação da escola?</p> <p>16.3. Como avalia o projeto educativo, enquanto facilitador da relação entre docentes, alunos e funcionários?</p> <p>16.4 Como avalia o projeto educativo, enquanto facilitador da articulação entre disciplinas?</p> <p>17. ARTICULAÇÃO DO CICLO DE ESTUDOS</p> <p>17.1 Concorda com a junção dos ciclos de ensino (1º Ciclo e JI) no mesmo espaço escolar?</p> <p>17.2 Como avalia a transição do pré-escolar para o 1º Ciclo do Ensino Básico, nesta escola?</p>
Bloco IV	Motivação e Satisfação (Professores/educadores e alunos)	Conhecer a motivação e a satisfação de professores/educadores e alunos para trabalhar e aprender na Escola Básica Integrada do Bacelo	<p>18. MOTIVAÇÃO</p> <p>18.1 Como auto-avalia a sua motivação para trabalhar na EB 1 c/JI do Bacelo?</p> <p>18.2 Como avalia a motivação dos alunos para a aprendizagem neste espaço escolar?</p> <p>19. SATISFAÇÃO</p> <p>19.1 Em geral, como avalia a sua satisfação com as condições propiciadas por este centro escolar para ensinar os seus alunos?</p>

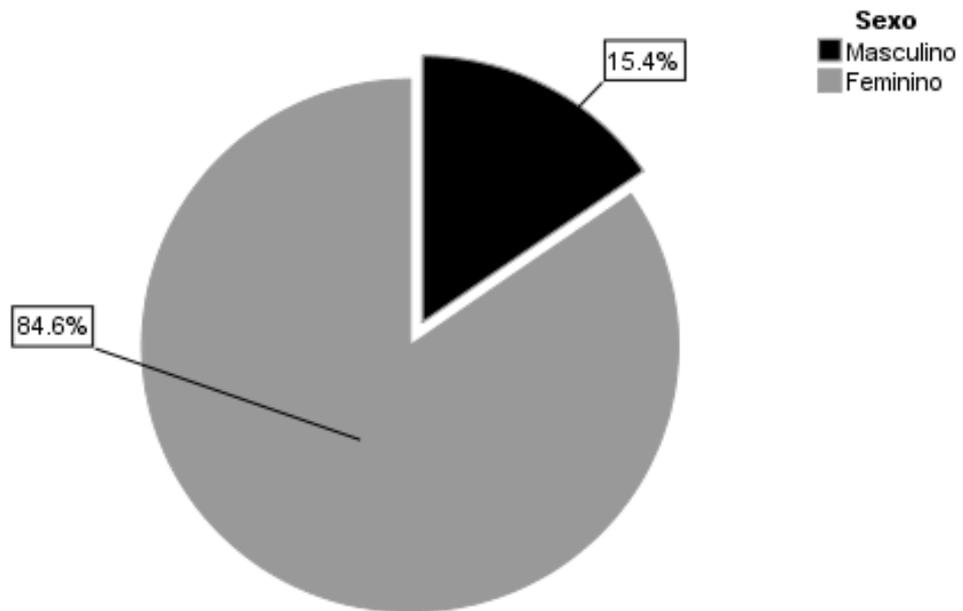
--	--	--	--

ANEXO VI

OUTPUTS DO SPSS

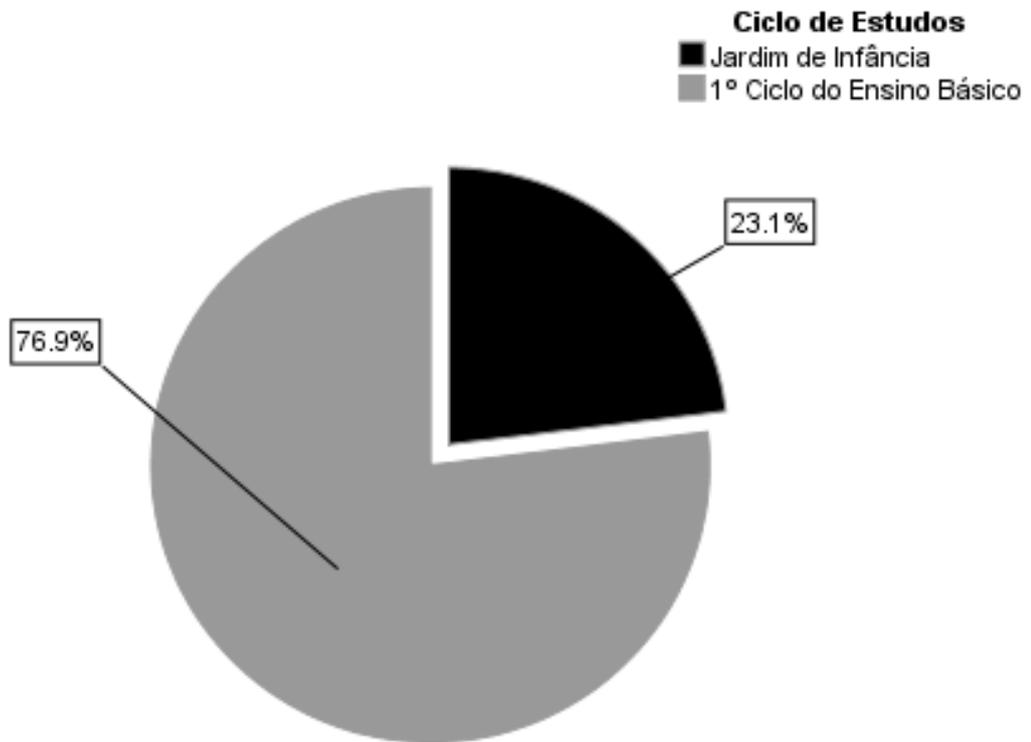
Sexo

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Masculino	2	15,4	15,4	15,4
Feminino	11	84,6	84,6	100,0
Total	13	100,0	100,0	



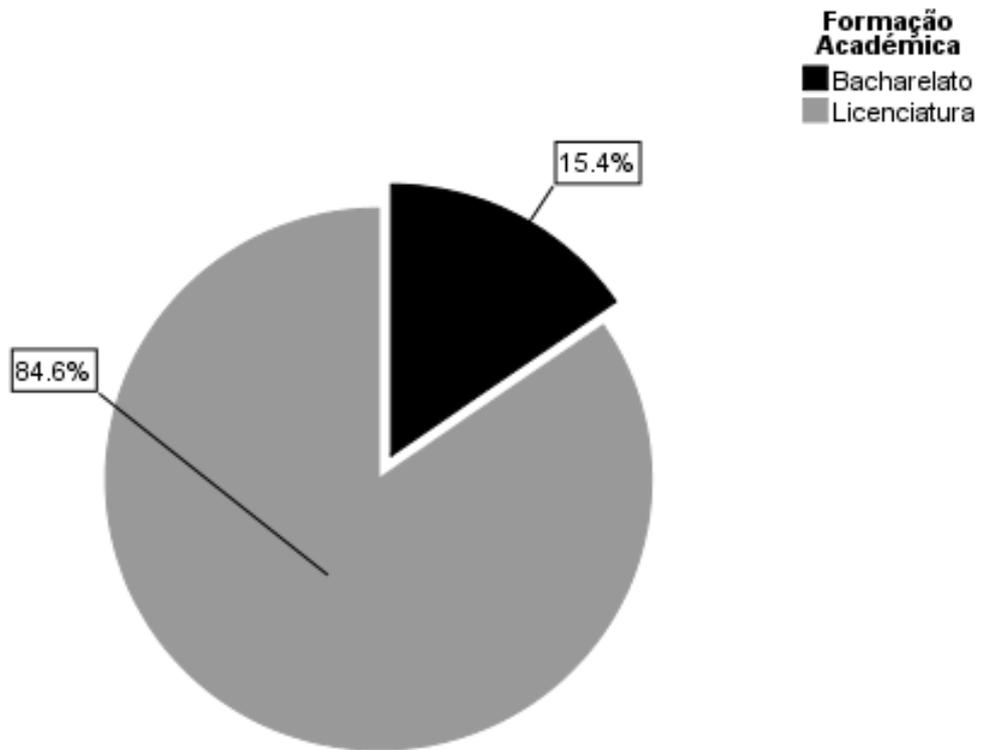
Ciclo de Estudos

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Jardim de Infância	3	23,1	23,1	23,1
	1º Ciclo do Ensino Básico	10	76,9	76,9	100,0
	Total	13	100,0	100,0	



Formação Acadêmica

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Bacharelato	2	15,4	15,4	15,4
	Licenciatura	11	84,6	84,6	100,0
Total		13	100,0	100,0	



Vínculo

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Quadros	13	100,0	100,0	100,0

Como avalia a área da sua sala de aula?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Mau	1	7,7	7,7	7,7
	Razoável	3	23,1	23,1	30,8
	Bom	6	46,2	46,2	76,9
	Muito Bom	2	15,4	15,4	92,3
	Excelente	1	7,7	7,7	100,0
	Total	13	100,0	100,0	

Como avalia, no seu todo, a área da biblioteca?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Mau	1	7,7	7,7	7,7
	Bom	6	46,2	46,2	53,8
	Muito Bom	4	30,8	30,8	84,6
	Excelente	2	15,4	15,4	100,0
	Total	13	100,0	100,0	

Como avalia, na biblioteca, a área dedicada às TIC?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Mau	1	7,7	7,7	7,7
	Razoável	2	15,4	15,4	23,1
	Bom	6	46,2	46,2	69,2
	Muito Bom	4	30,8	30,8	100,0
	Total	13	100,0	100,0	

Como avalia a área da zona de refeições?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Mau	1	7,7	7,7	7,7
	Bom	4	30,8	30,8	38,5
	Muito Bom	7	53,8	53,8	92,3
	Excelente	1	7,7	7,7	100,0
	Total	13	100,0	100,0	

Como avalia a área das zonas para atividades desportivas?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Mau	1	7,7	7,7	7,7
	Razoável	1	7,7	7,7	15,4
	Bom	7	53,8	53,8	69,2
	Muito Bom	3	23,1	23,1	92,3
	Excelente	1	7,7	7,7	100,0
	Total	13	100,0	100,0	

Como avalia a área dos espaços polivalentes?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Mau	1	7,7	7,7	7,7
	Razoável	3	23,1	23,1	30,8
	Bom	5	38,5	38,5	69,2
	Muito Bom	3	23,1	23,1	92,3
	Excelente	1	7,7	7,7	100,0
	Total	13	100,0	100,0	

Como avalia a iluminação natural do Centro Escolar?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Bom	2	15,4	15,4	15,4
	Muito Bom	7	53,8	53,8	69,2
	Excelente	4	30,8	30,8	100,0
	Total	13	100,0	100,0	

Como avalia a iluminação artificial do Centro Escolar?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Bom	2	15,4	15,4	15,4
	Muito Bom	8	61,5	61,5	76,9
	Excelente	3	23,1	23,1	100,0
	Total	13	100,0	100,0	

Como avalia a acústica da sala de aula?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Bom	2	15,4	15,4	15,4
	Muito Bom	11	84,6	84,6	100,0
	Total	13	100,0	100,0	

Como avalia a temperatura interior da escola?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Bom	7	53,8	53,8	53,8
	Muito Bom	4	30,8	30,8	84,6
	Excelente	2	15,4	15,4	100,0
	Total	13	100,0	100,0	

Como avalia a flexibilidade de utilização da sala de aula para diversos fins, como atividades de expressão plástica, dramática e musicais?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Razoável	5	38,5	38,5	38,5
	Bom	4	30,8	30,8	69,2
	Muito Bom	3	23,1	23,1	92,3
	Excelente	1	7,7	7,7	100,0
	Total	13	100,0	100,0	

Como avalia a flexibilidade de utilização dos espaços polivalentes para atividades desportivas, peças de teatro e comemorações)

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Razoável	3	23,1	23,1	23,1
	Bom	6	46,2	46,2	69,2
	Muito Bom	2	15,4	15,4	84,6
	Excelente	2	15,4	15,4	100,0
	Total	13	100,0	100,0	

Como avalia a flexibilidade de utilização da biblioteca para leitura, visualização de filmes, audição de áudio e utilização de computadores?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Mau	1	7,7	7,7	7,7
	Bom	6	46,2	46,2	53,8
	Muito Bom	4	30,8	30,8	84,6
	Excelente	2	15,4	15,4	100,0
	Total	13	100,0	100,0	

Como avalia a arquitetura do edifício?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Razoável	1	7,7	7,7	7,7
	Bom	6	46,2	46,2	53,8
	Muito Bom	5	38,5	38,5	92,3
	Excelente	1	7,7	7,7	100,0
	Total	13	100,0	100,0	

Como avalia o número de computadores na sua sala de aula?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Razoável	6	46,2	46,2	46,2
	Bom	4	30,8	30,8	76,9
	Muito Bom	3	23,1	23,1	100,0
	Total	13	100,0	100,0	

Como avalia o número de computadores na biblioteca?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Razoável	5	38,5	38,5	38,5
	Bom	5	38,5	38,5	76,9
	Muito Bom	3	23,1	23,1	100,0
	Total	13	100,0	100,0	

Como avalia a qualidade dos equipamentos informáticos (hardware) da sala de aula?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Razoável	2	15,4	15,4	15,4
	Bom	6	46,2	46,2	61,5
	Muito Bom	5	38,5	38,5	100,0
	Total	13	100,0	100,0	

Como avalia a qualidade dos equipamentos informáticos (hardware) utilizados na biblioteca?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Razoável	1	7,7	7,7	7,7
	Bom	6	46,2	46,2	53,8
	Muito Bom	6	46,2	46,2	100,0
	Total	13	100,0	100,0	

Como avalia a qualidade do software disponível nos computadores das salas de aula?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Razoável	3	23,1	23,1	23,1
	Bom	6	46,2	46,2	69,2
	Muito Bom	4	30,8	30,8	100,0
	Total	13	100,0	100,0	

Como avalia a qualidade do software disponível nos computadores da biblioteca?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Razoável	2	15,4	15,4	15,4
	Bom	6	46,2	46,2	61,5
	Muito Bom	5	38,5	38,5	100,0
	Total	13	100,0	100,0	

Qual o nível de adequação do software da escola ao tipo de funções a que se destina?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Razoável	2	15,4	15,4	15,4
	Bom	6	46,2	46,2	61,5
	Muito Bom	5	38,5	38,5	100,0
	Total	13	100,0	100,0	

Como avalia o número de quadros digitais na escola?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Bom	3	23,1	23,1	23,1
	Muito Bom	4	30,8	30,8	53,8
	Excelente	6	46,2	46,2	100,0
	Total	13	100,0	100,0	

Como avalia as funcionalidades dos quadros digitais?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Bom	3	23,1	23,1	23,1
	Muito Bom	4	30,8	30,8	53,8
	Excelente	6	46,2	46,2	100,0
	Total	13	100,0	100,0	

Como avalia a qualidade do material didático?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Razoável	1	7,7	7,7	7,7
	Bom	3	23,1	23,1	30,8
	Muito Bom	8	61,5	61,5	92,3
	Excelente	1	7,7	7,7	100,0
	Total	13	100,0	100,0	

Como avalia o número de livros na biblioteca?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Razoável	2	15,4	15,4	15,4
	Bom	2	15,4	15,4	30,8
	Muito Bom	9	69,2	69,2	100,0
	Total	13	100,0	100,0	

Como avalia a qualidade dos livros da biblioteca?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Bom	4	30,8	30,8	30,8
	Muito Bom	8	61,5	61,5	92,3
	Excelente	1	7,7	7,7	100,0
	Total	13	100,0	100,0	

Como avalia a diversidade dos livros na biblioteca?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Bom	6	46,2	46,2	46,2
	Muito Bom	7	53,8	53,8	100,0
	Total	13	100,0	100,0	

Como avalia a diversidade dos recursos impressos (jornais e revistas)?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Razoável	7	53,8	53,8	53,8
	Bom	5	38,5	38,5	92,3
	Muito Bom	1	7,7	7,7	100,0
	Total	13	100,0	100,0	

Como avalia a qualidade dos recursos audiovisuais (filme e música)?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Razoável	4	30,8	30,8	30,8
	Bom	7	53,8	53,8	84,6
	Muito Bom	2	15,4	15,4	100,0
	Total	13	100,0	100,0	

Como avalia a ergonomia do mobiliário da sala de aula?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Bom	4	30,8	30,8	30,8
	Muito Bom	8	61,5	61,5	92,3
	Excelente	1	7,7	7,7	100,0
	Total	13	100,0	100,0	

Como avalia os objetivos do projeto educativo da EB1/JI do Bacelo?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Bom	1	7,7	7,7	7,7
	Muito Bom	10	76,9	76,9	84,6
	Excelente	2	15,4	15,4	100,0
	Total	13	100,0	100,0	

Como avalia a abrangência do projeto educativo, no âmbito das várias áreas de atuação da escola?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Bom	1	7,7	7,7	7,7
	Muito Bom	11	84,6	84,6	92,3
	Excelente	1	7,7	7,7	100,0
	Total	13	100,0	100,0	

Como avalia o projeto educativo, enquanto facilitador da relação entre docentes, alunos e funcionários?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Bom	2	15,4	15,4	15,4
	Muito Bom	9	69,2	69,2	84,6
	Excelente	2	15,4	15,4	100,0
	Total	13	100,0	100,0	

Como avalia o projeto educativo, enquanto facilitador da articulação entre disciplinas?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Bom	1	7,7	7,7	7,7
	Muito Bom	10	76,9	76,9	84,6
	Excelente	2	15,4	15,4	100,0
	Total	13	100,0	100,0	

Como avalia a junção dos ciclos de ensino (1º Ciclo e JI) no mesmo espaço escolar?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Bom	3	23,1	23,1	23,1
	Muito Bom	3	23,1	23,1	46,2
	Excelente	7	53,8	53,8	100,0
	Total	13	100,0	100,0	

Como avalia a transição do pré-escolar para o 1º Ciclo do Ensino Básico, nesta escola?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Bom	4	30,8	30,8	30,8
	Muito Bom	4	30,8	30,8	61,5
	Excelente	5	38,5	38,5	100,0
	Total	13	100,0	100,0	

Como auto-avalia a sua motivação para trabalhar na EB 1 c/JI do Bacelo?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Muito Boa	7	53,8	53,8	53,8
	Excelente	6	46,2	46,2	100,0
	Total	13	100,0	100,0	

Como avalia a motivação dos alunos para a aprendizagem neste espaço escolar?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Muito Boa	10	76,9	76,9	76,9
	Excelente	3	23,1	23,1	100,0
	Total	13	100,0	100,0	

Em geral, como avalia a sua satisfação com as condições propiciadas por este centro escolar para ensinar os seus alunos?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Muito Boa	8	61,5	61,5	61,5
	Excelente	5	38,5	38,5	100,0
	Total	13	100,0	100,0	

ANEXO VII

MATRIZ DA ENTREVISTA REALIZADA À VEREADORA DA
CÂMARA MUNICIPAL DE ÉVORA, PROFESSORA CLÁUDIA
SOUSA PEREIRA

MATRIZ DE ENTREVISTA À VEREADORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ÉVORA RESPONSÁVEL PELO PELOURO DA EDUCAÇÃO

Entrevistado: Cláudia Sousa Pereira, vereadora da Câmara Municipal de Évora responsável pelo pelouro da educação

Local: Câmara Municipal de Évora

Autor: João Carlos da Silva Rodrigues Barnabé

CATEGORIAS	OBJETIVOS	QUESTÕES
CARACTERIZAÇÃO	<ul style="list-style-type: none">• Legitimação e apresentação	Sou aluno do mestrado de Ciências da Educação - Administração e Gestão Educacional da Universidade de Évora. O meu trabalho de dissertação é um estudo de caso sobre o reordenamento da rede escolar. O questionário e as suas respostas são totalmente anónimas. Esta entrevista tem apenas interesse académico e de investigação. Agradeço antecipadamente por dedicar parte do seu tempo a responder às minhas questões.
	DADOS PROFISSIONAIS <ul style="list-style-type: none">• Formação• Tempo de serviço• Cargos que exerce	De uma forma breve, faça por favor, uma apresentação de si própria, mencionando a sua formação académica? Enquanto vereadora quais os pelouros que tem a seu cargo? Há quanto tempo desempenha o cargo de vereadora?

CATEGORIAS	OBJETIVOS	QUESTÕES
GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO	AÇÃO SOCIAL <ul style="list-style-type: none"> • Transportes escolares 	<p>Como está a funcionar a rede de transportes escolares no município de Évora?</p> <p>Atualmente, quantos alunos do município usufruem dos transportes escolares?</p> <p>Quantos euros são gastos por ano com os transportes escolares no município de Évora?</p> <p>Com o reordenamento da rede escolar e com o encerramento de algumas escolas com menos de 21 alunos qual foi o aumento dos gastos com os transportes escolares no município de Évora?</p> <p>Quantos alunos são transportados pelos transportes escolares para a EB 1 C/JI do Bacelo?</p>
	CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO/APETRECHAMENTO DA EB1 C/JI DO BACELO <ul style="list-style-type: none"> • Construção e manutenção/apetrechamento (EB 1 C/JI do Bacelo) 	<p>Quanto é gasto por ano na manutenção de infra-estruturas escolares?</p> <p>Quanto é gasto na EB 1 C/JI do Bacelo?</p> <p>Qual foi o papel da Câmara Municipal de Évora na construção do Centro Escolar do Bacelo?</p> <p>Qual o papel do projeto MUTIC (unidade de apoio tecnológico do município de Évora) na B 1 C/JI do Bacelo?</p>

CATEGORIAS	OBJETIVOS	QUESTÕES
GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO	AECS <ul style="list-style-type: none"> • Professores • Despesa Disciplinas 	Quantos professores de AECS tem o município contratados? Quantos professores de AECS estão a leccionar na EB 1 C/JI do Bacelo? Quanto custam as AECS por ano ao município? Que disciplinas são asseguradas?
	RESTRIÇÕES ORÇAMENTAIS <ul style="list-style-type: none"> • Condicionamento aos serviços 	Os condicionamentos ao nível do orçamento podem por em causa alguns serviços que a Câmara presta no domínio da educação? Se sim, quais?

CATEGORIAS	OBJETIVOS	QUESTÕES
POLÍTICA EDUCATIVA	CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	Que importância atribuiu ao Conselho Municipal de Educação na coordenação da política educativa do município?
	CARTA EDUCATIVA	Seis anos após a aprovação da Carta Educativa de Évora sente estarem a serem cumpridas as linhas estratégicas e os objetivos nela definidos?
	ENCERRAMENTO DAS ESCOLAS COM MENOS DE 21 ALUNOS	<p>Qual a política da câmara em relação ao encerramento de escolas com menos de 21 alunos?</p> <p>No município de Évora quantas escolas encerraram neste ano letivo?</p> <p>Como têm sido as negociações com a direção regional de educação em relação ao encerramento de escolas com menos de 21 alunos?</p> <p>Já existem escolas referenciadas para encerrar no próximo ano letivo no município de Évora?</p>

ANEXO VIII

MATRIZ DA ENTREVISTA REALIZADA AO COORDENADOR
DA ESCOLA EB1 C/ JI DO BACELO, PROFESSOR JOSÉ
GARÇÃO

MATRIZ DE ENTREVISTA AO DIRECTOR DA EB1 C/JI DO BACELO

Entrevistado: José Garção, director da EB1 c/Ji do Bacelo

Local: EB1 c/Ji do Bacelo

Autor: João Carlos da Silva Rodrigues Barnabé

CATEGORIAS	OBJETIVOS	QUESTÕES
CARACTERIZAÇÃO	Legitimação e apresentação	Sou aluno do mestrado de Ciências da Educação - Administração e Gestão Educacional da Universidade de Évora. O meu trabalho de dissertação é um estudo de caso sobre o reordenamento da rede escolar. O questionário e as suas respostas são totalmente anónimas. Esta entrevista tem apenas interesse académico e de investigação. Agradeço antecipadamente por dedicar parte do seu tempo a responder às minhas questões.
	DADOS PROFISSIONAIS <ul style="list-style-type: none">• Formação• Tempo de serviço• Cargos que exerce	De uma forma breve, faça por favor, uma apresentação de si, mencionando a sua formação académica? Quais os cargos que desempenha na EB 1 / JI do Bacelo? Há quanto tempo desempenha esses cargos?

CATEGORIAS	OBJETIVOS	QUESTÕES
GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO	GESTÃO DO TEMPO <ul style="list-style-type: none"> • Organização do tempo 	Diariamente como distribui o seu tempo na gestão da escola?
	RELAÇÕES INTERPESSOAIS <ul style="list-style-type: none"> • Unanimidade ou divergência 	Na escola tem prevalecido a unanimidade ou a divergência entre os diversos actores?
	RECURSOS HUMANOS <ul style="list-style-type: none"> • Carência ou excesso 	A escola está bem apetrechada ao nível dos recursos humanos, sofre de carências ou tem excesso a este nível?
	RELAÇÃO COM INSTÂNCIAS SUPERIORES <ul style="list-style-type: none"> • Autonomia da escola • Definição da política da escola 	<p>O decreto-Lei n.º 75/2008 estabeleceu o reforço da autonomia das escolas. Considera que a partir dessa data, a administração central tem concedido mais autonomia à direcção da escola?</p> <p>Até que ponto esta autonomia é limitada por interesses políticos externos?</p> <p>No processo decisório qual é a influência real que tem o Ministério da Educação?</p> <p>Se esta escola respeitar cabalmente as orientações da administração central não sente limitações ao nível da gestão?</p> <p>A direcção tem tido poder para definir autonomamente a política da escola ou esse papel é repartido ou imposto por outros agentes?</p>

CATEGORIAS	OBJETIVOS	QUESTÕES
<p style="text-align: center;">GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO</p>	<p>RELAÇÃO COM PARCEIROS INSTITUCIONAIS</p> <ul style="list-style-type: none"> • Parcerias, protocolos e procedimentos com a Câmara Municipal de Évora, a Drealentejo, o Ministério da Educação e hipoteticamente, outros. 	<p>Estando a escola, enquanto organização inserida num determinado meio, que procedimentos tem adoptado para instituir relações com os parceiros institucionais, como por exemplo a Câmara Municipal, a Drealentejo e o Ministério da Educação?</p> <p>Que importância atribui a escola às parcerias que estabelece com esses parceiros?</p>
	<p>RELAÇÕES COM ENTIDADES PRIVADAS</p>	<p>Que relações tem a escola protocoladas com entidades privadas?</p>
	<p>PROJECTO EDUCATIVO, REGULAMENTO INTERNO, E PLANO DE ACTIVIDADES</p>	<p>Na elaboração do projecto educativo, do regulamento interno e do plano de actividades a escola tem envolvido actores ou instituições externos?</p> <p>Esse envolvimento tem servido para mobilizar sinergias que são importantes para a sobrevivência da escola?</p>

CATEGORIAS	OBJETIVOS	QUESTÕES
<p style="text-align: center;">GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO</p>	<p>COMUNICAÇÃO</p> <ul style="list-style-type: none"> • Interna • Externa 	<p>No processo de comunicação interna com os diversos actores da escola (professores, educadores, funcionários, alunos) privilegia os meios de comunicação oral, como o telefone e as reuniões ou prefere a comunicação escrita, como notificações por correio electrónico e/ou carta, normas, avisos ou circulares?</p> <hr/> <p>As actividades desenvolvidas pela escola têm sido devidamente publicitadas perante a comunidade educativa?</p> <p>Como tem a escola feito a divulgação das suas actividades e como comunica com o exterior?</p> <p>Que importância atribui a essa divulgação?</p>
	<p>ÓRGÃOS DA ESCOLA</p> <ul style="list-style-type: none"> • Participação de membros cooptados na estrutura orgânica da escola 	<p>Na constituição dos órgãos directivos da escola, têm sido cooptados elementos externos. A participação destes nos órgãos da escola, como os pais e outros elementos da comunidade, tem sido positiva ou negativa?</p> <p>Por exemplo, o Conselho Geral não poderá acarretar alguns perigos?</p>

CATEGORIAS	OBJETIVOS	QUESTÕES
<p style="text-align: center;">GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO</p>	<p>LIDERANÇA</p> <ul style="list-style-type: none"> • Caracterização da liderança • Feedbacks à liderança <p>JUNÇÃO DE CICLOS DE ESTUDO</p>	<p>Que tipo de líder é?</p> <p>Na sua escola a liderança concentra-se no director ou está dispersa por outros órgãos?</p> <p>Considera que uma liderança forte constitui uma característica primária para a promoção da competência na escola?</p> <p>A Direcção da escola, nas decisões que toma, tem em atenção as propostas e os contributos pessoais dos diversos actores ou chama a si o poder de decidir unilateralmente?</p>
		<p>As regras são assumidas pacificamente e plenamente cumpridas ou são alvo de contestação?</p>
		<p>Como vê a junção de ciclos de estudo na sua escola?</p>

ANEXO IX

MATRIZ DA ENTREVISTA REALIZADA À COORDENADORA
DO GABINETE DE APOIO À DIREÇÃO REGIONAL DE
EDUCAÇÃO DO ALENTEJO, Dr.ª MARIA JOÃO CHARRUA

MATRIZ DE ENTREVISTA À ASSESSORA DA DIRETORA REGIONAL DE EDUCAÇÃO, Dr.ª Maria João Charrua

Entrevistada: Assessora da diretora regional de educação, Dr.ª Maria João Charrua

Local: Direção Regional de Educação do Alentejo

Autor: João Carlos da Silva Rodrigues Barnabé

CATEGORIAS	OBJETIVOS	QUESTÕES
CARACTERIZAÇÃO	<ul style="list-style-type: none">• Legitimação e apresentação	Sou aluno do mestrado de Ciências da Educação - Administração e Gestão Educacional da Universidade de Évora. O meu trabalho de dissertação é um estudo de caso sobre o reordenamento da rede escolar. O questionário e as suas respostas são totalmente anónimas. Esta entrevista tem apenas interesse académico e de investigação. Agradeço antecipadamente por dedicar parte do seu tempo a responder a estas questões.
	DADOS PROFISSIONAIS <ul style="list-style-type: none">• Formação• Tempo de serviço	De uma forma breve, faça por favor, uma apresentação de si, mencionando a sua formação académica? Há quanto tempo exerce as funções na DREALLENTEJO?

CATEGORIAS	OBJETIVOS	QUESTÕES
POLÍTICA EDUCATIVA	<p>ENCERRAMENTO DE ESCOLAS E REORGANIZAÇÃO DA REDE ESCOLAR</p> <ul style="list-style-type: none"> • Historial de encerramento de estabelecimentos de ensino no concelho de Évora, desde o início do ano letivo 2006/2007 • Historial de abertura de novos estabelecimentos de ensino no concelho de Évora, desde o início do ano letivo 2006/2007 • Definição de estratégias com o município de Évora sobre o reordenamento da rede escolar 	<p>Quantos estabelecimentos de primeiro ciclo e de pré-escolar foram encerrados no concelho de Évora desde o início do ano letivo 2006/2007?</p> <p>Quantos estabelecimentos de primeiro ciclo e de pré-escolar foram inaugurados no concelho de Évora, desde o ano letivo 2006/2007?</p> <p>Resumidamente, como foi feita a mediação com o município para o encerramento e abertura de estabelecimentos de ensino no município de Évora?</p>
	<p>MODERNIZAÇÃO DAS INFRAESTRUTURAS ESCOLARES</p> <ul style="list-style-type: none"> • Custos de modernização das infraestruturas escolares no Alentejo • Modernização tecnológica 	<p>Quanto custou a renovação e modernização das infraestruturas escolares de 1.º Ciclo e de pré escolar no Alentejo?</p> <p>O Plano tecnológico da Educação aprovado a 18 Setembro de 2007 previa que em 2010 a velocidade de band larga fosse de pelo menos 48 MB, que houvesse um rácio de dois computadores por aluno e que pelo menos 90% dos professores tivesse formação TIC. Esses números foram atingidos ou não?</p>
	<p>INSUCESSO ESCOLAR</p> <ul style="list-style-type: none"> • Combate ao insucesso escolar e o reordenamento da rede escolar 	<p>Em que medida, o reordenamento da rede escolar e a melhoria das infraestruturas tem afetado os números do insucesso escolar (taxas de repetência) no concelho de Évora?</p>
	<p>Desenvolvimento e aperfeiçoamento do pré-escolar</p> <ul style="list-style-type: none"> • Número de salas do pré-escolar 	<p>Quantas salas de pré-escolar haviam no concelho de Évora, no início do ano letivo 2006/2007?</p> <p>Quantas salas de pré-escolar existem na atualidade no concelho de Évora?</p>
	<p>JUNÇÃO DE CICLOS DE ENSINO NO MESMO ESPAÇO ESCOLAR</p> <ul style="list-style-type: none"> • Número de estabelecimentos que juntam o pré-escolar com o 1º Ciclo do Ensino Básico, no mesmo espaço escolar • Benefícios e prejuízos no âmbito da concentração do pré-escolar e do 1º Ciclo do Ensino Básico, no mesmo espaço escolar 	<p>Quantos estabelecimentos juntam o pré-escolar com o 1º Ciclo do Ensino Básico, no mesmo espaço escolar na área de jurisdição da DREALENTEJO?</p> <p>Quantos estabelecimentos juntam o pré-escolar com o 1º Ciclo do Ensino Básico, no mesmo espaço escolar no distrito de Évora?</p> <p>Quantos estabelecimentos juntam o pré-escolar com o 1º Ciclo do Ensino Básico, no mesmo espaço escolar no concelho de Évora?</p> <p>Considera que podem haver prejuízos devidos à concentração do pré-escolar e do 1º Ciclo do Ensino Básico no mesmo espaço escolar? Se sim, quais?</p> <p>Considera que podem haver benefícios da concentração do pré-escolar e do 1º Ciclo do Ensino Básico, no mesmo espaço escolar? Se sim, quais?</p>

CATEGORIAS	OBJETIVOS	QUESTÕES
<p align="center">ESCOLA DO BACELO</p>	<p>Planeamento Estratégico</p> <ul style="list-style-type: none"> • Questões geográficas • Proveniência dos alunos aquando da abertura 	<p>Estrategicamente qual a importância de abrir uma Eb1 c/JI no Bairro do Bacelo? Aquando da inauguração Escola do Bacelo recebeu alunos de que escolas?</p>
	<p>INVESTIMENTO</p> <ul style="list-style-type: none"> • Valor total do investimento Financiamento 	<p>Qual o valor total do investimento feito na escola na Eb1 c/JI no Bairro do Bacelo? A construção da Escola esteve ao abrigo de algum financiamento externo, ou o financiamento foi da exclusiva responsabilidade do ME?</p>

ANEXO X

TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA À VEREADORA DA
CÂMARA MUNICIPAL DE ÉVORA, PROFESSORA CLÁUDIA
SOUSA PEREIRA

TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA À VEREADORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ÉVORA, PROFESSORA CLÁUDIA SOUSA PEREIRA

NOTA INTRODUTÓRIA: Sou aluno do mestrado de Ciências da Educação - Administração e Gestão Educacional da Universidade de Évora. O meu trabalho de dissertação é um estudo de caso sobre o reordenamento da rede escolar. O questionário e as suas respostas são totalmente anónimas. Esta entrevista tem apenas interesse académico e de investigação.

P: De uma forma breve, faça por favor, uma apresentação de si própria, mencionando a sua formação académica?

R: Eu sou licenciada em Línguas e Literaturas Modernas, tenho o doutoramento em Literatura Portuguesa, sou professora na Universidade de Évora, no departamento de Línguas e Literaturas.

P: Enquanto vereadora quais os pelouros que tem a seu cargo e há quanto tempo desempenha esse cargo?

R: Aceitei fazer parte desta equipa e fui eleita para ser vereadora na Câmara Municipal de Évora, onde a educação é um dos meus pelouros, tenho também a ação social, o centro histórico, património e cultura. Sou vereadora da Câmara Municipal de Évora desde outubro de 2009, quando foram as últimas eleições autárquicas.

P: Como está a funcionar a rede de transportes escolares no município de Évora?

R: Funciona conforme a lei. É uma lei completamente obsoleta. É uma lei de 1984. É uma lei onde os limites da cidade eram completamente diferentes de agora, a própria rede de transporte público era diferente, mas é a lei que temos. Por isso, implica uma série de constrangimentos e de investimento nosso que a partir de uma determinada altura deixa de ser investimento porque estamos a fazer transporte de crianças que só tinham de fazer 500 metros para apanhar um transporte público e chegar à escola. Por obrigação temos de fazer isso e acabamos por achar que não é tanto um investimento. Já estamos no limite do desperdício. A lei dos transportes escolares dá a autarquia a responsabilidade de ir buscar crianças que moram a mais de 3 km da escola. Faz todo o sentido nas zonas rurais, onde muito do nosso transporte escolar está descentralizado, as responsabilidades estão também com as Juntas de Freguesia. Nós desconcentramos a verba que vem e acrescentamos verba nossa para as Juntas de Freguesia. A nossa gestão é feita também com privados, nomeadamente com empresas de táxi. É assim que nós lidamos com a rede de transportes escolares.

P: Atualmente, quantos alunos do município usufruem dos transportes escolares?

R: Integrou 785 alunos neste último ano.

P: E em relação aos custos com transportes?

R: Eu depois envio-lhe um documento com esses dados.

P: Com o reordenamento da rede escolar, nomeadamente com o encerramento de escolas com menos de 21 alunos o município sentiu muito o aumento dos gastos com transportes?

R: Sentimos. Só fechou uma escola e nós assinamos um protocolo no primeiro ano de transferência que fazia o preço de por aluno transportado e não pode ser assim. Tem de ser por número de km. Tem de ser revisto esse protocolo porque o ónus acaba sempre por cair na autarquia e a decisão de encerramento não é sequer da autarquia, é uma decisão superior. Isto tem de ser obviamente revisto e já tivemos indicações da Associação Nacional de Municípios para apresentar efetivamente os custos reais e isso tem de ser por km.

P: Qual o papel da Câmara Municipal de Évora na construção do Centro Escolar do Bacelo?

R: É uma iniciativa nossa, com dinheiros públicos, não todos nossos. Aproveitámos fundos já não sei se do QREN... Bom, o reordenamento da rede escolar, sobretudo de 1º Ciclo segue diretivas que vêm de cima. Nós aqui, em princípio não emitimos pareceres sobre... como temos uma carta educativa, aprovada em Conselho Municipal de Educação, o levantamento é feito pelos serviços. Aquilo que nós fazemos é responder em função dessa carta educativa. A carta é uma perspetiva do que poderá vir a acontecer. O que se passou em relação à Escola do Bacelo é que tínhamos em carta educativa a previsão daquela escola e da outra que ainda está por concluir nos Canaviais, portanto naquele lado da cidade. Depois temos previsto a construção de um novo centro na urbanização dos Moinhos, ou seja, na zona sul da cidade. E estando prevista, foi construída. A Escola do Bacelo tem a ver com o próprio crescimento da cidade para aquela área e é uma escola que está a funcionar a tempo inteiro, com todos os equipamentos, biblioteca, polivalente, portanto é um modelo de escola que foi replicado nesta que está para acabar dos Canaviais.

P: Qual o papel do projeto MUTIC na EB 1 do Bacelo?

R: O apoio ao equipamento informático. É uma escola mais nova que as demais, os equipamentos são mais recentes e há menos avarias havendo menor necessidade de apoio do que nalgumas escolas com equipamentos mais antigos.”

P: E ao nível das AECS...

R: Eu depois forneço-lhe esses dados.

P: Os condicionamentos ao nível do orçamento, por exemplo este ano houve um corte brutal na educação...

R: Mas nós não temos feito cortes nesse aspeto, nós não poupamos nesse aspeto. Na área da educação poupámos numa educação ao nível dos gastos de eletricidade, com os aquecimentos para aferirmos melhor as horas em que os aquecimentos estão ligados. o que acontecia é que muitas vezes fechavam as escolas e o arejamento que tem de ser feito e que o próprio centro de saúde que faz as vistorias connosco diz que tem de ser feito não acontecia. Os módulos de aquecimento das escolas ficavam ligados toda a noite, o que é perfeitamente escusado Portanto, é só nesse sentido. De resto não fizemos cortes, mantivemos muitas das verbas que estão ligadas à utilização dos telefones, o que implica um telefone... diminuámos sim no material escolar, até porque tem vindo... nós temos um ano de atraso em relação ao material... vai sobrando material escolar que nós fornecemos, cartolinas, colas e aí racionalizámos um bocadinho mas não se pode dizer que falte. Só em relação ao material de desgaste escolar é que temos estado a geri-lo de forma mais parcimoniosa, digamos assim. Mas não houve desinvestimento em termos de educação.

P: Nenhum serviço em termos de educação está posto em causa?

R: Não, para já não. Mas não sei. Acontece que nós temos dívidas às Juntas de Freguesia e as juntas de Freguesia e elas também asseguram os transportes escolares e eu temo que mais semana menos semana a incapacidade de terem gásóleo, por nossa incapacidade de transferir verbas para eles vá por em causa os transportes escolares.

P: Quer com isto dizer que alguns alunos irão correr o risco de não ir à escola?

R: Sim, poderão correr, porque temos dívidas às Juntas de freguesia que fazem connosco o transporte e nós vimos isso com muito receio. É o nosso maior receio é a questão do transporte. Como estamos endividados com as Juntas de freguesia, eles começam a perder a capacidade de fazer o transporte e eles gostam de fazer o transporte porque é uma coisa que lhes dá visibilidade. É um serviço que lhes dá jeito. Eles não querem deixar de fazer este serviço, mas claro que vão ter de deixar se não tiverem dinheiro para o gásóleo.

P: Que importância atribui ao Conselho Municipal de Educação na política da câmara?

R: Dou muita importância a qualquer Conselho Municipal. Os Conselhos Municipais de Educação pelo seu regulamento tem representação da comunidade educativa. Diria que a única falha que está no próprio regimento é a não integração das escolas secundárias, ou seja não agrupadas. Mas, de qualquer maneira quando tratamos de assuntos convidamos a estar presentes e a apresentar a oferta do ensino profissional e eu dou imensa importância a este género de órgãos, quer este, quer de juventude que também presido porque são órgãos de representação de comunidade e geram momentos onde se pode refletir e é aí que funciona a proximidade..

P: Qual a periodicidade de reunião?

R: São normalmente quatro reuniões por ano civil.

P: Em relação à carta educativa, seis anos após a aprovação sente estarem a ser cumpridas as linhas estratégicas e os objetivos definidos?

R: Sim, mas vamos lá ver. Em relação ao número de alunos previsto nas freguesias rurais, nós prevíamos um aumento do número de alunos e isso não aconteceu, portanto nós não podemos continuar a achar que isso é um argumento para avançar. Temos aqueles alunos e basta haver um aluno para já ser uma preocupação para nós e temos de cuidar desse caso, mas são projeções que às vezes se verificam ou não, mas dentro das nossas capacidades estamos a conseguir fazer esse acompanhamento. Mas é um instrumento que vai ser monitorizado este ano. É um dos objetivos do departamento monitorizar a carta de uma forma mais profunda. Fizemos uma alteração pontual porque na Escola da Cruz da Picada introduziu uma sala de jardim-de-infância que não estava prevista. Como o número de alunos de 1º ciclo diminuiu surgiu essa possibilidade e fizemos essa pequena alteração e este ano temos de facto de rever a carta educativa.

P: Como é que têm sido as negociações com a direção regional de educação em relação ao encerramento de escolas com menos de 21 alunos?

R: Com esta nova direção regional ainda não temos notícia de nada, em relação à anterior que esteve em funções até Outubro/Novembro foram sempre boas as negociações. Das escolas que podiam ter fechado... e nós fizemos com o Conselho Municipal de Educação uma auscultação o no ano passado por todas que poderiam estar em condições de ser encerradas com menos de 21 alunos, não querendo alarmar mas querendo auscultar para que o Conselho municipal percebesse realmente o que estava em causa. O Conselho Municipal de Educação fez um périplo por todas as escolas que poderiam, segundo a lei, estar em condições de ser encerradas. Poderiam ter sido seis escolas a encerrar, todas rurais.

P: Poderia ser quantas escolas a encerrar?

R: Poderiam ter sido seis escolas.

P: Todas rurais?

R: Sim, todas rurais. Este novo reordenamento previsto, nomeadamente quando saiu a portaria o ano passado ou há dois anos de encerrar escolas com menos de 21 alunos não se verificou em Évora. Fecharam aquelas que tinham menos de dez alunos, fechou uma escola, a escola de Guadalupe, as outras conseguimos manter. A Escola de Guadalupe era uma escola localizada numa freguesia onde há crianças, mas onde os pais optam por trazê-las para a cidade de Évora, sendo difícil combater essa vontade dos pais. Mas, as crianças que ficaram foram transferidas para uma escola com excelentes acessos e numa freguesia muito próxima, a de Valverde. A previsão era de que o número de alunos não iria diminuir, nem em contexto rural, nem em contexto urbano. O que acontece é que em contexto rural o número de alunos diminuiu. Há alguns pais que trazem as crianças para cá e, de facto não há número de alunos que justifique mais que uma turma e no fundo esse era o princípio para o encerramento das escolas e isso traz-se um problema, porque se eles saem dali têm de vir para algum lado.

P: Para o próximo ano letivo há escolas já referenciadas para encerrar?

R: Não tenho ainda indicações nenhuma da DREALE.

ANEXO XI

TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA AO COORDENADOR DA
ESCOLA EB1 C/ JI DO BACELO, PROFESSOR JOSÉ GARÇÃO

ENTREVISTA AO COORDENADOR DA ESCOLA DO BACELO, PROF. JOSÉ GARÇÃO

NOTA INTRODUTÓRIA: Sou aluno do mestrado de Ciências da Educação - Administração e Gestão Educacional da Universidade de Évora. O meu trabalho de dissertação é um estudo de caso sobre o reordenamento da rede escolar. O questionário e as suas respostas são totalmente anónimas. Esta entrevista tem apenas interesse académico e de investigação. Agradeço antecipadamente por dedicar parte do seu tempo a responder às minhas questões.

P: De uma forma breve, faça por favor, uma apresentação de si, mencionando a sua formação académica?

R: Vamos começar pela formação. Eu tenho o curso do magistério primário de Évora concluído em 1986, depois tirei a formação em ciências da educação no Instituto Piaget, posteriormente fiz um mestrado em informática educacional na Universidade Católica e depois o mestrado em administração escolar cuja tese ainda não concluí. Depois todas aquelas formações que os professores fazem.

P: Há quanto tempo está no cargo de coordenador?

R: No cargo de coordenador estou há 3 anos. Até aí desempenhei funções na direção regional de educação, dei aulas de vez em quando e depois fui convidado para a direção da escola do BaceLO, desde a inauguração.

P: Diariamente como distribui o tempo na escola num dia normal de trabalho?

R: Geralmente chego à escola por volta das nove horas. Depois e para além dos problemas que existem sempre, durante todo o dia, estou inserido no projeto Fénix na escola e nós coordenadores temos cinco horas de atividade letiva e essas horas são ocupadas das 11:00 às 12:30 com um grupo de crianças. De resto são sempre atividades de coordenação. Depois dessas horas com as crianças é o refeitório, toda a gestão da escola passa por mim, desde que falta um professor, substituir o professor, ao preenchimento de papelada.

P: Como está a funcionar o projeto Fénix na escola?

R: Há dois tipos de projeto Fénix: o contratualizado e o não contratualizado. O contratualizado é da responsabilidade do Ministério da Educação. Há verbas próprias, professores com horário próprio. Esse projeto está a decorrer no quarto ano. Depois há o chamado projeto Fénix não contratualizado que é um projeto onde as pessoas responsáveis pelo 1º ciclo no agrupamento acharam que se poderia canalizar os professores que têm nos horários algumas horas para dar em termos de atividade letiva como é o meu caso, como é a coordenadora de departamento, alguns professores que estão colocados para apoios educativos. Então, fizeram algo que se chama o projeto Fénix não contratualizado, em que trabalham com crianças do 1º, 2º e 3º ano, visto que o 4º ano é que é contratualizado. O horário é

distribuído, as crianças são retiradas das suas salas, vem para um grupo de trabalho e aí é feito um trabalho de recuperação, abrangendo todas as turmas desses anos. O projeto Fénix envolve-se na área da matemática e da língua portuguesa. Quando uma criança supera uma dificuldade apresentada imediatamente sai do grupo, sai do “ninho” e volta para a sala de aula. Eventualmente no lugar dessa criança pode vir outra uma vez que os grupos não podem ter mais de 6 crianças.

P: Ao nível das provas de aferição tem tido resultados positivos?

R: Sim temos tido. Temos tido resultados positivos e este ano podemos aferir os resultados do programa Fénix não contratualizado porque vamos ter provas de aferição interna no 2º e 3º ano, sendo as de 4º ano da responsabilidade do governo.

P: Esta escola está bem apetrechada ao nível dos recursos humanos?

R: Todas as escolas têm carências. Não há nenhuma escola que não tenha carência de recursos humanos. Nós também queremos sempre mais, mas a verdade é que os trabalhos também se vão sempre fazendo. Para dar uma ideia quando a escola abriu, nós tínhamos 16 pessoas, contando com cozinheiras e pessoal auxiliar e ainda por cima tínhamos uma equipa de limpeza contratada pela Câmara municipal. Neste momento temos 14 pessoas e não temos equipa de limpeza, portanto está a ver como o trabalho se desenvolve comparativamente aos primeiros anos. Quando falamos em 14 pessoas estas pessoas têm de estar distribuídas porque a lei assim o exige. Destas 14 pessoas, 4 têm de estar obrigatoriamente na cozinha, 3 são animadoras porque têm de dar a componente de apoio à família que é um projeto da câmara, 2 ficam no pré-escolar. Sobram assim, 5 pessoas para fazer limpeza de 10 salas de aula, corredores, de polivalentes, de bibliotecas, de gabinetes, de exteriores. Só para ver, esta escola tem 14 casas de banho de alunos, para ter noção. Está a ver o que é apenas com 5 pessoas. É bastante complicado.

P: O decreto-lei 75/2008 estabeleceu o reforço da autonomia das escolas. Sente que houve de facto um reforço da autonomia ou não?

R: Houve em alguns aspetos mas como a autonomia em termos financeiros não é total, as escolas estão sempre condicionadas. Há escolas onde a autonomia é mais evidente. Neste agrupamento não.

P: Considera que o Ministério continua a ter um papel muito importante na gestão das escolas?

R: Sim, sem dúvida. Muito importante, isto é, as decisões continuam a estar muito centralizadas a vários níveis.

P: Mas não sente que respeitando todas as decisões políticas a escola, falou-me até dos recursos humanos, não sente que a escola fica muito limitada?

R: Obviamente que fica, mas também sabe que neste momento os problemas são essencialmente económicos e a gestão dos recursos humanos é feita essencialmente com base em dados económicos neste momento.

P: E ao nível da definição da política interna da escola, a escola tem tido autonomia para a fazer ou é um papel que é repartido com outros agentes?

R: Numa escola destas há vários intervenientes. Temos de contar com o papel das próprias pessoas do agrupamento e neste caso há um projeto educativo do agrupamento defendido pela diretora do agrupamento, é um projeto dela e é um projeto onde ela convidou determinadas pessoas, como é o meu caso para ser desenvolvido. Depois há outras entidades que estão envolvidas nas escolas. Por exemplo, nós a partir das 3:30 temos poucos professores titulares na escola, temos as AEC'S em desenvolvimento. Portanto, há aqui várias entidades com quem temos de trabalhar, a nossa autonomia tem de funcionar com base nestas entidades todas, desde a Junta de Freguesia, à Câmara municipal e ao próprio agrupamento e depois à direção regional de educação e por ai fora, mas aí as coisas vêm sempre via agrupamento, depois de filtradas. Da camara vem diretamente e da Junta também, mas eu tenho sempre o cuidado de fazer a gestão em conjunto com a diretora do agrupamento. Claro que já decisões em que tenho a confiança dela para tomar mas quando envolve outras entidades fazemos muito em conjunto?

P: Estando a escola, enquanto organização inserida num determinado meio, que importância dá às relações com os parceiros institucionais, como por exemplo a Câmara Municipal, Juntas, a DREALE...?

R: Já falei da Câmara Municipal e da Junta de Freguesia, mas as principais relações da escola são com os encarregados de educação. As juntas neste momento são parceiros importantes mas neste momento têm poucos recursos para ajudar a escola. Ao nível da junta é atribuída uma verba à escola e é a gestão dessa verba que faço essencialmente. Ao nível da Câmara, também temos uma relação muito boa. Esta escola tendo sido inaugurada há três anos tem problemas que têm a ver com garantias e a nossa relação com a Câmara é muito boa ao nível dos transportes, mas no fundo resume-se a isso. A participação da Câmara resume-se a isso, a fornecer transportes e a reparar coisas que acontecem na escola e que estão no âmbito das garantias, porque a Câmara a influencia que tem é nas grandes obras, uma vez que as pequenas obras como arranjar uma torneira por exemplo, pertence à junta de freguesia e essas relações, essas verbas são para além daquela verba fornecida anualmente para consumo Uma escola como esta com 300 alunos, como deve calcular tem um consumo enorme por exemplo ao nível de detergentes e é isso é suportado pela Junta.

P: Falando em transporte de alunos... Quantos alunos são transportados?

R: Aqui são poucos. São cinco alunos transportados. Vêm dos Canaviais, da Senhora dos Aflitos, porque o grosso dos alunos reside na área. As há uma coisa interessante. A maioria reside na área, mas muitos mesmo não residindo na área não têm direito a transporte. O que a lei diz é que os alunos que residem a mais de 3 km da escola tem direito a transporte mas isso é senão tiverem lugar na zona onde residem. Aqui há um fenómeno diferente. Como a escola é uma escola que neste momento está bem vista em termos do seu projeto pedagógico e de ambiente, há pais que no pré-escolar em bairros opostos geograficamente colocam aqui as crianças no pré-escolar, residindo a mais de 3 km para que depois as crianças possam passar para o primeiro ciclo automaticamente. Eu supostamente, tenho 30 % de crianças que se não tivessem lugar nas escolas onde residem teriam direito a transporte. Assim, não têm porque é uma questão de opção dos pais.

P: Poder-se-á dizer que esta escola veio resolver problemas de sobrelotação de outras escolas?

R: Veio resolver o problema de superlotação do Frei-Aleixo, mas neste momento nota-se que falta escola. Neste momento precisava de mais duas salas no mínimo. É certo que quando a escola dos Canaviais estiver concluída talvez o problema se dilua um pouco.

P: Como tem a escola feito a divulgação das suas atividades e como comunica com o exterior? Como é a relação com os meios de comunicação social?

R: Nós temos... por acaso é curioso porque temos dois meios de divulgar as atividades da escola. Um está praticamente morto que é o blog porque os blogues tiveram o seu tempo de vida, neste momento é um meio morto que já poucas pessoas consultam. E temos neste momento a página do Facebook onde colocamos as atividades com mais expressão e onde há muita adesão dos encarregados de educação. Há muitos comentários, muitos likes e neste momento para o exterior é a melhor forma de comunicação.

P: Que importância dá às novas tecnologias na escola?

R: Neste momento a escola dificilmente viveria sem as novas tecnologias. Nós temos quadros interativos em todas as salas de aula. Quando um quadro avaria, um professor já tem dificuldade em lecionar porque está habituado ao quadro interativo e em qualquer zona da escola temos rede. Mas sinto que falta formação, falta à vontade dos professores. Por exemplo, muitas vezes sou chamado às salas para ajudar num problema e é simplesmente um cabo que ficou desligado. Estes pequenos problemas são prova que falta formação nos professores não podendo tirar proveito de todas as potencialidades da tecnologia porque não têm formação e a formação que tem sido dada não é correta, porque não é dada do ponto de vista do que é prático.

P: Que tipo de líder é?

R: Sou um líder muito informal, isto é, não tenho regras, não tenho muito modelo de liderança. A minha liderança é baseada no diálogo próximo com as pessoas. É claro que isto traz alguns problemas mas também traz vantagens porque as pessoas estão á vontade para falar comigo quando os problemas surgem e quando os problemas surgem faz-se uma reunião com os envolvidos e de modo geral são resolvidos. As pessoas sabem o papel que têm para fazer. A liderança tem muito também a ver com isso, saber aquilo que tem de desempenhar no dia-a-dia e aqui está muito bem definido o que cada um tem que fazer e sabem também o que os colegas têm para fazer. Quando alguém falta, normalmente alguém ocupa o espaço que falta ocupar e isso é importante em qualquer liderança.

P: Como vê o processo que levou ao encerramento de muitas escolas com poucas alunos, com poucas condições e à abertura de escolas como estas por todo o país, o processo de reorganização da rede escolar.

R: Muito bem... haviam pessoas que defendiam que essas escolas deveriam estar abertas porque protegiam as localidades. Não, não defendiam as localidades. Devemos pensar sempre é nas crianças e as crianças é o que nós queremos defender. Eu conheci escolas rurais, por vezes com 4 ou 5 alunos. Vejamos, numa escola com 4 ou 5 alunos eram por vezes mais os adultos que crianças e esses alunos não desenvolviam competências nenhuma. Sou contra o encerramento de algumas escolas cuja distancia do local onde a criança habita para a escola se torne um sacrifício em termos de transporte e de tempo... aí sou contra. Agora, em todas as escolas onde a deslocação se dá em meia hora de viagem só veio trazer vários benefícios. Primeiro porque os professores estavam completamente isolados, ainda agora em escolas que ainda estão abertas e o ambiente é totalmente diferente de por exemplo nesta, onde se reúnem todos os dias aqui 15/20 professores e onde existe uma constante partilha de informação, completamente diferente, do que acontece numa escola onde o professor está sozinho. Ou o professor é muito dinâmico e tenta trazer coisas para a escola ou a escola morre. Não há dinâmica e às vezes nem vontade. Para as crianças é muito positivo porque têm recursos que não podiam ter numa escola da aldeia. Só vejo benefícios nisso. A questão das aldeias morrerem... também não podemos sacrificar as crianças para fazer sobreviver as localidades. Elas tem de sobreviver não à base de 4 ou 5 crianças na escola. Elas têm de encontrar outros recursos, não é obrigando uma escola a funcionar com 4 ou 5 crianças porque aí a localidade já está morta há muito tempo.

P: Como vê a junção do 1º Ciclo com o pré-escolar na sua escola?

R: Vejo da melhor forma, caso também haja a devida organização, quer ao nível das condições físicas do edifício, quer ao nível pedagógico, quer ao nível da própria articulação entre educadoras de infância e professores do 1º Ciclo. E isso acontece aqui nesta escola.

ANEXO XII

TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA À COORDENADORA DO
GABINETE DE APOIO À DIREÇÃO REGIONAL DE
EDUCAÇÃO DO ALENTEJO, Dr.ª MARIA JOÃO CHARRUA

ENTREVISTA À COORDENADORA DO GABINETE DE APOIO À DIREÇÃO DA DREALE,

Dr.ª MARIA JOÃO CHARRUA

NOTA INTRODUTÓRIA: Sou aluno do mestrado de Ciências da Educação - Administração e Gestão Educacional da Universidade de Évora. O meu trabalho de dissertação é um estudo de caso sobre o reordenamento da rede escolar. O questionário e as suas respostas são totalmente anónimas. Esta entrevista tem apenas interesse académico e de investigação.

Agradeço antecipadamente por dedicar parte do seu tempo a responder às minhas questões.

P: De uma forma breve, faça por favor, uma apresentação de si, mencionando a sua formação académica?

R: A minha formação é uma licenciatura em física e química via ensino, fiz uma especialização em administração escolar, estive 13 anos em dois órgãos de gestão, oito na secundária de Reguengos de Monsaraz e abri um agrupamento aqui em Évora, o da Malagueira, aí estive 5 anos na gestão. Entretanto sai e voltei para a escola e estou aqui na direção regional desde Setembro.

P: Como foi feita a mediação com o município de Évora para o encerramento e abertura de estabelecimentos de ensino?

R: Desde o início da nossa gestão, desde Setembro, que temos realizado reuniões com os municípios, com os encarregados de educação, com todas as partes interessadas... com os agrupamentos, com as direções, presidentes dos Conselhos Gerais e tem sido colocada à consideração a proposta de encerramento tendo em conta o número de alunos e as melhores condições que podem ter. Não se têm colocado propostas de encerramento, como a lei prevê, com número inferior a 21 alunos, mas tem-se tido em atenção as distâncias que os alunos teriam de percorrer e mais que as distâncias o próprio caminho em si, porque às vezes a distância é curta, mas o caminho é complicado e os miúdos levam muito tempo para chegar à outra escola, por isso, nesta gestão tem-se levado em conta essas situações.

P: Nessa balança entre por um lado ter uma escola com melhores condições e por outro ter de fazer um caminho longo acha que deve ser analisado caso a caso...

R: Se por um lado, os alunos passam a ter melhor qualidade de ensino, no caso em que os caminhos são tortuosos ou as distâncias são longas acaba por se esbater um pouco essa qualidade, porque os alunos abalam muito e cedo e chegam muito tarde a casa e chegam demasiadamente cansados para que possam usufruir das condições que a escola lhe oferece pois não têm tempo para brincar, para estudar, para fazer nada.

P: O Plano tecnológico da Educação aprovado a 18 Setembro de 2007 previa que em 2010 a velocidade de banda larga fosse de pelo menos 48 MB, que houvesse um rácio de dois computadores por aluno e que pelo menos 90% dos professores tivesse formação TIC. Esses números foram atingidos ou não?

R: A formação em TIC senão atingiu os 90%, andou lá muito perto, em relação aos dados de computadores por aluno não está na totalidade conseguida e penso que não é para prosseguir devido à situação económica do país.

P: Há um relatório recente que tanto professores reconhecem limitações próprias para lidar com as novas tecnologias na escola e os alunos também reconhecem essas dificuldades nos professores. Como se pode resolver esse problema?

R: Os alunos nasceram com os computadores, os professores têm tido alguma dificuldade até porque a classe de professores vai ficar envelhecida brevemente, existirem professores que têm tido alguma dificuldade com as novas tecnologias porque são muitos os professores que estão no ensino há muito tempo e são poucos os que são novos e que tiveram a oportunidade de aceder a computadores em idade escolar. Especificamente no caso dos professores, já houve muita formação, agora de facto nem sempre utilizamos tudo e acabamos por esquecer. Por outro lado, a formação, às vezes não é adequada às nossas necessidades, sendo feita de acordo com os formadores que existem, de acordo com os quadros que são projetados daí que por vezes existem algumas discrepâncias. Os professores têm tido dificuldades em envolver-se nas novas tecnologias, mas não é que não queiram. Acho que a classe de professores está sempre disponível para as novidades, mas reconheço as dificuldades. Mais, às vezes a formação é adequada, mas o número limitado de turmas faz com que fiquem sempre professores de fora. Se calhar numa escola acabam sempre por ser os mesmos a fazer formação, a formação também é longe e não são pagas ajudas de custo e as pessoas acabam por não ir.

P: Em que medida o reordenamento da rede escolar tem vindo a aumentar o número do sucesso escolar?

R: É uma resposta que não consigo responder, porque são precisos estudos e são estudos que não estão feitos.

P: Por outro lado, Considera que podem haver prejuízos relativos à concentração do pré-escolar com o 1º Ciclo no mesmo espaço escolar?

R: Não! De maneira nenhuma, aliás sou particularmente defensora das agregações desde o pré-escolar até ao 12º ano. Não em todas as circunstâncias. Há em situações que não se pode fazer, mas sou defensora até porque podemos preparar os meninos logo desde o pré-escolar até ao fim. Já estive num agrupamento que juntava ciclos, para mim era uma novidade e acho muito bem os ciclos estarem juntos. Obviamente tem de haver controlo porque as crianças são cada vez mais diferentes, temos uma sociedade que está a atravessar uma crise de valores e é preciso haver funcionários para controlar quando os meninos brincam e todas essas situações, mas é ótimo estarem todos juntos.

P: Vamos ao planeamento estratégico e a questões socio-geográficas. Estrategicamente qual foi a importância de abrir a Eb 1/JI do Bacelo?

R: Essa pergunta devia ser colocada ao anterior ministério porque foi um processo que decorreu sobre a alçada da antiga ministra Maria de Lurdes Rodrigues, mas penso que foi para dar vazão a uma enchente de alunos que havia na escola do Frei Aleixo. Neste momento não sei se sabe mas as escolas de 1º ciclo funcionam a 99% em regime de manhã/tarde e nessa altura a Escola do Frei Aleixo que pertence ao agrupamento N.º 4 tinha regime de manhã e regime de tarde que já não estava de acordo com a legislação.

P: O regime duplo está completamente eliminado aqui na área de jurisdição DREALENTEJO?

R: Aqui está. Não quer dizer que por uma razão ou outra não volte a haver, mas neste momento está. A escola do Frei Aleixo tinha 300 alunos ou mais... e os alunos não podiam usufruir das AECS e era muito

complicado para os pais... um aluno entra às 8 da manhã, sai à uma da tarde, os pais estão a trabalhar o dia inteiro, hoje em dia os avós também trabalham e os pais não tinham onde deixar os meninos e hoje em dia as instituições de tempos livres são pesadas financeiramente para as famílias e para dar resposta a essa situação que esta e outras escolas foram construídas.

P: E a escola do Bacelo recebeu alunos de outras escolas ou foi só do Frei Aleixo?

R: Pontualmente porque não podem haver transferências em cada ciclo de escolaridade, mas pontualmente sim, por questões de residência, de trabalho dos pais, pontualmente aconteceu, mas certamente não foi uma grande avalanche porque é preciso justificar-se bem as transferências de alunos num ciclo de escolaridade.

P: A DREALENTEJO sentiu que muitos pais queriam meter os alunos naquela escola por ter excelentes condições e pela modernidade, mesmo tendo escolas mais perto da residência?

R: Sem dúvida... especialmente nas inscrições de 1º ano, porque enquanto as escolas são novas, os pais acorrem, porque acham que tem melhores condições, porque acham que vão funcionar de outra maneira, mas as escolas acabam por ser todas iguais, tem professores e alunos, seja ela velha ou nova; pode é ter eventualmente melhores condições em termos físico e didáticos. Mas, digo-lhe pela minha experiência que não é isso que faz de nós melhores ou professores ou melhores alunos, facilita mas por si não faz de nós melhores.

P: A construção da escola teve algum financiamento externo ou foi apenas com verbas do Ministério da Educação?

R: Não. Foi uma parceria entra a Câmara e a DREALENTEJO, ou seja Ministério da Educação.

P: Quantos estabelecimentos de primeiro ciclo e de pré-escolar foram encerrados no concelho de Évora desde o início do ano letivo 2006/2007?

R: Eu depois envio-lhe esses dados.

P: Quantos estabelecimentos de primeiro ciclo e de pré-escolar foram inaugurados no concelho de Évora, desde o ano letivo 2006/2007?

R: Eu depois envio-lhe esses dados.

P: Quanto custou a renovação e modernização das infraestruturas escolares de 1.º Ciclo e de pré-escolar no Alentejo?

R: Deixe-me ver... 2.042.212,24€ Mas, depois ainda lhe confirmo.

P: Quantas salas de pré-escolar haviam no concelho de Évora, no início do ano letivo 2006/2007?

R: Eu depois envio-lhe esses dados.

P: Quantas salas de pré-escolar existem na atualidade no concelho de Évora?

R: Eu depois envio-lhe esses dados.

P: Quantos estabelecimentos juntam o pré-escolar com o 1º Ciclo do Ensino Básico, no mesmo espaço escolar na área de jurisdição da DREALENTEJO?

R: Eu depois envio-lhe esses dados.

P: Quantos estabelecimentos juntam o pré-escolar com o 1º Ciclo do Ensino Básico, no mesmo espaço escolar no distrito de Évora?

R: Vou ver se lhe arranjo esses dados.

P: Quantos estabelecimentos juntam o pré-escolar com o 1º Ciclo do Ensino Básico, no mesmo espaço escolar no concelho de Évora?

R: Vou ver se lhe arranjo esses dados.

P: Considera que pode haver prejuízos devidos à concentração do pré-escolar e do 1º Ciclo do Ensino Básico no mesmo espaço escolar? Se sim, quais?

R: Vou ver se lhe arranjo esses dados.

P: Considera que podem haver benefícios da concentração do pré-escolar e do 1º Ciclo do Ensino Básico, no mesmo espaço escolar? Se sim, quais?

R: Vou ver se lhe arranjo esses dados.